

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

ESTÂNCIA DE SÃO BORJA: A PECUÁRIA DE UM
POVO DE ÍNDIOS MISSIONEIROS

Passo Fundo
2021

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

ESTÂNCIA DE SÃO BORJA: A PECUÁRIA DE UM
POVO DE ÍNDIOS MISSIONEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção de grau de mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin e coorientação do Prof. Dr. Diego Bracco.

Passo Fundo
2021

CIP – Catalogação na
Publicação

S237e Santos, Tiara Cristiana Pimentel dos
Estância de São Borja [recurso eletrônico]: a pecuária
de um povo de índios missioneiros / Tiara Cristiana
Pimentel dos Santos. – 2021.
4MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Tau
Golin. ~~Coorientador: Prof. Dr. Diego
Bracco.~~
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade
de Passo Fundo, 2021.

1. Pecuária - São Borja (RS). 2. Indígenas - São Borja
(RS). 3. Estancias. 4. Índios - Missões. I. Golin, Luiz
Carlos Tau, orientador. II. Bracco, Diego, coorientador. III.
Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Banca Examinadora do Mestrado

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero (UNIPAMPA)

Prof. Dra. Jacqueline Alhert (UPF)

Prof. Dr. Diego Bracco (UDELAR)

Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin (UPF)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, em especial à professora Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, coordenadora deste programa. Também pela oportunidade de fazer parte do corpo discente, nestes dois anos de caminhada, aprendizado e experiências, em um dos cursos de pós-graduação na área de História mais conceituados do estado do Rio Grande do Sul, somando esta experiência tanto na vida pessoal quanto na acadêmica.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin, e ao coorientador, Prof. Dr. Diego Bracco, pelo tempo dedicado às minhas orientações, o que me proporcionou grandes reflexões sobre o tema, possibilitando assim avançar no entendimento e na percepção da ação de ser uma pesquisadora/historiadora. Foi esse processo que ocasionou um crescimento gradual enquanto fui orientanda desses dois profissionais de excelência. E foi a partir desta caminhada que melhorei minhas percepções históricas sobre os fatos que surgiam no decorrer da pesquisa.

Também agradeço à CAPES, pela bolsa PROSUC II, pois isso possibilitou que eu me dedicasse em tempo integral à pesquisa.

Meu muito obrigada a Taciane Moro, pela amizade que construímos desde a graduação, estreitando esses laços nos anos de mestrado, firmada em cima de choros, risadas, alegrias e desespero, somadas com o tempo que passei em Passo Fundo.

Um agradecimento muito especial à pessoa que conheci no programa, a doutoranda Jênifer de Brum Palmeiras, pela amizade e competência junto ao programa, contribuindo, e muito, com meu desempenho dentro da pós-graduação.

Aos professores Ronaldo Bernardino Colvero e Edson Romário Paniagua, que foram meus orientadores e amigos na graduação. Seus ensinamentos oportunizaram o meu ingresso em uma pós-graduação.

Agradeço também aos meus amigos Marilice Cortes, Matheus Furtado, Jermyas Machado e Ewerton Ferreira. Alguns não estiveram presentes nestes últimos anos, mas contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional nessa jornada.

E por último, e não menos importante, agradeço à minha mãe e ao meu pai, por terem-me dado base e força para seguir minha caminhada.

RESUMO

A presente pesquisa aborda a história da formação da estância missioneira de São Borja da banda oriental do rio Uruguai e, respectivamente, os povos que se faziam presentes tanto na redução quanto na estância. Também aborda o contexto histórico e social em que a estância se encontrava perante o núcleo de povoamento, mostrando a convivência familiar nesse espaço, que, além da redução de São Borja, conta com a extensão familiar da redução de Jesus Maria dos Guenoas, mostrando a relação social entre dois povos distintos. Sendo assim, tornou-se necessária uma compreensão anterior ao período de fundação reducional, que entendemos como segunda fase das reduções da banda oriental do rio Uruguai, buscando contextualizar elementos particulares para expressar um complexo global, em que tanto a redução quanto a estância de São Borja estavam inseridas, dentro do território das missões jesuíticas. Assim, desdobra-se a conjuntura de um meio que se equilibrava entre a subsistência e os lucros, nos séculos XVII e XVIII, em que as estâncias missioneiras estavam inseridas. Dessa forma, procura-se entender os agentes participantes da criação dos gados (*vacum*, cavalariço, caprino, equino) e do afloramento da Vacaria do Mar, bem como sua importância para o desenvolvimento socioeconômico das reduções jesuíticas e dos povos não reduzidos (charruas, minuanos-guenoas e yarós) no território missioneiro. Isso inclui as diversas etnias, demonstrando a participação efetiva dos povos originários que se faziam presentes no trabalho com o gado bovino na estância de São Borja. Além dos já citados charruas, minuanos-guenos e yarós, havia os guaranis reduzidos, que asseguravam a subsistência das reduções com a captura do gado alçado nas vacarias. Dessa maneira, esta pesquisa busca interpretar como se dava a distribuição dos espaços das estâncias para a redução e qual é a importância social, política e econômica desses territórios para a redução de São Borja, pois, com isto, poderemos entender o motivo da cobiça, tanto de colonos portugueses quanto de espanhóis, diante da possibilidade de lucros com o mercado europeu.

Palavras chave: Estância. Missões. Povo. São Borja.

RESUMEN

La presente investigación aborda la historia de la formación de la estancia misionera de São Borja en la margen oriental del río Uruguay y, respectivamente, los pueblos que estuvieron presentes tanto en la reducción como en la estancia. También aborda el contexto histórico y social en el que se encontraba la estancia antes del núcleo de asentamiento, mostrando la convivencia familiar en este espacio, que, además de la reducción de São Borja, cuenta con la extensión familiar de la reducción de Jesus Maria dos Guenoas, mostrando la relación social entre dos pueblos distintos. Así, se hizo necesaria una comprensión previa al período de fundación reduccional, que entendemos como la segunda fase de las reducciones en la banda oriental del río Uruguay, buscando contextualizar elementos particulares para expresar un complejo global, en el que se insertaron tanto la reducción como la estancia de São Borja, dentro del territorio de las misiones jesuíticas. Así, se despliega la coyuntura de un entorno equilibrado entre la subsistencia y los beneficios, en los siglos XVII y XVIII, en el que se insertaron las estancias misioneras. De este modo, se busca comprender los agentes implicados en la ganadería (vaca, caballo, cabra, caballo) y el afloramiento de la Vacaria do Mar, así como su importancia para el desarrollo socioeconómico de las reducciones jesuíticas y los pueblos no reducidos (charrúas, minuanos-guenoas y yarós) en el territorio de la misión. Esto incluye a los diversos grupos étnicos, demostrando la participación efectiva de los pueblos originarios que estaban presentes en el trabajo con el ganado en la estancia de São Borja. Además de los ya mencionados charrúas, minuanos-guenos y yarós, también estaban los reducidos guaraníes, que aseguraban la subsistencia de las reducciones mediante la captura del ganado criado en las vaquerías. De esta manera, esta investigación busca interpretar cómo se dio la distribución de las estancias a la reducción y cuál fue la importancia social, política y económica de estos territorios para la reducción de São Borja, con lo que podremos entender el porqué de la codicia de los colonos, tanto portugueses como españoles, ante la posibilidad de ganancias del mercado europeo.

Palabras clave: Estancia. Misiones. La gente. São Borja.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das reduções fundadas na primeira metade do século XVII na banda oriental do Rio Uruguai	22
Figura 2 – Caminhos que faziam os bandeirantes para captura de mão de obra indígena	27
Figura 3 – Representação do caminho percorrido até a Vacaria do Mar	34
Figura 4 – Imagem do ano de 1715 que representa a caça ao gado chimarrão pelos europeus.....	42
Figura 5 – Parte do mapa dos caminhos da estância de La Cruz, que contém os postos e as capelas	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de gado na estância de Yapeyú	80
Tabela 2 – Quantitativo de gado do povo de São Miguel.....	81
Tabela 3 – Quantitativo de gado nos inventários de São Miguel, São Borja e Yapeyú	82
Tabela 4 – Quantitativo de gado na estância de São Borja.....	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa das missões da Companhia de Jesus.....	40
Mapa 2 – Estâncias missioneiras do século XVIII	58
Mapa 3 – Mapa que demonstra a extensão territorial de Yapeyú.....	72
Mapa 4 – Demarcação de 1750, contendo as estâncias jesuítas e seus limites	76
Mapa 5 – Parte do mapa que representa as linhas divisórias do ano de 1750; em destaque, parte do espaço que ocupava a estância de São Borja	98
Mapa 6 – Croqui estimado da estância de São Borja	99
Mapa 7 – Demarcações e estâncias missioneiras	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNA	Archivo General de la Nación Argentina
IHS	Companhia de Jesus
AGI	Arquivo Geral das Índias
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. OS PRIMÓRDIOS REDUCIONAIS: O INÍCIO DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DA I FASE, NA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI.....	20
2. A PRESENÇA DOS “ÍNDIOS” MINUANOS-GUENOAS NA VACARIA DO MAR.....	30
2.1. Encontrando o gado bovino.....	30
2.2. Litígios sobre a quem pertencia o gado da Vacaria do Mar.....	36
2.3. Espanhóis.....	36
2.4. Índios pampeanos.....	37
2.5. Portugueses.....	40
2.6. Posse das reduções jesuíticas.....	43
2.7. O direito dos povos missioneiros na posse do gado.....	44
2.8. As demais vacarias em jurisdição das reduções jesuíticas.....	47
3. AS ESTÂNCIAS MISSIONEIRAS DE SÃO MIGUEL E YAPEYÚ DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI.....	51
3.1 Contexto estancieiro missioneiro.....	52
3.2. O trabalho dos vaqueiros nas estâncias e rodeios.....	58
3.3. Lucros do ato de courear.....	61
3.4. Estância do povo de Yapeyú.....	64
3.5. Estância de São Miguel.....	72
3.6. Conflitos internos entre os povos de São Miguel, São Luiz, São Lourenço e São João.....	76
3.7. Quantitativo de gado nas estâncias.....	78
4. ESTÂNCIA DE SÃO BORJA.....	83
4.1. Redução de São Borja e Jesus Maria dos Guenoas.....	83
4.2. Fundação da estância.....	96
4.3. As produções de diversas culturas, vegetais e animais, na estância do povo de São Borja e Jesus Maria.....	108
4.4. A transmigração do povo de São Borja e a decadência da estância.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	126

FONTES.....	131
ANEXO A - Notícias das famílias de índios que foram designadas para guardar gado nas estâncias desta parte do Ibicuí.....	133
ANEXO B - Notícias das famílias de índios que foram designadas para guardar gado nas estâncias desta parte do Ibicuí.....	134
ANEXO C - Título das terras de Jesus Maria.....	137

INTRODUÇÃO

A construção desta presente pesquisa se deu por meio de muitos momentos reflexivos ao longo destes dois anos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UPF. O assunto relacionado às missões jesuíticas e estâncias missioneiras se faz presente em minhas pesquisas e em meus assuntos de interesse desde que os conheci um pouco mais, e tal interesse emerge desde a graduação, advindo dos trabalhos relacionados a essa temática.

Em um primeiro momento do projeto, a estância de São Borja não era o objetivo maior da pesquisa, mas sim o contexto histórico e regional relacionado às missões jesuíticas. No entanto, quando foi ofertada uma disciplina específica no programa que tratava do povo minuano-guenoa, despertou-me o interesse em entender como esses povos se estruturavam dentro do território jesuítico, vindo ao encontro do que eu já estava pesquisando: as estâncias missioneiras.

A dedicação a esta pesquisa só se tornou possível devido à bolsa integral CAPES, pois possibilitou a integralidade de tempo à pesquisa e, com certeza, contribuiu para meu crescimento como pesquisadora. Além disso, proporcionou momentos desta trajetória que se tornaram fundamentais para a pesquisa, como a visita ao Archivo General de la Nación de Buenos Aires, arquivo que contém uma vasta riqueza de fontes para aqueles que se dedicam a estudar o período colonial na Bacia do Rio da Prata.

O contato com as fontes foi um momento importante, pois, como pesquisadora, a transcrição dessas fontes me permitiu perceber muitos elementos intrínsecos, por exemplo, para quem tal documento estava sendo escrito, viajando assim pelo modo de escrever de vários períodos históricos. Um facilmente percebido remete a quando Portugal e Espanha tinham um acordo de paz, pois as cartas redigidas continham palavras trocadas entre o português e o espanhol, facilmente percebidas na transcrição dos documentos utilizados.

Ainda sobre as transcrições, a grafia não era padronizada, o que dificultou o processo. Ao longo deste trabalho, poderemos perceber nas fontes palavras que não puderam ser decifradas no momento da escrita, seja pelo mau estado dos documentos originais ou cópias contidas nos arquivos, seja por conta da dificuldade de entendimento da escrita.

Sendo assim, escrever sobre os povos originários, em especial os minuanos-guenoas, não é uma tarefa fácil. Em alguns momentos da pesquisa eles serão citados como

povos “pampeanos”, designação escolhida devido a esses grupos terem vivido em uma parte do pampa que conhecemos como o atual estado do Rio Grande do Sul e também o Uruguai.

Ao longo dos anos, e nas historiografias clássicas sobre as missões jesuíticas, os minuanos-guenoas aparecem como os marginalizados na história, e na maioria das vezes do lado oposto ao das reduções de guaranis.

A presente dissertação, desse modo, tem a proposta de investigar como foram fundadas e estruturadas a estância de São Francisco de Borja, bem como a redução de São Borja e sua extensão, Jesus Maria dos Guenoas, entre os séculos XVII e XVIII. Para essa compreensão, surgiu a necessidade de investigação da diversidade de etnias que compuseram a primeira redução, fundada na banda oriental do Rio Uruguai, na segunda fase das missões jesuíticas. Esse fator inclui os índios “pampeanos”¹ charruas e minuanos-guenoas, que muitas vezes eram chamados de “índios infiéis”² pelos padres nas fontes documentais, por não viverem reduzidos.

Compreender as questões de história regional e metodológicas tornou-se fundamental para o desenvolvimento da narrativa, pois possibilitou um melhor entendimento das necessidades históricas que abarcavam a região em questão, podendo assim ampliar o entendimento do que consentia o tema da pesquisa, que é a estância missioneira de São Borja.

Sendo assim, a investigação foi dividida em quatro etapas: a primeira surge com a necessidade de explicar como foram criadas as reduções jesuíticas da primeira fase, dando sustentação para seguir com o trabalho e melhorando o desenvolvimento historiográfico, para assim chegar até a escrita sobre as estâncias missioneiras.

O segundo capítulo trata da propagação e da criação de gado para que as reduções jesuíticas tivessem uma base econômica. Foi necessário escrever sobre a Vacaria do Mar e seu desenvolvimento no recôncavo do Rio da Prata. Para tanto, são abordadas a contribuição dos jesuítas espanhóis, e principalmente os índios charruas e minuanos-

¹ Designamos esta nomenclatura dentro do trabalho para nos referirmos aos índios presentes na metade sul do território compreendido hoje como Rio Grande do Sul, bem como as etnias presentes entre os rios Paraná e Uruguai, localizados hoje em territórios uruguaio e argentino, sendo estes índios os minuanos-guenoas, charruas, yarós e bhoanes.

² Os “índios infiéis” eram considerados aqueles que viviam no território missioneiro, mas que não haviam sido batizados e convertidos, contudo viviam no sistema missioneiro. Mesmo os batizados, quando abandonavam a redução, passavam a ser chamados de infiéis. Além disso, muitas famílias extensas de guaranis que haviam sido batizadas, mas viviam fora das reduções, continuavam sendo “infiéis”.

guenoas, para o seu desenvolvimento, passando também pela criação das primeiras estâncias ganadeiras da banda oriental do Rio Uruguai.

Já o terceiro capítulo envolve-se com a criação das estâncias jesuíticas da banda oriental do Rio Uruguai, visando compreender sua funcionalidade no sistema jesuítico. Sendo assim, foram utilizados dois exemplos para a melhor compreensão da totalidade e da singularidade das estâncias jesuíticas, que em determinado período foram comunais aos povos: as estâncias de Yapeyú e de São Miguel. Ambas nos possibilitaram explicar as funções cumpridas dentro desses espaços, como os papéis administrativos, o trabalho de peão de estância e por quais agentes tal papel era cumprido. Também são exploradas as estruturas para a lida com o gado, a diferença entre as estâncias maiores e as estâncias menores e os postos de parada com o gado bovino.

O último capítulo foi reservado para escrever sobre a estância missioneira de São Borja e entender a história da redução e do povo de Jesus Maria dos Guenoas. Esse capítulo traz à discussão sobre a estância ser de posse do povo minuano-guenoa, espaço este que pertencia a esses grupos ancestralmente. Tal fator se constrói em razão de São Borja ter sido fundada a partir desse povo e de parte de guaranis vindos de Santo Tomé.

Escrever sobre esse tema torna-se sempre um trabalho com muitas possibilidades de entendimento, pois são encontradas inúmeras pesquisas sobre esses fatos históricos, em várias obras e em diferentes épocas. Mesmo assim, desvendam-se maneiras de escrever sobre isso, contando para isso a história das missões jesuíticas em uma perspectiva diferenciada, olhando para os fatores que deixaram de ser percebidos ou não que não foram relevantes para quem a escrevia. Dessa maneira, tal tema é desafiador e amplia a responsabilidade do pesquisador na construção de uma escrita que possa ter plausibilidade acadêmica sobre a estância ganadeira missioneira de São Borja em uma escala de tempo que engloba os séculos XVII e XVIII.

Para compreender as estâncias missioneiras é necessário o entendimento, em termos jurídicos, das imediações das posses espanholas, e principalmente o que estava sob controle da Companhia de Jesus (IHS). Assim, pode-se mencionar que até o século XVIII, antes do Tratado de Madri, grande parte do território que se conhece hoje por Rio Grande do Sul pertencia à Coroa espanhola por meio dos cuidados dessa companhia. Dessa maneira, as estâncias da banda oriental do Rio Uruguai estavam atreladas aos trinta povos da IHS, pois o gado presente nesses territórios servia para o sustento dos povos em questão.

Apesar de existirem as concessões de terra por parte da Coroa espanhola, deve-se considerar que no espaço em que essas estâncias foram criadas já existia previamente uma divisão territorial, em que estavam inseridos os povos originários, ou seja, há outra influência para a fragmentação do território entre os povos reduzidos e para a criação de cada estância.

Considerando as vastas proporções territoriais em que as estâncias estavam inseridas, vale ressaltar a questão jurídica das posses territoriais em que cada povo estava submetido: a redução pertencia ao povo, e apenas as extensões territoriais eram concedidas pelos governadores, conforme a necessidade de cada povo, e essas extensões eram legitimadas pelo governador da província.

Já as atividades administrativas eram desenvolvidas conforme os povos iam se articulando em suas comunidades; o trabalho reducional era baseado no sistema de produção familiar, ligado com as orientações jesuíticas a serem seguidas. Sendo assim, as estâncias missioneiras, no espaço territorial jurídico, eram compreendidas de algumas maneiras.

Articulados com o espaço social dos povos originários do território que compreendia, o espaço das estâncias missioneiras delimitava com os acidentes geográficos e naturais, tais como rios, cerros, vales e matas cerradas, que facilitavam o confinamento do gado bovino.

Para compreender o território legal em que cada redução criou sua estância, deve-se pensar tanto as questões jurídicas espanholas quanto as questões sociais territoriais de inserção de cada etnia e nas particularidades oferecidas em cada parte do espaço compreendido como território jesuítico.

A partir disso, torna-se importante escrever sobre determinados fatores anteriores ao Tratado de Madri de 1750, fatores estes que corroboraram para que os jesuítas criassem e desenvolvessem as estâncias e quais agentes que cooperaram para a criação do gado, como os índios pampeanos (charruas, minuanos-guenoas e yarós) e os índios reduzidos, em sua maioria guaranis. Escrevendo também sobre esses povos e sua função nas estâncias e nas reduções, é possível notar importante papel que eles desempenharam na participação, na criação e no cuidado com o gado, resultando no abastecimento de todas as reduções. Como consequência, temos a produção de gado em um amplo sistema econômico, que abastecia o mercado europeu. Vale ressaltar que as estâncias ocupavam o maior espaço no território que compreendemos hoje como o Rio Grande do Sul, destacando a importância que tais espaços desempenharam nos novos núcleos de

povoamento desses lugares e também a importância da subsistência que efetuaram, tanto dos povos reduzidos quanto dos não reduzidos que viviam nessas imediações.

A implementação, organização e estruturação das reduções e de suas estâncias na América, fundadas pelos jesuítas, foram tratados por eles próprios ao longo dos séculos XVI e XVIII. Muitas dessas documentações referentes aos acontecimentos nas reduções e estâncias são tratadas nas cartas ânuas³ e também em outros documentos, que poderão trazer uma série de novas discussões, criando novos problemas a serem trabalhados no futuro, sob um novo olhar.

Desde o fim do século XIX e durante todo o século XX, muitos historiadores trabalharam com a questão relacionada à província jesuítica do Paraguai, no que se refere à organização e à estruturação das reduções e de suas estâncias, o que permitirá nos apropriarmos do que foi suscitado anteriormente, já que muitas ramificações menores poderão surgir quando levantadas algumas questões, assim como novos problemas, dando um aporte sem precedentes para o enriquecimento do trabalho.

A quem pertencia de fato a estância de São Borja? Diante dessa pergunta, surge outro questionamento, este a respeito de qual seria o papel político, social e econômico dessa estância, tanto para os povos reduzidos quanto para os considerados infieis, que viviam nas imediações das estâncias. E mais: quais foram as relações estabelecidas por esses grupos dentro e fora das estâncias?

Um dos ofícios do historiador é, a partir das fontes, executar o processo de interpretação, procurando sempre notar todos os fenômenos que foram desencadeados pelo passado humano. É dentro dessa perspectiva que propomos um trabalho que tem como objetivo principal contribuir para a sociedade, em especial às regiões Oeste e Sul do estado do Rio Grande do Sul, pois ambas sempre estiveram presentes quando são colocados em pauta os povos originários.

Não se tem aqui o propósito de pensarmos apenas nas comunidades que hoje vivem nesses locais de memória, mas também visamos proporcionar por meio desta

³ Estas cartas eram informes periódicos que os provinciais da Província Jesuítica do Paraguai enviavam aos seus superiores em Roma, referentes às atividades que desenvolviam os jesuítas neste distrito. No início, elas descrevem as condições do lugar onde os missionários operavam, os traços da população aborígine e os projetos que levavam a cabo em seu labor pastoral. Mais adiante, as Cartas Ânuas centram-se cada vez mais nas questões internas da Companhia de Jesus, em suas relações com a sociedade colonial à qual pertenciam e a vida religiosa e pastoral que desenvolviam. A leitura das mesmas proporciona um caudal de informações interessantes sobre a própria atividade, o mundo indígena que atendiam em suas missões e a vida de cada um dos colegas fundados nas cidades rio-platenses. Não se deve esquecer que as Cartas Ânuas também tinham a intenção de estimular o fervor missionário dos jesuítas europeus, sobretudo o dos jovens noviços, e de atraí-los para a evangelização dos povos americanos, de modo que sua leitura atual requer que também se tome em conta o aspecto edificante de seus textos (MAEDER, 2010, p. 6).

pesquisa o conhecimento histórico a outras comunidades, partindo de documentos que estão em arquivos históricos no Brasil e no exterior. Portanto, reforça-se a ideia de esta pesquisa ser de grande importância para o entendimento da história dos povos originários.

Ao iniciar a pesquisa, foram meses em busca das fontes e da apropriação do tema. Em seguida, iniciou-se a escrita sobre a ocupação da América espanhola, através do projeto de colonização implementado pelos jesuítas, e a criação da província jesuítica do Paraguai. Em seguida, nos debruçamos na localização das fontes, depois na apropriação teórica, para enfim iniciar o processo de escrita.

Foi efetuado também um mapeamento de bibliografias e de possibilidades de fontes. As bibliografias estão organizadas de forma cronológica, da produção pelos respectivos autores, e as fontes foram classificadas a partir do Archivo General de La Nación de Buenos Aires, Coleção de Pablo de Pastells, Pedro de Angelis, e do catálogo de fontes sobre os minuanos de Diego Bracco e José Maria López Mazz.

A proposta de execução pode ser vista como ineditismo, a partir da maneira que estamos propondo: a) a interpretação, que parte de dentro para fora, do local para o regional, nacional e o internacional, ou seja, é da estância, e não da redução, que partirá a pesquisa; b) a produção de uma narrativa histórica sobre a estância de São Borja, discutindo o tempo histórico a partir das fontes.

O presente referencial teórico conceitual tem como propósito esclarecer e dar embasamento teórico ao tema, buscando autores que trazem para o texto melhor compreensão aos assuntos relacionados a esta pesquisa. Assim, a escolha das bibliografias tornou-se de extrema importância para o embasamento teórico, principalmente sobre as estâncias missionárias e as reduções jesuíticas, bem como aos demais elementos que compõem esse espaço. Cabe destacar a importância de trazer tanto os autores clássicos quanto os atuais, buscando a intermediação entre ambas as compreensões e proporcionando assim uma nova visão aos pensamentos que já tínhamos sobre esses assuntos.

Após essas questões, parte-se para a definição do método – no primeiro momento, o método histórico, que “preenche o vazio dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 107). Dessa maneira, utilizamos a tríade para a construção desta pesquisa histórica: a crítica, a heurística e a interpretação, procurando assegurar ao máximo de plausibilidade de um ponto de vista histórico.

Ou seja, o sujeito do conhecimento deve empregar o método para descobrir o conteúdo verdadeiro à forma em que este último se articula na realidade, e não para impor a sua visão de como deveria ser ou se seria possível um conhecimento verdadeiro como conhecimento objetivo (GRESPLAN, 2015, p. 293).

Quanto à metodologia que utilizaremos na realização deste trabalho, não foi seguida nenhuma amarra, ou seja, ela nos serviu de instrumento para atingir o objetivo buscado.

Por meio do processo de interpretação das fontes primárias tratadas e das bibliografias selecionadas, parte-se para a escrita histórica, com o intuito de produzirmos uma narrativa que tenha plausibilidade acadêmica. Para isso, deve haver o fato histórico, e para transformar esse fato em uma narrativa o autor necessita integrar-se ao objeto estudado, interpretando o acontecimento a partir de determinado tempo, deixando de lado o presente e se apropriando do passado.

Quando pensamos na interpretação das fontes históricas, também surge a necessidade de discutir as questões metodológicas aplicadas para o desenvolvimento do método proposto. Sendo assim, é preciso entender como a história regional se torna fundamental para a desenvoltura da narrativa histórica.

A história regional está inteiramente ligada ao tema proposto na pesquisa histórica, tendo como limitação a região definida por esse tema. Assim, ela carrega consigo conceitos nunca definidos de uma região, pois acaba sempre variando de um tema para outro, dependendo de cada pesquisa.

E, a partir das perguntas feitas ao objeto, vai-se determinar o que se chama aqui de ato do pensar metodológico. Portanto, a minha pergunta que irá determinar a minha região, e que essa região deve ser pensada em níveis: a) local, que seria, internamente, as relações dentro da estância com sua redução; b) o regional, podemos aqui definir como as relações existentes da estância/redução com as outras estâncias e reduções; c) o nacional, as suas relações com toda a província jesuítica do Paraguai e com a administração colonial espanhola na América; d) o transnacional seriam as relações da estância/redução com a comercialização, mesmo que ilegal, com os portugueses e com a Metrópole.(SANTOS, 2019, p. 4).

Com esses questionamentos, construímos metodologicamente a estrutura da história regional, que está relacionada ao objeto de pesquisa, mostrando que a história transcende os aspectos de uma região, por mais que o tema delimite um espaço, ou seja, neste caso, a estância de São Borja. Esta interliga fatores que ultrapassam os limites do

regional e do nacional, pois conecta os demais elementos, mostrando a importância da pesquisa, estando esse aspecto ligado inteiramente com a geografia, mas não dependendo inteiramente dela, para explicar a região. Antes, o que estava definido por limites, sobre o que se compreendia por região, agora na história regional tal delimitação se dá, inteiramente, pelo historiador e a definição de seu objeto.

Así, se ha transitado desde el determinismo geográfico decimonónico, para el cual el medio natural condicionaba a la sociedad y la región era un espacio previamente delimitado, solo reconocible por los elementos físicos que la distinguían, hasta las interpretaciones más modernas y diferenciadas de la anterior, que la consideran un espacio abierto al cual sólo es posible acceder comprensivamente a través del estudio de las relaciones que establecen los sujetos sociales en la dinámica del proceso histórico . En la medida en que el espacio pasó a ser entendido por la geografía crítica como una construcción social, la región dejó de ser y por ende debería serlo para quienes hacen historia regional un ámbito acotado, previamente definido por el historiador, para convertirse en una derivación de su propio objeto de estudio. En el medio de perspectivas tan extremas, y más recientemente aún, surgieron otras posiciones neopositivistas para las cuales la delimitación previa de la región parece seguir siendo el único recurso metodológico posible (BANDIERI, 2017, p. 12-13).

É dessa maneira, portanto, que construímos a base metodológica da delimitação da história regional: na pesquisa histórica, pautada no objeto de pesquisa, delimitando a região histórica em que a estância de São Borja está inserida, na busca científica, agregando, dessa forma, ao longo do trabalho, as informações necessárias para o redigir histórico. Assim, conseqüentemente, damos início ao primeiro capítulo.

1. OS PRIMÓRDIOS REDUCIONAIS: O INÍCIO DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DA I FASE, NA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI

Em 1603, são obtidos os primeiros resultados, em uma grande escala, da intrusão dos religiosos da Companhia de Jesus em território dos povos nativos na América do Sul, que ficavam situados nas proximidades do Rio da Prata e seus afluentes. Assim, tem início uma história contada por parte dos religiosos da IHS. Após uma série de tentativas de evangelização em aldeias, foi esse ato dos padres que conquistou a confiança dos indígenas e assim foram se inserindo nas comunidades, introduzindo a estas a fé cristã. Surgiram dessa maneira as primeiras reduções, que se situavam primeiro nos núcleos indígenas e, mais tarde, concentraram parte dos novos fiéis em aldeias, denominando-as como reduções.

Após a conquista desse espaço, em meio às diversas comunidades étnicas existentes nesse vasto território, e já havendo uma concentração significativa de espanhóis formando vilas nessas proximidades, viu-se a necessidade de um núcleo administrativo para essas vilas. É assim que o padre-geral Claudio Acquaviva⁴ funda a vice-província do Paraguai, que é consolidada em 1607. Esse território compreendia a administração do Chile y Tucumán e atualmente corresponde a Bolívia, Paraguai, Argentina, Chile e parte do Brasil.

Neste início do século XVII, os jesuítas contavam com as províncias do Brasil (1553) do Peru (1567) e do México (1572), e com a vice-província do Novo Reino de Granada (1605). Depois foram criadas a Província do Paraguai (1607) e as vice-províncias do Chile (1625), agora dependente da Província do Peru, e a do Maranhão – Grão-Pará (AGUILAR, 2002, p. 113).

O primeiro provincial nomeado foi o Padre Diego de Torres. Os primeiros contatos dos padres com a população da província jesuítica do Paraguai e arredores tinha papel de orientação na fé cristã, e servia, antes de qualquer outro fator, para diminuir os conflitos entre índios, espanhóis e negros. Naquele momento ainda não existiam as reduções

⁴ Con fecha del 26 de septiembre de 1598 el quinto prepósito general de la Compañía de Jesús, el italiano Claudio Aquaviva, envió a las diferentes provincias jesuitas una misiva de enorme importancia para la historiografía de la Orden. Se trata de un documento que contiene diversas disposiciones hechas con el objeto de emprender la elaboración de una historia “general” de la Compañía. Dicha carta constituye un valioso testimonio de las necesidades historiográficas de la Orden a finales del siglo xvi. En ella, Aquaviva pedía a los superiores que encomendaran a padres con el tiempo y capacidad física e intelectual suficiente, la tarea de dedicarse a recabar la información. Así, cada provincia designó a un historiador, podemos decir “oficial”, el cual investigaría en los archivos y recuperaría testimonios orales de aquellos jesuitas que habían participado en la etapa de fundación o primeros establecimientos de cada provincia (BOJORGE, 2009, p. 57).

jesuíticas, as primeiras começaram a ser formadas em Juli, no Peru, (1568). Por meio dessas reduções é que surgiu o modelo que deu origem às demais reduções, inclusive na vice-província do Paraguai.

A ideia de redução veio com o sistema colonial, com intenções políticas, pois diminuía o conflito entre povos originários e colonos espanhóis, principalmente devido ao território. Assim, as ordens religiosas são colocadas como responsáveis pela execução das reduções. As primeiras épocas de evangelização tiveram pouco êxito, por diversos motivos: os missionários ainda eram escassos para o trabalho reducional e os índios estavam dispersos nos territórios, assim os padres não tinham o domínio das muitas línguas nativas, o que dificultava a aproximação com esses grupos.

Tal aproximação não contava somente com a vontade dos devotos jesuítas, mas dependia da proximidade com os caciques e com as famílias de índios que permitissem esse convívio. Era uma relação baseada principalmente nas trocas, em que eram levados principalmente objetos de interesse daquele líder indígena.

Antes dos jesuítas, outras ordens participaram da evangelização, atuando nesse espaço. A principal a implementar as reduções foi a franciscana, em 1580, que se estendia até a província do Guairá. As reduções franciscanas, diferentemente dos jesuítas, não procuravam expandir as aldeias, e faziam o trabalho próximo às cidades espanholas, detendo-se a evangelizar os índios encomendados.

Por volta do ano de 1588, os primeiros jesuítas chegam à cidade real de Vila Rica do Espírito Santo, lançando o princípio de seus alicerces de evangelização com os espanhóis e indígenas dessas cidades.

A proposta inicial de expansão do território por meio da evangelização foi feita por Hernandarias, que organizou uma viagem em 1607 com o intuito de interromper a entrada dos portugueses em território espanhol. Essa expedição fez com que ele apresentasse em 1609 um projeto de evangelização do Guairá para Diego de Torres. Este, aceitando a proposta, abriu três frentes de expansão, sendo elas Assunção, Paraná e Guairá. Dessa frente de trabalho foram fundadas reduções nas regiões do Paranapanema e do Alto Paraguai, denominada Itatim, onde fundaram povoados, e por último foram realizadas missões nas regiões do Rio Uruguai e do Tape entre os anos de 1619 e 1641.

A conversão dos povos originários efetuada pelos padres das missões diminuía os conflitos entre esses e os colonos. As reduções, de certa forma, contribuíram na América espanhola para a diminuição da “mão de obra” escrava, prática esta estabelecida por alguns colonizadores.

Paraguai. Em 1610, os jesuítas entraram definitivamente na região, fixando mais de 14 reduções entre os rios Tibagi e Iguazu, no estado que hoje conhecemos como Paraná.

Por volta do ano de 1618, o Padre Roque Gonzales se dirigiu à região do Uruguai, onde foi acolhido por dois caciques e seu povo, Guaracipú y Nieza, fundando na data de 3 de maio a primeira redução, de São Nicolas, e posteriormente Conceição, que ficava distante sete léguas da primeira.

Tendo sucesso nessas duas reduções, Roque Gonzales retornou a Buenos Aires, onde foi recebido pelo governador do Paraguai, Francisco de Céspedes, o qual deu permissão para fundar mais reduções. Sendo assim, no mesmo ano, ele fundou no Alto Uruguai a redução de São Francisco Xavier.

Dessa maneira, foram fundadas à margem esquerda do Rio Uruguai as seguintes reduções, dando origem às missões do Tape, inicialmente pelo Padre Roque González: São Cristóvão; Santa Tereza; Apóstolos; Assunção; São José; São Nicolau; Jesus Maria; São Joaquim; São Miguel; Santana; São Cosme e Damião; São Carlos; Candelária Piratini; Caáró; Candelária do Ibicuí; e São Francisco Xavier.

A criação das reduções fez com que houvesse uma concentração de pessoas no mesmo lugar, que nessa perspectiva tinham de pensar em como alimentar o povo. As lavouras foram uma das primeiras possibilidades, com a plantação de diversos produtos de subsistência, tais como trigo, batata-doce, cana-de-açúcar e uva. Porém, somente esses produtos não garantiam que a redução se fixasse, devido aos aspectos climáticos e aos ataques de outros povos às lavouras. Então, logo introduziram o gado bovino, que foi um dos principais meios de subsistência no primeiro momento, e depois, com o aumento da criação, tornou-se uma opção de comercialização das reduções. “O gado esteve presente, em pequena escala, desde o início da fundação das missões jesuíticas no Paraguai, em 1609, servindo para a alimentação e para lavrar à terra” (FLORES, 1996, p. 45).

Tanto os espanhóis como os portugueses e os povos originários o atual território sulino contribuíram com elementos que seriam primordiais na construção, organização, administração e manejo do gado nas estâncias. Para desenvolver a historiografia das estâncias missioneiras, há a necessidade de saber como o gado bovino foi introduzido nessa região e quão próspera foi a reprodução desse animal sobre essas terras.

Sendo assim, o gado bovino, segundo Pedro de Angelis, foi trazido pelos irmãos Goes, por volta do ano de 1537, para as redondezas do Rio da Prata para se reproduzirem, e ali foram deixados muitos anos.

Em 1556, a cidade de Assunção, no Paraguai, necessitando de gado *vacum*, adquiriu algumas cabeças dos irmãos Goes, comerciantes da capitania de São Vicente, na América Portuguesa. Também Felipe Cárceres, em 1568, trouxe do Peru, através do Pacífico, outras cabeças destes animais. O rebanho se Assunção se proliferou e expandiu-se a outras áreas da Região Platina. Foi levado a Buenos Aires e Santa Fé entre 1573 e 1580, atingindo corrientes em 1588, e a Banda Oriental, no segundo decênio do Século XVII (REICHEL; GUTFREIND, 2001, p. 112-113)

O gado bovino, introduzido na região, se reproduziu rapidamente, e assim puderam os provinciais da época deslocar esses animais para o restante da província, transformando a paisagem e o modo de vida tanto dos povos originários quanto dos colonos espanhóis, dos jesuítas e, mais tarde, dos portugueses.

Em 1634 se dirigiam a Corrientes os padres, Cristóvão de Mendonça e Romero; empenhando até as alfaias dos altares, compraram do fazendeiro português, Manuel Cabral Alpoim, 1.500 vacas e vários touros, introduzindo-os com imenso esforço no Rio Grande do Sul. Esses bovinos foram distribuídos 99 para cada redução (LAZZAROTTO, 1956, p. 15).

As reduções se encarregavam de cuidar e multiplicar o gado bovino, tendo pequenas estâncias junto a suas reduções para que isso ocorresse, isso por volta de 1630, um pouco antes das investidas dos bandeirantes. Na região do Tape, esses animais já contavam, entre os acampamentos indígenas, em torno de 30 mil cabeças.

Nessa mesma década, as incursões por parte dos bandeirantes paulistas começaram a se intensificar. Com essa investida, inciou-se a degradação das reduções, e as primeiras a serem destruídas foram as de Itatim. Entre os anos de 1628 e 1630, mais de 60 mil índios foram capturados das missões para serem vendidos no Rio de Janeiro e em São Paulo como escravos. Isso causou indignação entre os jesuítas e as províncias, fazendo com que se cumprissem as ordens da Coroa, estabelecendo-se ali um verdadeiro exército guarani na defesa territorial.

Os próprios membros da companhia empunharam armas para defender o índio. Nesse caso, lutava-se não apenas para preservar uma mão-de-obra que estava se especializando, mas também a favor do fiel, salvo da égide de Lúcifer, o que instigava ainda mais o confronto. Para o padre, era importante vencer o inimigo externo, pois isso significava a continuidade do processo de conversão e um respaldo menor ou maior dos caciques na aceitação do padre na aldeia guarani (QUEVEDO, 2000, p. 115).

O trabalho especializado, em que as missões jesuíticas transformaram o indígena, despertou a cobiça entre os encomendeiros e os bandeirantes na captura do nativo, aprisionando-o para o trabalho escravo, principalmente nas lavouras do centro e norte do

Brasil. Dentro dessa perspectiva, é preciso refletir que os espanhóis, sejam eles padres, funcionários dos jesuítas ou irmãos da ordem, sejam colonos nascidos na Espanha, já tinham o domínio tanto do cavalo como do gado bovino quando os povos originários desenvolveram essas técnicas ao longo dos anos após a introdução desses animais na América, sendo este também mais um motivo para servirem nas grandes fazendas.

Devido às diversas investidas dos paulistas, as reduções na região do Tape já esperavam o ataque. Por volta do ano de 1636, a primeira redução, chamada Jesus Maria, é atacada por Antônio Raposo Tavares, que após forte confronto contra os povos reduzidos e missionários, conquistou mais duas reduções, São Cristóvão e São Joaquim.

Após a primeira investida na região do Tape, ocorreram mais duas entradas, uma também em 1636, ambas chefiadas por André Fernandes, que chegou às redondezas do Rio Taquari, devastando a redução de Santa Tereza; e uma bandeira, comandada por Fernão Dias, que tentou a conquista em 1638, no vale do Rio Ibicuí.

Vinham os mamelucos em número de quinhentos a seiscentos com mais de quatro mil índios tupis e setecentas canoas que tinham preparado nas margens dos rios com as quaes accuparam o rio Acaraguá, afluente do Uruguay, enquanto suas tropas entraram no povo ermo (TESCHAUER, 1918, p. 204).

As invasões paulistas ocasionaram um enorme atraso na formação de novas reduções na banda oriental do Rio Uruguai, mas os missionários, em conjunto com os índios, estavam preparados para o avanço dos bandeirantes. Na última incursão, os jesuítas já os esperavam, momento em que aconteceu o confronto, e com ele a derrota da bandeira, levando ao aprisionamento alguns paulistas.

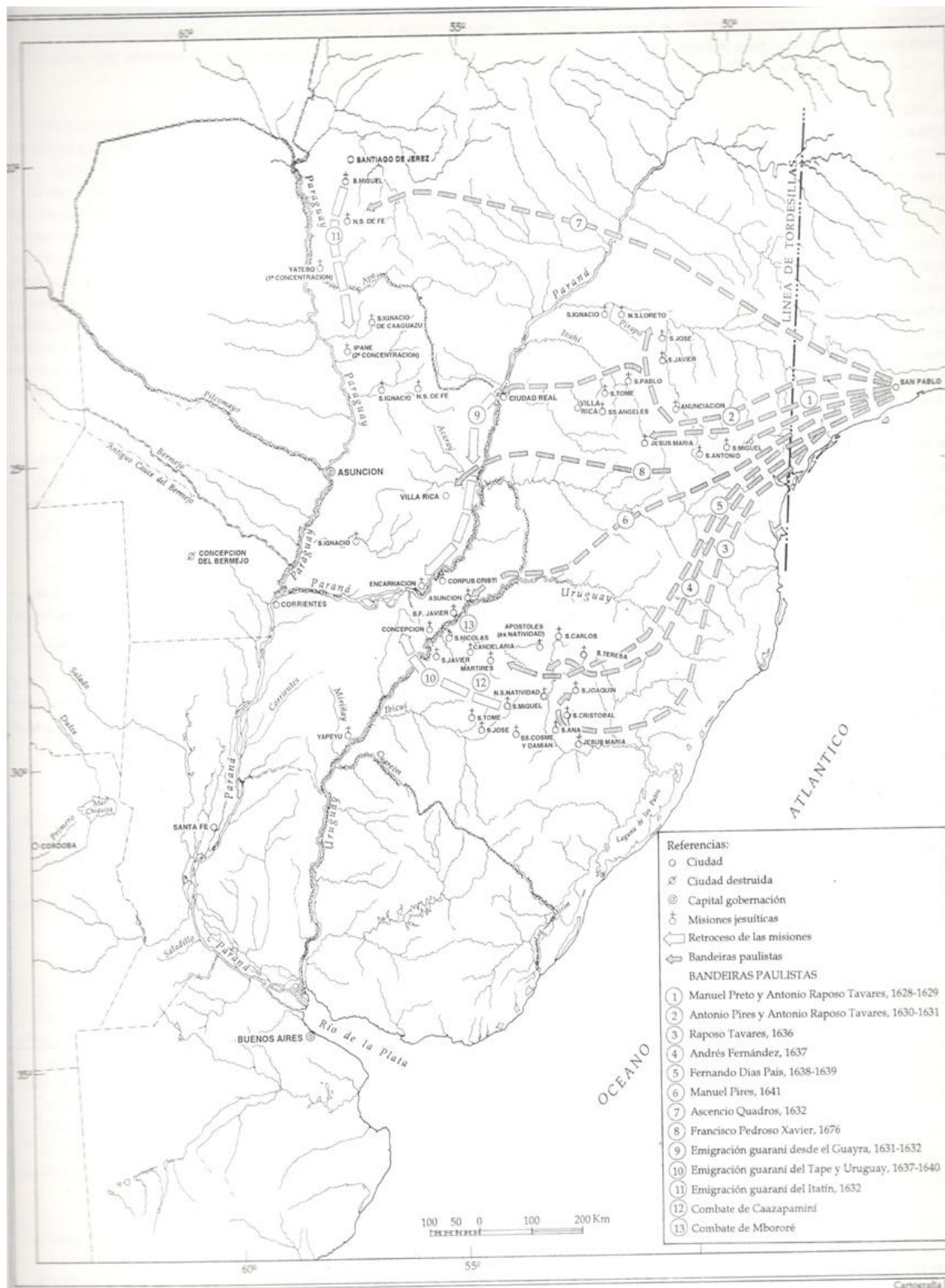
A indignação por essa afronta à bandeira por parte dos missionários levou os bandeirantes a fazer outra investida para capturar índios e liberar os paulistas aprisionados, mas foram novamente derrotados na batalha de M' Bororé, em 1641, expulsando portugueses e mamelucos do território.

A partir de 1640, por intermédio dos jesuítas, os povos missionários obtiveram armas de fogo da coroa espanhola para poder barrar o avanço das incursões bandeirantes. Disso resultou que, já em 1641, os guaranis, orientados por jesuítas, lograram embaraçar uma expedição que avançava sobre as reduções da margem direita do Uruguai, no local chamado M' Bororé, nas imediações de São Xavier. Tanto para os jesuítas quanto para os guaranis, a obtenção de armas de fogo, e sua eficácia comprovada na batalha de M' Bororé, teve um significado capital na consolidação do modelo catequético reducional (LANGER, 2005, p. 62).

O mapa a seguir, representado pela figura 2, mostra as bandeiras chefiadas por paulistas adentrando em território missioneiro. Em sua maioria, as reduções fundadas no atual território rio-grandense foram destruídas, obrigando os reduzidos a migrarem para a banda ocidental. Esse processo de bandeiras não terminou completamente, pois ainda houve algumas tentativas, anos mais tarde. A partir de 1641, as bandeiras não afetavam mais as reduções jesuíticas, porém o processo teve fortes consequências.

As mortes sangrentas e a destruição das reduções da banda oriental levaram os reduzidos que sobraram a se agruparem em outras reduções. A população missioneira havia sido dizimada pela metade devido a esses ocorridos, e os jesuítas então abandonaram o território da banda oriental do Uruguai por cerca de 40 anos.

Figura 2 – Caminhos que faziam os bandeirantes para captura de mão de obra indígena



Fonte: Maeder; Gutiérrez, 2009, p. 22

É válido salientar que após a batalha de M'bororé a Coroa reconheceu que os índios missioneiros tinham a capacidade de se defender e lutar como tropas organizadas,

e dessa maneira foi criado o Exército Guarani, que diversas vezes lutou para defender as missões e o território espanhol contra portugueses, índios não reduzidos e ingleses.

Premiados pela investida das bandeiras, salvando a custo o seu material humano, semente preciosa da catequese inicial, abandonaram, no entanto, o gado com que acudiam às necessidades alimentares dos índios reduzidos em suas aldeias. E é ainda o receio de novas incursões bandeirantes a causa principal do transmalhamento a difusão geográfica desses rebanhos que se multiplicam assombrosamente pelas campanhas e pastagens do Sul, dando margem à fabulosa riqueza pecuária das vacarias (PORTO, 1954, p. 234).

Após a batalha de M' Bororé, as reduções construídas na banda oriental do Rio Uruguai ainda na primeira fase foram destruídas, mas o território permaneceu com os povos originários que ali habitavam. Contudo, muitos dos índios que conheciam a fé cristã passaram a viver novamente de acordo com seus antigos costumes.

Já as famílias que aceitaram se estabelecer na banda ocidental do Uruguai viviam de forma reduzida, mas sempre tendo comunicação com seus familiares que decidiram permanecer na banda oriental. Os jesuítas não abandonaram completamente o território, pois permaneceram resquícios de suas primeiras estâncias, como é o caso de São Miguel, em que o gado prosperou, dando embasamento para que mais tarde lutassem pelo direito a Vacaria do Mar.

A partir da década de 50 do século XVII, a banda oriental passou a ser ocupada novamente pelos missioneiros, dentro de outra conjuntura dinâmica, se assim podemos afirmar. Tal dinâmica ocorreu devido à fundação dos Sete Povos Missioneiros, a partir da década de 60 do século XVII, localizados de forma estratégica. São Borja (1687) estava à margem do Rio Uruguai e de frente à Santo Tomé, o que, em caso de necessidade, tornaria o traslado entre os povos fácil e rápido. São Nicolas (1687), São Luís (1687), São Miguel (1687), São Lourenço (1690) e São João (1691) localizavam-se entre os rios Piratini e Ijuí, e Santo Ângelo (1707) ficava na margem deste último. A proximidade dessas reduções, portanto, facilitava a comunicação e a defesa em caso de ataques.

Conforme Masy (1990), as localizações demográficas com a instalação dessas reduções exigiam recursos para sua manutenção. Na margem esquerda do Rio Uruguai ocorreram conflitos entre missioneiros com as cidades de Santa Fé e Corrientes pela posse do gado. Na colônia de Sacramento, os portugueses também exerciam pressão pela posse sobre o gado oriundo da Vacaria do Mar. Esses fatores fizeram com que os Sete Povos Missioneiros organizassem as estâncias missioneiras. Entretanto, povos como Yapeyú, A

Cruz, Santo Tomé, São Francisco Xavier, Conceição e Apóstolos também tinham suas estâncias na margem direita do Uruguai.

A ocupação, conquista e implantação do projeto colonizador espanhol, através da IHS, com seu projeto reducional evangelizador, já se aproveitando dos povos que habitavam a banda oriental, os levou a construir suas reduções e estâncias de forma estratégica. As fronteiras que eram instáveis, fosse isso devido aos portugueses, fosse com os grupos que não se submeteram ao projeto reducional, eram uma preocupação constante da Coroa espanhola.

Nesse processo, que ficou denominado de reduções da segunda fase, os Sete Povos Missionários da banda oriental e as reduções e estâncias dessa banda durante o período colonial estavam inseridos no jogo estratégico também da Espanha. Quando estamos tratando das fronteiras coloniais na América, é preciso entender que antes mesmo da chegada dos europeus já existiam fronteiras delimitadas pelos povos que ali estavam. Assim, a criação de novos espaços, baseados em outras perspectivas de povoamento, como a redução e a estância, podem ter se constituído como uma preparação para o controle dos nativos, pois:

Cada doutrina, ou povo, recebida doação de uma extensão de uma faixa de terra que dividia em estâncias de criação de gado. Cada estância subdivide-se em postos, ou pequenas invernadas, sob ordens de um posteiro. Quer nas estâncias, quer nos postos erigiam-se pequenas capelas, que se tornavam núcleos de futuras povoação e cidades. Assim também os acidentes geográficos que rebaptizam (PORTO, 1954, p. 321).

Dessa maneira, a estância de São Borja foi fundada nas proximidades do Rio Negro, e assim como as outras estâncias esta era abastecida em seus primórdios pela Vacaria do Mar. Para começar uma historiografia sobre essa estância é necessário compreender os acontecidos recorrentes a esse espaço, bem como os povos pampeanos, os povos “reduzidos”, as reduções e o gado bovino, que assistiram no espaço anteriormente à fundação das estâncias missioneiras, em específico a de São Borja, que é o tema da pesquisa.

2. A PRESENÇA DOS “ÍNDIOS” MINUANOS-GUENOAS NA VACARIA DO MAR

O presente capítulo vai imergir na investigação sobre a Vacaria do Mar e como se deu sua “descoberta” por parte dos primeiros padres residentes na redução de Yapeyú, além dos motivos que os levaram a essa descoberta, que significou crescimento e permanência das reduções jesuíticas na região por muitos anos.

A reserva de gado bovino era muito cobiçada pelos diversos povos presentes naquele espaço. Após esses animais serem achados pelos espanhóis, passaram a acontecer as incessantes retiradas de gado para os mais diversos fins, que iam desde o proveito da carne para a alimentação até a extração de couro e chifres para a venda nos portos do Rio da Prata.

A Vacaria do Mar, por direito, pertencia à Coroa espanhola, mas isso não era considerado no interior do território, pois as retiradas desses animais sem autorização se agravaram, ficando cada vez mais frequentes, preocupação que gerou uma série de conflitos, pois tinham de decidir a quem pertencia o gado, um valioso recurso de lucros e subsistência nos anos vigentes.

Assim, neste capítulo, vamos tratar algumas questões primordiais a respeito desses conflitos judiciais, de introdução do gado para a decisão de posse, e de quem poderia retirar o gado bovino da Vacaria sem infringir as demandas do vice-reinado da Espanha.

Dessa maneira, procura-se entender a introdução do gado no antigo território. Tal ato foi a chave das discussões a respeito do direito de espanhóis, portugueses e jesuítas sobre os animais. Por fim, vamos discutir a presença de um grupo que não estava inserido nessas discussões, mas que executava um papel inerente ao desenvolvimento do gado bovino que se situava em seus territórios, tornando-se elemento principal no que tange ao desenvolvimento e à proliferação desses animais.

2.1. Encontrando o gado bovino

Os índios reduzidos, após a batalha de M´Bororé, tornaram-se ótimos soldados, defendendo inúmeras vezes o território das missões jesuíticas das incursões de

portugueses, colonos espanhóis e índios “pampeanos” inimigos, como os yarós⁵, os charruas e os minuanos-guenoas.

Pero, por otra parte, una consecuencia importante de M'bororé el nacimiento del ejército, que precisamente modifico la vida de las reducciones, su economía, su administración y hasta las propria relaciones familiares. La guerra fue un drama con el tuvieron que convivir los guaraníes reducidos. Sus milicias prestaron importantes servicios a las autoridades españolas y es larga la lista de acciones bélicas para las que fueron convocadas en el transcurso de un siglo (AMABLE; DOHMANN; ROJAS, 1962, p. 43).

Por volta do ano de 1670, passados mais de 30 anos que esses índios deixaram seus espaços nas missões da banda oriental do Uruguai e passaram a viver na margem direita do mesmo rio, e em meio às disputas das coroas ibéricas, a IHS fazia o papel de frente expansionista nos territórios considerados espanhóis. Por volta de 1670, em meio às investidas de colonização, os jesuítas das reduções receberam a notícia de que colonos portugueses estavam adentrando no território sul, pelo litoral.

Essa pretensão de posse de terras por parte dos portugueses já vinha sendo planejada gradualmente, isso por parte do governador do Rio de Janeiro, Salvador de Sá⁶. O intuito era povoar a costa do litoral sul e com isso facilitar o acesso da Coroa portuguesa até o Rio da Prata. Com a morte do rei de Portugal em 2 de novembro de 1656, esse objetivo tornou-se ainda mais concreto.

Morto D. João IV, a ascensão de D. Luiza de Guzmán como Rainha Regente parece dar a Salvador de Sá melhores possibilidades para fazer valer suas pretensões a uma donatária nas partes do Sul. Em um dos seus dois requerimentos nesse sentido, declara que quer povoar uma capitania nas terras “onde chamam a Ilha de Santa Catherina, começando a banda do Sul, e não havendo terra bastante para se lhe inteirar a Capitania, que pede destas terras de 100 léguas de costa, como he uso e costume, pouco mais ou menos, de inteirará nas terras que se demarcarem com estas, e forem de V.M. que estão despovoadas, e ficam entre a Capitania de São Vicente e Rio da Prata...” (HOLANDA, 1960, p. 323).

Por conta desse acontecimento, cessaram os acordos de paz da Coroa portuguesa com a Coroa espanhola, e com isso as investidas dos colonos portugueses começaram a ser cada vez mais visíveis, entrando no espaço considerado espanhol. Eles foram

⁵ Yaro, según Sepp, quiere decir “infiel”. Carta del padre Sepp, sin fecha. En *Cartas edificantes y curiosas escritas de las misiones extranjeras y de levante / por Algunos Misioneros de la Compañía de Jesús, Traducidas del Idioma Frances por el Padre Diego Davin de la Misma Compañía*. T.VII. En Madrid: en la Imprenta de la Vda. de Manuel Fernández y del Supremo Consejo de la Inquisición. 8 Tomos. Madrid, 1753.

⁶ Salvador Correia de Sá, que por duas vezes ocupou o cargo de governador-geral do Rio de Janeiro (1568-1571 e 1577-1598).

invadindo lentamente os limites impostos pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, que já não fazia mais barreira para os postos de guarda portuguesa, e assim foram adentrando, até chegar ao estuário do Rio da Prata.

Em meados de 1680, os boatos de que os portugueses estavam cada vez mais presentes e ocupando as encostas do Rio da Prata, tornando-se uma ameaça visível aos negócios espanhóis, começaram a se espalhar entre os jesuítas e os índios pampeanos, causando inquietação a estes.

Os jesuítas, por estarem à frente da expansão espanhola, principalmente na banda oriental do Rio Uruguai, resolveram investigar a veracidade da notícia, e grande parte de índios reduzidos de Yapeyú participou dessa incursão, pois estes eram considerados pelos jesuítas os mais experientes para chegarem até o litoral.

A missão foi chefiada pelo Padre Jacinto Marquez, vice-cura de Yapeyú. Conforme adentravam no antigo território missioneiro, os homens avistavam abundante quantia de gado. “Para esquadrihar melhor esta vasta região, Marquez dividiu a força em três grupos, que seguiram rumos diferentes. Exploraram as nascentes do rio Santa Maria e do Vacacaí, desceram até a baía de Maldonado, no estuário do Prata” (ARAÚJO, 1992, p. 207).

Além da comprovação da presença dos portugueses no litoral, a existência de gado na banda oriental do Rio Uruguai fez com que o provincial de Assunção se deslocasse para as missões desse local, com intuito de não deixar o gado por muito tempo solto nos campos. “Na reunião que manteve com os curas missioneiros, foi analisado o relato de Jacinto Marquez na presença dele. Todos concordaram que aquela riqueza incalculável não poderia ficar à mercê do acaso, sem cuidados” (ARAÚJO, 1992, p. 209). A riqueza a que o autor se refere é o gado.

O gado da Vacaria do Mar havia sido “descoberto” por parte dos espanhóis, mas nessa época os “índios pampeanos” tinham pleno conhecimento e alimentavam-se desses animais, que se situavam em seus territórios.

Sendo assim, o gado procriado na Vacaria do Mar foi manejado gradativamente, em que várias incursões eram organizadas, principalmente pelos vaqueiros das reduções. Yapeyú, inúmeras vezes, organizou rodeios para a busca de gado para o sustento das reduções. “Em 1679, o padre Jacinto Marques, vice-cura de Japeju, acompanhado de 62 peões foi vaquear na Vacaria do Mar. Foi até a cabeceira do rio Santa Luzia (R.O.U), de onde levou de 8 a 900 cabeças de gado para a Estância Santiago” (CLOS, 2012, p. 39). A estância de Santiago era uma estância de cunho menor, sendo pertencente ao povo de

Yapeyú, que possuía estâncias desde o ano de 1627, formadas por gado bovino retirado das reservas que se situavam entre os rios Paraná e Uruguai. Dessa maneira, tinham experiência na lida com esses animais, e a “descoberta” da Vacaria do Mar fez com que esse povo aumentasse seus postos e a quantidade de gado em suas estâncias.

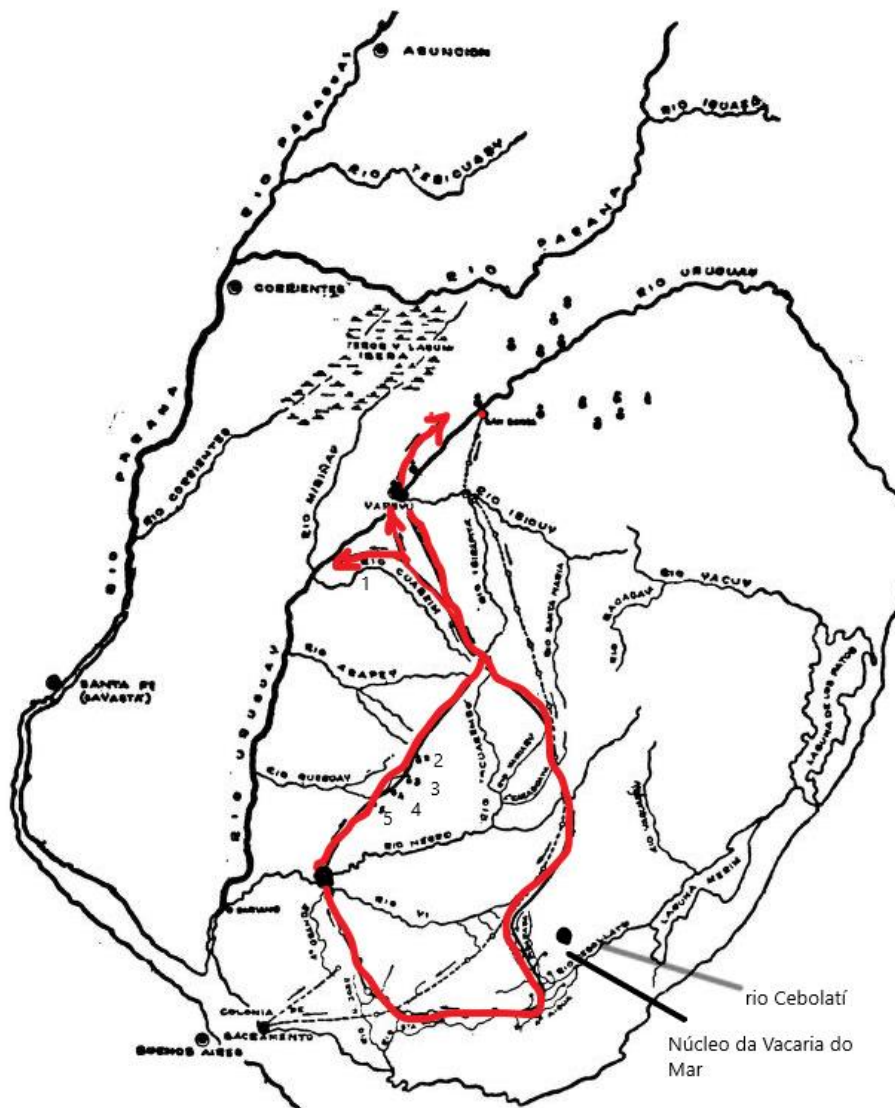
Pouco a pouco os Yapeyuanos se especializaram no manejo de gado e começaram a formar estâncias. Estas não constituíam, propriamente, um - estabelecimento pecuário. Tratava-se, antes, da acomodação de um espaço limitado por elementos naturais, como rios e formações rochosas, em que se reunia gado chimarrão (SCHIMITZ *et al.*, 2018, p. 408).

Após os padres residentes no povo de Yapeyú localizarem a Vacaria do Mar e a exporem para os demais grupos, principalmente aos colonos espanhóis, estes começaram a se abastecer, mesmo sem consentimento das reduções nem da autorização dos provinciais, retirando o gado dali sem empecilho algum.

As ocasiões em que os jesuítas formal e publicamente defenderam a tese, de que o gado da Vacaria do Mar descendia do gado abandonado na evacuação de 1637 e 8, foram várias, sobretudo no fim da terceira década do século 18, quando os espanhóis pleitearam seu direito a vaquear [...] (BRUXEL, 1961, p. 148).

O desenho da figura 3, feito por Manuel Campal, representa o mapa dos caminhos para a Vacaria do Mar, nos permitindo compreender melhor o caminho percorrido pelos vaqueiros missioneiros para a captura do gado nesse núcleo. A linha contínua, que está na cor vermelha, representa o possível caminho feito pelos povos missioneiros, partindo de Yapeyú até a chegada ao sul, próximo ao Rio Cebolati, onde se situava a maior concentração de gado da Vacaria do Mar. Também está demarcado o caminho reverso do rodeio, passando pelos postos até Yapeyú, que conseqüentemente começaram a aparecer por conta da grande quantidade de gado arrebanhado até as missões.

Figura 3 – Representação do caminho percorrido até a Vacaria do Mar



Fonte: Campal, 1968, p. 210

Por volta de 1680, outra expedição de um grupo de vaqueiros do povo de Yapeyú, comandado pelos padres da Companhia de Jesus Gerônimo Delfin e Domingos Rodiles, iniciou a incursão até a Vacaria do Mar. Nesse mesmo ano foi fundada a colônia de Sacramento, por parte do governador do Rio de Janeiro, Dom Manuel Lobo⁷.

A pedido del gobernador de Buenos Aires, el Superior de las Misiones Jesuíticas dispuso la vigilancia de las costas del Atlántico y Río de la Plata para

⁷[...] nomeado para governador do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1678, D, Manuel Lôbo recebe orden, em carta régia de 22 de novembro (a provisão conhecida a esse respeito, não carta régia, é datada, em verdade, de 12 de novembro), para, depois de tomar posse do cargo, descer ao Rio da Prata e fazer na ilha de São Gabriel um reduto fortificado, além de uma colônia para residência dos vassallos reais (HOLLANDA, 1960, p. 327).

prevenir la inminente penetración lusitana. Dicha comisión estuvo a cargo de los PP Gerónimo Delfin y Domingos Rodiles, quienes recorrieron esos lugares al frente de una partida de indios de Yapeyú, precisamente en los mismos días en que Manuel Lobo fundaba la Colonia (CAMPAL, 1968, p. 205).

Após a chegada da expedição do exército de Yapeyú, nas proximidades do Rio da Prata, foi possível verificar a existência de um grande quantitativo de animais na região. Aqueles que estavam à frente dessas expedições reuniram-se com seus superiores, que determinaram que os vaqueiros das reduções retirassem o gado de Vacaria do Mar e assim fossem supridas as demandas de abastecimento nas reduções.

Algunos años después los vaqueros de Yapeyú iniciarían la extracción de ganados cimarrones de la Vaquería del Mar, con destino a los pueblos de Misiones que hasta entonces habían tenido un desarrollo lento y aleatorio; con este aporte pudieron mejorar rápidamente su nivel de vida y emprender conquistas más avanzadas, tanto en lo económico como en lo social y espiritual (CAMPAL, 1968, p. 193).

Pode-se afirmar, portanto, que o gado retirado da Vacaria do Mar contribuiu essencialmente no desenvolvimento econômico, servindo de base alimentícia, principalmente nas missões. O gado *vacum* passou a ser importante fonte de subsistência e renda; já ocavalar e o muar, de garantir as demandas de deslocamento de suprimento entre uma redução e outra. Com a introdução do cavalo, além do deslocamento por água, tem-se a locomoção por terra, modificando o modo de vida dos povos indígenas e das reduções. Logo, esses animais também reestruturaram a vida dos povos “pampeanos”, que, desde que o gado foi introduzido da banda oriental, aprenderam a conviver com essa nova espécie.

En esta Vaquería del Mar los grupos de indios no reducidos, semi-nómades, incorporaron con facilidad el uso de ganado ecuestre adoptando nuevos hábitos de subsistencia y una gran amplitud de movilidad territorial, a su vez que incorporaron el consumo/comercialización/truque de la yerba y tabaco producido por las misiones. Estos grupos semi-nómades, consideraron el territorio y especialmente las estancias de las misiones, como reservas de ganado vacuno y cabalar (LEVINTON; SNIHUR, 2015, p. 119).

Os “índios pampeanos”, gradativamente, adaptaram-se às modificações em seu meio. Desde que o gado foi ali inserido, mostraram-se habéis montadores de cavalo e amansadores do gado chimarrão. Eles se encaixaram às novas condições que o gado trouxe ao meio geográfico, social e cultural em que estavam. “O gado vai ser a origem precípua da expansão civilizadora no extremo Sul. Modifica as Fácies econômico-

geográfica da terra, criando utilidades que possibilitam meios compensadores de vida” (PORTO, 1954, p. 235).

O gado presente na região Sul trouxe uma ressignificação para o espaço onde os povos estavam inseridos, antes da abundante presença desses animais nos espaços situados entre os rios Negro e da Prata. Até então, esses locais eram poucos visados, mas por conta do possível lucro que os animais poderiam gerar, começaram a despertar a cobiça tanto de espanhóis como de portugueses, que começaram a se estabelecer nas suas proximidades.

2.2. Litígios sobre a quem pertencia o gado da Vacaria do Mar

Após o “descobrimento” da Vacaria do Mar, desperta-se, por parte da IHS, a cobiça, e junto com isso o receio da escassez do gado nessa região, gerada pela caça predatória. Diante disso, levantaram-se dúvidas sobre a quem pertenciam de fato os animais presentes naquele espaço, ainda mais considerando o uso comum que já estava sendo feito desses animais. Espanhóis, jesuítas e portugueses se diziam provedores do gado existente nessa vacaria, e a disputa ocasionou litígios, estes relacionados ao direito de arrebanhar o gado.

2.3. Espanhóis

Os espanhóis defendiam que o gado era proveniente das 100 vacas que foram introduzidas por Hernandarias⁸ nas ilhas do Rio Uruguai, próximo à foz do Rio Negro. Na primeira etapa de introdução do gado, foram levadas 50 vacas prenhas no ano de 1611 e outras 50 em 1617.

Como consecuencia de la despoblación de la banda oriental y de la falta de caballos que padecían los pocos indios infieles que la habitaban, él procreo del ganado bovino que hizo echar Hernandarias probablemente en el rincón que forman con el Uruguay los ríos Negro y San Salvador (la mitad del ganado vacuno de la segunda introducción de 1617, constituida por 50 vaquillonas y 4 toros), se produjo en total sosiego hasta 1680, fecha del establecimiento por los portugueses, de la Colonia del Sacramento (CAMPAL, 1968, p. 204).

⁸ Hernando Arias de Saavedra, também conhecido como Hernandarias, nasceu em Assunção em 1561 e faleceu em Santa Fé em 1634. Militar e político nascido na América, foi o primeiro crioulo que ocupou o posto de governador de uma região colonial.

Hernandarias fez ainda duas introduções de gado à banda oriental do Uruguai. Esse gado poderia desenvolver-se facilmente, devido às condições do clima e às pastagens onde foi deixado. Os “índios pampeanos” também já estavam habituados à presença de animais, pois circulavam nas estâncias de Entre Rios e Santa Fé, por volta do ano de 1635, em razão do contato constante com a sociedade colonial espanhola da época.

Não se diga que as pastagens não prestavam, e que o gado emigrou. Hernandarias não lançaria o seu gado em pastagens, tão ruins que obrigassem o gado a emigrar totalmente. Além disso sabemos que, quando depois da fundação de Colônia, espanhóis e portugueses introduziram o gado naquela região, êle prosperou admiravelmente. Nem podemos imaginar-nos outros fatores adversos naturais, como feras, ou humanos, como os charruas que obrigassem o gado a emigrar totalmente para centenas de quilômetros de distância (BRUXEL, 1961, p. 132).

Sendo essa uma das interpretações a ser considerada, não convém nos determos em compreender se Hernandarias teria posto o gado ou não, pois ele possuía uma fazenda em Santa Fé, entre os rios Paraná e Uruguai. Por volta de 1630, há comprovações de que Hernandarias teria gado e peões na banda ocidental do Paraná e Uruguai. “Os criolos eram peões de uma grande estância de Hernandarias, situada em Entre Rios” (ARAÚJO, 1992, p. 175). Essas afirmações nos levam a acreditar que poucos obstáculos o impediriam de transladar os animais até a banda oriental do Uruguai.

A asserção espanhola de que o gado é proveniente das crias das vacas postas por Heranandarias tinham um grande valor, pois esse gado deveria ter se multiplicado devido às pastagens e ao clima, propícios para o seu desenvolvimento. Tal fato alimenta outra proposição, que será esclarecida adiante, que a é a ideia de que o gado da Vacaria do Mar não prosperou livremente, mas sim teve contribuição de “índios pampeanos” em seu desenvolvimento.

2.4. Índios pampeanos

Dessa maneira, há outra hipótese sobre a criação da Vacaria do Mar. Fica subtendido, assim, que no meio das disputas pelos animais há o desenvolvimento e a criação do gado das reservas pelos “índios pampeanos”. Esse grupo vivia há muito tempo em territórios onde se compreende hoje serem o Uruguai, a Argentina e a metade sul do Rio Grande do Sul. Em vista disso, pode-se constatar que os “pampeanos” estavam presentes nesses espaços muito antes da entrada dos jesuítas no território.

Os charruas, anterior a 1635, já tinham o domínio do gado nas estâncias de Entre Rios e Santa Fé, e por esse motivo conclui-se que os povos desde cedo se adaptaram com o gado, fazendo manuseio tanto dos bovinos quanto do cavalo. As técnicas de manuseio que minuanos-guenoas, charruas e yarós possuíam ao lidar com o gado chimarrão tornou-se lucrativa para esses grupos.

Os charruas trabalhavam como peões nas estâncias de gado de Entre Rios e ajudavam (en las vaquerias y acarreo de mercaderias para los truques, haciendo vida comum con los jovenes criollos santafesinos, que iban cazar y vivir entre los indios, copiando sus costumbres y defectos, de lo que se queja varias veces el cabildo (ARAÚJO, 1992, p. 175-176).

Os charruas da banda ocidental do Rio Uruguai conviviam há muitos anos com o gado bovino, postos nas fazendas de Santa Fé, visto que constantemente faziam travessias dos rios com gado e cavalos. Cabe salientar que o Rio Uruguai ao norte do Salto Grande e próximo ao território dos charruas tinha inúmeros passos que possibilitavam as travessias, proporcionando o deslocamento dos animais para a banda oriental com pouco ou quase nenhum empecilho. Tal hipótese, mais uma vez, coloca os “pampeanos” à frente em termos de criação e adaptação do gado bovino. O autor Diego Bracco nos afirma o seguinte, sobre a aculturação dos povos pampeanos e a lida com o gado.

Al menos desde la década de 1670 los guenoas actuaban como pastores de ganado, tal vez procedente de los pueblos de misiones destruidos por los paulistas en la década de 1630. No es posible determinar los caminos por los que devinieron pastores, aunque podría deberse a un proceso de aculturación relacionado con la dispersión subsiguiente a dicha destrucción. En ese sentido, la difusión de productos como la yerba y el tabaco demuestra que la interacción era ya intensa en esa fecha (BRACCO, 2004, p. 126).

Como pode-se observar no mapa 1, os territórios se davam por questões sociais, ignorando a forma de fronteira conhecida pelos europeus, esta que era conhecida principalmente pelos limites naturais. Assim, o Rio Uruguai ao norte não fazia um papel de limite natural, e com isso os charruas e minuanos-guenoas transitavam livres entre as bandas oriental e ocidental, trocando e vendendo o gado *vacum* por erva-mate, tabaco e outros utensílios que fossem proveitosos para eles.

Esse ato de venda de gado manso nas reduções jesuíticas pelos “pampeanos” parece demonstrar que tais povos se faziam presentes como caçadores nos espaços onde estava situada a Vacaria do Mar. Com o passar dos anos, eles desenvolveram técnicas de pastoreio, e assim entende-se que os povos minuanos-guenoas e charruas habitavam o

território ao sul, que hoje conhecemos como estado do Rio Grande do Sul, e o Uruguai, próximo à Bacia do Rio da Prata, muito antes da proliferação do gado, e que isso ocasionou o surgimento da vacaria.

A introdução do gado nesse território obrigou os povos ali existentes a modificarem seu modo de vida, de acordo com as novas condições, aprendendo então as técnicas e o manejo do gado que estavam em suas terras, aplicando-as a seu favor e repassando-as de geração a geração.

Os pesquisadores Bracco, Bracco y Fariña (2016) publicaram um estudo sobre a difusão do cavalo na banda oriental do Uruguai, trazendo à tona questões importantes e modificando o modo de pensar eurocêntrico.

Existen grandes interrogantes sobre el panorama étnico regional a finales del siglo XVI y por ende sobre la participación que los indígenas habrán tenido en el proceso de difusión del caballo. Expresado a modo de conjetura, algunos indicios sugieren que los charrúas fueron canoeros hasta que devinieron ecuestres, quizás durante el primer tercio del siglo XVII. La documentación de esa época, los muestra actuando en Buenos Aires, entre los ríos Paraná y Uruguay desde Yapeyú a su desembocadura en el estuario del Plata hasta Montevideo. Al sustituir la canoa por el caballo, habrían modificado el escenario donde eran preponderantes, buscando los vados del río Uruguay al norte de Salto. Si así fue, deben de haber desempeñado un rol tan relevante como poco documentado en el proceso de difusión del caballo en territorio de la actual República Oriental del Uruguay (BRACCO; BRACCO; FARIÑA, 2016, p. 84).

O movimento de difusão do cavalo entre os territórios missioneiros feito pelos charruas, que transitavam e negociavam entre esses espaços, mostra que tais grupos já circulavam entre as estâncias de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires bem antes da “descoberta” da Vacaria do Mar.

Como podemos ver no mapa 1, os grupos minuanos-guenoas, yarós, bhoanes e charruas estavam distribuídos dentro do território considerado próprio das missões, compreendendo parte do litoral sul até o Rio Paraná e as encostas do Rio da Prata, subindo até as proximidades do Rio Ibicuí. Através dele e juntamente com a documentação, podemos perceber que as vacarias e as estâncias de criação de gado se desenvolveram em território ancestralmente pertencente aos “pampeanos”.

Mapa 1 – Mapa das missões da Companhia de Jesus



Fonte: Furlong Cardiff, 1936, p. 16

Pesquisas indicam que desde muito cedo esses grupos dominavam as técnicas de manuseio com cavalo, mostrando-se ágeis montadores, visto que percorriam longas distâncias com esses animais imbuídos para interagir com outros grupos, tais como os colonos portugueses e espanhóis, que tinham como propósito a troca ou a venda do gado bovino.

2.5. Portugueses

Os portugueses também afirmaram que tiveram contribuição para a criação da Vacaria do Mar. A asserção consistia em que eles haviam trazido o gado nas interações que tiveram com a banda oriental do Uruguai, principalmente com o projeto de

planejamento de povoar Rio Grande de São Pedro, próximo à Lagoa dos Patos e Rio Grande, antes de 1680. “A terceira tese aponta os portugueses como responsáveis pela formação de tal vacaria. Ao que tudo indica, durante o governo de Salvador Correa de Sá e Benavides, os portugueses teriam levado gado de São Vicente para Laguna” (SILVA, 2006, p. 56).

As autoridades portuguesas alegavam ter direitos iguais ou maiores que os espanhóis para com este gado. Segundo Araújo, tais afirmações não se sustentavam, pois, logo após a fundação dos povoados de Laguna, eles faziam incursões para a banda oriental, apropriando-se assim do gado existente.

Aqueles portugueses que desciam pelo litoral tocando as caravanas de negros para Buenos Aires já tinham avistado as manadas selvagens do tape, ainda que muito longe. Mas não de tão longe que não pudessem avaliar a riqueza imensa que andava por ali. Eles caminhavam pela areia da praia com um olho nelas. Buscavam descobrir um modo de se assenhorar daquelas vacas – um verdadeiro presente caído do céu, pois não tinham contribuído em nada para a sua formação (ARAÚJO, 1992, p. 209).

Em meados de 1680, ano da fundação da Colônia de Sacramento, os portugueses tinham dificuldades no manejo do gado alçado de campo. A rica matéria-prima (sebo e couro que eram vendidos aos corsários) estava diante de seus olhos. Não demorou muito tempo, então, para começarem a tirar proveito do gado solto no campo, visando ao lucro que os animais da Vacaria do Mar tinham a oferecer.

La qual declara. "confirmaron los Cap.,"s Ju." de Arriola y Marcos Romero y Anade Arriola q los Pineiros y otro vecino muy principal de S. ' feê han estado anos enteros en dhas vaquerias, sacando y embiando vacas a la Prov. sin sesar de vaquear todo el ano. Idem el Cap." D. Pedro Joseph de Vera anade q aviendo passado a la Colônia de S. Gabriel y estado en cila, vio en vários Arroyos y rrios q los Portugueses hazian cueros ocultam." y que un Mercader Português llamado D. Geron.' Sotto estava en un Arroyo llamado S.'" Lucia con tienda abierta conchavando mozos y Péones para hazer corambre (DE ANGELIS, 1954, p. 180).

A figura 4, de 1715, de autoria de Willim Toller, representa a caça ao gado chimarrão nas encostas do Rio da Prata. A imagem faz parte do diário da viagem de Toller pelo Prata, até a chegada em Buenos Aires, descrevendo a fauna e a flora que encontrava – e em algumas das suas paradas pelo caminho, descreve a captura do gado alçado por parte dos portugueses nas proximidades do Rio da Prata. A figura mostra a dificuldade que era a caça predatória do gado xucro, em que os europeus armados tentavam capturar

um touro, provavelmente para o fomento do início da indústria de couro no Velho Continente.

Figura 4 – Imagem do ano de 1715 que representa a caça ao gado chimarrão pelos europeus



Fonte: Toller, 1715

Pode-se perceber esse aproveitamento do gado por parte dos portugueses nos documentos transcritos por Pedro de Angelis. A presença lusitana se dava no entorno de vários rios que se localizavam próximos a Vacaria do Mar. Eles, então, contratavam vaqueiros para a caça do gado, tendo como objetivo principal a extração de sebo e couro para a venda.

[...] y notorio que de ay se ha originado el desorden de comerciar con los Portugueses, ayudándoles en sus faenas, vendiéndoles cavallos, cueros, sebo y grasa. comprándoles sus géneros prohibidos; y no de que entren los dhôs Yndios Tapes â vaquear, los quales siempre han abominado y aborrecido este comercio, y ei que dhôs Portugueses disfruten las referidas campañas (DE ANGELIS, 1954, p. 184).⁹

Sendo assim, muito dos índios que ajudavam na captura do gado eram de origem minuano-guenoa, localidade que se encontrava mais próxima de onde estavam situados os portugueses. Esses vaqueiros eram alguns dos “índios pampeanos” que, em troca de mercadorias, ajudavam os lusitanos na caça desses animais.

Outro fator que influenciou os “pampeanos” em determinados momentos a se aliarem-se aos portugueses se dá por visarem a um maior proveito das situações em que

⁹ XXXIV - exorto do padre Joseph de Aguirre ao governador de Buenos Aires, D. Bruno Maurício de Zavala, Pedindo-lhe anulasse a ordem que intimava os índios das reduções a não se abastecerem nas vacarias do Uruguai. Buenos Aires. 9-VII-1722.

se encontravam. Em alguns momentos, eles se viam em guerra com algumas nações de índios, e muitas vezes estes eram os guaranis “reduzidos”.

Estos indios eran enemigos tradicionales de los guaranies cristianos; y los portugueses, por medio de generosos obsequios, lograron acentuar esa enemistad, al punto de que la extracción de ganados de la Vaqueria del Mar se tornó muy difícil a los vaqueiros yapeyuanos, por la hostilidade permanente de los minuanes y guenoas, que controlaban el Este de la banda Oriental (CAMPAL, 1968, p. 206.).

A aliança entre os índios e os portugueses dificultava a retirada do gado alçado de dentro das vacarias, pois os minuanos-guenoas, sendo eventualmente inimigos dos guaranis, controlavam a entrada dos missioneiros dentro do território, causando muitos conflitos.

Os portugueses cada vez mais tinham a intenção de avançar território adentro, considerado propriedade da Coroa espanhola, para também se abastecerem do gado das Vacarias do Mar. “Lo intentaron por medio de los indios infieles, charrúas guenoas y minuanes, nombres que correspondían a tribus poco diferenciadas entre sí” (CAMPAL, 1968, p. 206). Nessas tentativas de se apossarem do território, geraram vários conflitos entre os “pampeanos” e os “missioneiros”.

2.6. Posse das reduções jesuíticas

Outro debate que os pesquisadores evidenciam sobre a criação da Vacaria do Mar é que o gado havia se dispersado no território que é compreendido hoje como parte do Rio Grande do Sul. Esse fato se deu por meio das investidas dos bandeirantes após a batalha de M^o Bororé, momento este que os jesuítas e os “índios reduzidos” derrotaram os mamelucos vindos de São Paulo. O gado ficou abandonado, devido à transmigração em massa dos povos que estavam na banda oriental. De acordo com o testemunho de Joaquim de Sulvedia:

A lo segundo dixo a personas Religiosas dela Comp. De Jesus. Geraseron? Los Indios de sus primeras Reduccion antiguas llamada los Apostoles tenias quatro mil Bacas; y en outro llamados S. Tereza tenias quatrocentas Bacas; y que de estas con el transcurso estos años, y su multiplico, y averse esperecido aquellas seranias, se fundo, y se origino la baqueria suso dicha del mar (AGN, SALA IX, 6-9-5, 410, doc. 233).

Não havendo um predador natural, esse gado se proliferou gradualmente e seguiu avançando aos territórios entre as Bacias dos rios Ibicuí e Jacuí. Faziam um trajeto descendo até as proximidades do Rio Negro, e com isso se multiplicaram, contribuindo assim com a formação da Vacaria do Mar.

Com abundantes pastagens e boas aguadas, sem outro inimigo além de um ou outro tigre, o gado aumentava muito, principalmente após o avanço para o sul, pela “Coxilha Grande”, que é o divisor de águas dos rios Jacuí e Ibicuí, e apresenta, em seus flancos, as pastagens mais limpas e, com a ausência do tigre, menos perigosa (BRUXEL, 1978, p. 116).

Os índios minuanos-guenoas, como mencionado anteriormente, já se faziam presentes na região das vacarias desde o “descobrimento” por parte dos jesuítas. Após o “achado”, as retiradas das manadas da Vacaria do Mar se tornaram corriqueiras, pois a carne do gado tornou-se base sustentar de alimentação desses indígenas.

2.7. O direito dos povos missioneiros na posse do gado

Relacionando essas quatro possíveis origens da Vacaria do Mar apresentadas à disputa sobre a quem poderia pertencer o gado e os indivíduos que contribuíram na propagação desses animais, surgem questões intrigantes relacionadas a essa temática. Alguns dos documentos que foram analisados têm por propósito provar o direito dos jesuítas sobre o gado proveniente dessa reserva.

Contudo, há dificuldades para encontrar fontes escritas que possam mostrar a veracidade sobre quem de direito seria o possuinte do gado dessa vacaria. Seguramente não há documentos escritos por charruas, minuanos-guenoas ou yarós sobre essa questão. Já os que se encontram no Archivo General de la Nación Argentina foram produzidos principalmente pela IHS, e esses documentos se denotam oficiais, priorizando em sua escrita os interesses da companhia. Por meio dos litígios encontrados no documento, nota-se a intenção de provar a quem por direito pertenciam as vacarias. Dessa maneira, a interpretação recorre sobre as fontes que geralmente tiveram o propósito de afirmar que os jesuítas foram responsáveis pela criação ocasional dos rebanhos de gado da banda oriental do Rio Uruguai.

Os religiosos da Companhia de Jesus, ao tomarem juramento em todas as reduções envolvidas, não validavam os depoimentos dos índios ali presentes, pois consideravam estes não aptos a dizerem a verdade, considerando-os pouco confiáveis. Isso consta nos

litígios encontrados nos documentos oficiais dos professos religiosos, quando afirmavam que a palavra dos índios não era legítima.

Por tanto dho P." Sup.' Mando comparecer ante si a los Religiosos de la misma Comp. de Jesus, para que declarassen lo que supieren y fueren preguntados sobre este, negocio. Atento a que los indios son poco fidedignos, y no aver otros espanoles en estos desiertos, que puedan declarar en este negocio (DE ANGELIS, 1954, p. 164).

Portanto, a interpretação do documento em questão nos leva à seguinte narrativa sobre os determinados questionamentos em torno da jurisdição do gado *vacum*: em júri, o Padre Bartolomé Navarro perguntou ao Padre Joachim de Sulvedia, religioso da IHS, sobre a existência de paragens em que era deixado o gado para descanso e que, mais tarde, como essas mesmas vacas poderiam seguir em direção as missões.

A pergunta refere-se às paragens onde os animais ficavam alguns dias até os vaqueiros retomarem seus caminhos, até chegarem em seu destino. A suposição é de que as vacas que ficavam nesses caminhos, por estarem fracas e debilitadas, e assim poderiam ter formados novas manadas com o tempo.

Sobre isso, Joachin de Sulvedia respondeu que conhecia o lugar das paragens da Vacaria do Mar, e que tanto os índios tapes quanto os guaranis que viviam nas missões retiravam o gado da vacaria para prover o seu sustento. O referido “dixo q conosia dhos parages por âver estado en ellos varias vezes” (DE ANGELIS, 1954, p. 164).

Muitas vezes, os índios entraram nas vacarias sem qualquer empecilho, pois afirmavam que as vacas pertenciam a seus antepassados, os quais haviam sido expulsos da Serra do Tape pelos mamelucos, e neste transcurso deixaram nas antigas reduções uma quantidade significativa de gado *vacum*.

[...] dixo que es verdad q los indios Tapes, que habitan estas Doctrinas, an estado y estan en quieta y pasifica possession de sacar vacas de dhas vaquerias dei mar; sacando de ellas como de cosa propria multiplicada y frutificada de las vacas q sus Padres, y antepassados dexaron en las sierras del Tape. Y que lo que toca â los demas indios Guaranies que habitan estas doctrinas, tambien estan en possession quieta y pacifica de sacar vacas de dhas vaquerias para su sustento natural. Lo qual an hecho con licencia y beneplácito de los Superiores de estas doctrinas y tácito consentiinicto de los indios Tapes, de cuyos antepassados fueron las vacas primeras que fundaron dhas vaquerias dei. Y el S.' Gov.' del Puerto de Buenos Ayres D." Joseph de Herrera assi parece reconocio por únicos accioneros â los indios de estas doctrinas (DE ANGELIS, 1954, p. 164).

Para solucionar o problema de quem deveria usufruir do gado, muitos dos padres da Companhia de Jesus não hesitaram a responder que os índios tapes e guaranis o

sacavam da vacaria desde 1670, e que eles próprios se consideravam os únicos a terem direito a esses bens.

Como se prueba claramente dicho S. governador. Tuve p. legítimos, y unicos duenios de que llas baquerias a los indios guarani o tapes, y esto despues de aver gover/; dies años el puesto de Barg, y aviendosse le leydo esta declaracion dixo estava bien escrita lo cargo del Juramiento (AGN, SALA IX, 6-9-5, 410, doc. 232).

Interpretando dessa forma, quem teria o direito de posse desses animais por parte jurídica, ou seja; com permissão da Coroa espanhola, seriam os índios das missões jesuíticas. Mas esse fato só anulava e colocava empecilhos para que os colonos portugueses e espanhóis não retirassem o gado do território, pois os índios permaneciam nesses locais como lugar de direito.

As retiradas das vacas ocorriam em profusão, e a caça predatória começou a ser um problema. Desse modo, a fonte que pensavam ser inesgotável estava escasseando, uma vez que os animais, capturados em grande escala, não se reproduziam tão rápido quanto eram mortos, e assim a Vacaria do Mar foi sendo extinta.

Os jesuítas, preocupados com essa situação, procuravam arrebanhar o gado, confinando-os em outros lugares, a fim de assegurar sua subsistência. Dessa maneira, pode-se ter uma ideia da dimensão do trabalho para a captura do gado – para prover o sustento das reduções, chegavam a cem mil cabeças cada vez que eram sacadas e levadas para os povoados. Esse manejo exigia diversas pessoas, em torno de 60 homens, levando meses de trabalho até chegarem com o gado em seu destino. “Iban 50 ó 60 índios de cada Pueblo con cinco caballos cada uno a traer de allí vacas cerriles que llaman *chimarrones*” (CAMPAL, 1968, p. 199).

Os animais alçados eram capturados com auxílio de vacas mansas, que eram colocadas à vista do gado chimarrão. Isso fazia com que estes se aproximassem, enquanto em torno de 30 a 40 homens ficavam à espreita para reuni-las e manejá-las até seu destino, em forma de rodeio.

Eram longos meses de lida com o animal, percorrendo caminhos até onde se encontravam as reduções. Aurélio Porto descreve como aqueles denominados mais tarde como vaqueiros adentravam o território para a captura do gado alçado.

Nessa penetração o vaqueiro não conhece distâncias. À frente do gado, aboiando as tropas, cruza os piques ínvios das matarias fechadas; tendo, à cabeça, enfiada, a caveira de um boi de aspas longas e recursivas, abre o nado

das tropas, vadeando rios correntosos e profundos; e, de um ponto para o outro, na sua sucessão quase interminável, vai plantar nos lindes extremos da terra os marcos de fronteiras, de cuja inviolabilidade se torna sentinela atenta e defensor heroico (PORTO, 1954, p. 236).

2.8. As demais vacarias em jurisdição das reduções jesuíticas

Muito do gado era levado pelos índios vaqueiros até as reduções para o sustento populacional, e vários bovinos eram deixados no caminho percorrido, isso por diversos motivos. Algumas ficavam para trás de propósito, por enfraquecerem, já outros escapavam do rodeio. Mas muitos desses animais sobreviviam, formando assim outro rebanho. Foi dessa maneira que essas reses contribuíram para a origem da vacaria de São Gabriel, simultânea à Vacaria do Mar.

Após 1680, os Guarani e espanhóis, ao retornarem ao território missioneiro, foram deixando o gado espalhado por arroios e campos até a embocadura do rio Negro, pois muitas reses, debilitadas por esses deslocamentos, ficaram para traz. Desse lançamento de gado não intencional, surgiu a vacaria de São Gabriel. (...) Tanto a Vacaria do Mar como a Vacaria de São Gabriel surgiram de formas não planejadas. A primeira foi resultante dos conflitos entre bandeirantes paulistas e as reduções do Tape. A segunda, a partir do cerco da Colônia de Sacramento (PANIAGUA, 2013, p.33-34).

O documento a seguir trata da retirada do gado que estava nas encostas do rio de Rosário, perto de São Gabriel. Em 1690, o padre provincial Gregório Orosco e o capitão do Rio da Prata Joseph de Herrera lançaram ordens para que os índios tapes, juntamente com os soldados espanhóis, retirassem o gado, que, segundo eles, por direito, eram pertencentes às missões.

Alo primero dixo; coneece dich sitio, y lugares de Baqueria de Mar, que el año de mil seicientos e noventa el S. M de campo Gr D Joseph de Herrera Governador y Capp. Y G. del rio dela plata y Puertos de Buenos Aire escrivio el P provincial entonces lo era el Gregorio Orosco de la comp. De Jesus y al P sup. De esta Doctrinas, para juntamente con los soldados espanholes retirassem el ganado, que se recostaba y avia las costas de san Gabriel de Rio del Rosaio, y otras para cuyo efecto fue sinalado este declaranse juramente com el Joachin de Subeldis Religioso de la como. Quienes con los dich. Indios tapes, y soldados españoles effectivament retiraran dicho ganado a sercandolo alos Pueblos de dichos indios como a unicos accioneros de el (AGN, SALA IX, 6-9-5, 410, doc. 232).

Dessa maneira, pode-se perceber as consequências dos saques, pois a vacaria de São Gabriel estava situada próximo à colônia de Sacramento, sofrendo constantes ataques de portugueses e espanhóis. Além desses acontecimentos, os “índios pampeanos” se

abasteciam nessa vacaria. “Em 1692, o governador do Rio de Prata solicitou às missões que retirassem para suas estâncias todo o gado procedente da Vacaria do Mar ampliada com a de São Gabriel, projeto inexecutável mesmo criando uma grande vacaria ao norte do Rio Negro” (MORAES, 2012, p. 51).

Esse fato levou à criação proposital da primeira vacaria da segunda fase, por volta dos anos de 1677 a 1691, que é a do Rio Negro. Esta era dividida em duas partes: a primeira pelos afluentes entre os rios Negro e Quaray, e a outra indo do litoral atlântico até o Rio Negro.

Las cuales estan a disposicion y cuidado de los religiosos por orden de sus Magestad que Dios le Dijo que por quanto es muy conveniente p elvien conservacion, y aumento en lo espiritual, y temporal de las reducciones, en que se haga una informacion plena del dominio, y posesion, que los indios tapes tienen a las vaquerias que ay, del rio negro la parte de aca desde Santo domingo Soriano Rio a riba costeano lo rio hasta um rio que lhaman Juarei, que es termino de la estancia del Pueblo de los Reies, que igualmente llaman de Yapeyu, tambien de la Vaqueria que ay desde lo rio Negro por la parte de mar por lo que mando lo P superior que comparesen antes los religiosos de la comp. De IHS que fuesen servidores deste negocio. Atento que los indios son poco fidedignos, y no aver otros españoles em estos disiertos, que quedan de clarar em este negosio. Y el presente notorio Apostolico P. Bartolomé de Nabarro Professo de la Companhia de IHS les tomava el Juramiento em derecho necessário de que diran verdade de lo supieren, y fueren preguntados, por el tenor del interrogatório seguinte (AGN, SALA IX, 6-9-5, 410, doc. 232).

Muitos animais foram trasladados da Vacaria do rio Negro, tanto para o sustento dos povos missioneiros como também para a criação das estâncias. Um documento de alguns anos mais tarde, em 1710, traz o depoimento dos padres Juaquin de Suvelidia e Joseph de Texedas, em que se deu a discussão sobre a retirada de animais para a formação das estâncias, tais como as de São Borja, São Nicolau e São Miguel. Isso é evidenciado pela pergunta e pela resposta contidas no documento citado abaixo.

Lo quarto sean preguntados, si saven que los tapes dela otra banda de rio negro, entre este, y el rio, y sus cavezasadas a dejado en una ocasin el Pueblo de S, Borja catorza o diseseis mil vacas poco mas o menos. Y en outra se el Pueblo de S. Nicolau deixo em las vaquerias vinte mil vacas poco mas, o menos. Y si el Pueblo de S. Miguel deixo mesma vaquerias dies, o doze mil vacas poco mas o menos.

Sus parages las tres partidas segun su numero poco mas o menos, y que este declarante vio suas vacas que fue a sus parajes em companhia del P Geronimo Herrán vise rector de B. Aires, y procurador de Misiones quien tiene plena noticia deste negocio, pues siendo cura y antes tambien del Pueblo del Yapeyu saven, los muchos millares de vacas que los indios de sus pueblos dejaron en varias enseadas del rio negro para ca (AGN, SALA IX, 6-9-5, 410, doc. 233).

O primeiro a ser interrogado foi Sulvedia. Este respondeu às perguntas do padre da Companhia de Jesus, Joseph Pablo de Castañeda, confirmando que conhecia as retiradas das vacas por parte dos índios do Tape para deixá-las nos povos das reduções, formando enseadas de gado pelo território missioneiro.

O segundo relato é de Texedas. Ele respondeu serem de seu conhecimento as paradas feitas pelos índios tapes e onde eram deixadas as vacas. Afirma, ainda, que muitas vezes presenciou tal fato, e que as reses eram conduzidas até os currais das reduções.

Ala segunda pregunta dijo que en sus parajes sus principios, y términos somas avido vaquerias, sino es solo caminho para ellas, mi vacas mas que los que sean quedado cansadas, y estol os ave porque lo avisto con sus ojos.
Ala terceira pregunta dijo que entodo verdade q em ella se contiene, y esto responde so cargo del juramento que fecho tiene (AGN, SALA IX, 6-9-5 410, doc. 233).

Por meio do documento citado acima, em resposta a Bartolomé Navarro, temos os relatos de que as formações das estâncias de São Borja, São Nicolau e São Miguel se deram a partir da chegada do gado trazido da Vacaria do Rio Negro.

Como já mencionado, a Vacaria do Mar foi “descoberta” por espanhóis e jesuítas por volta de 1680, e nessa mesma época foi fundada a colônia de Sacramento. O gado, no decorrer do tempo, já havia se multiplicado nesse território. Tal conjuntura fez os jesuítas pensarem em uma forma segura de proteger o território e o gado, ambos fundamentais para a subsistência das reduções.

De esta vaquería se aprovecharon los pueblos de la margen oriental del río Uruguay y con ella se formó más tarde la llamada vaquería de los Pinares, que proporciono durante medio siglo, o más, abundancia de corambre así a los españoles como a los extranjeros que venían en busca de esos productos. La faena era tan grande en manos de estos que los misioneros pensaron en formar nuevas vaquerias, pero en terreno de propiedad de las Misiones. Lo hicieron en varias partes, obre todo en Yapeyú. La vaquería de este Pueblo era un campo cerrado de 10 leguas en cuadro y llegó a contener 200.000 cabezas de ganado (FURLONG CARDIFF, 2014, p. 166).

Como trata Furlong Cardiff, anos mais tarde os jesuítas criaram, propositalmente, a última vacaria, a dos Pinhais. Esta era destinada a criação e reserva de gado para o sustento dos povos jesuítas. A Vacaria dos Pinhais se situava ao norte, nos campos de cima da Serra. “Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, formou-se outra grande concentração de gado. Esta concentração, que ficaria conhecida como Vacaria de

los Pinares, deu-se no contexto do retorno dos guaranis e jesuítas ao Tape” (SILVA, 2006, p. 57).

Em síntese, as reservas de gado bovino, denominadas vacarias, foram as maiores fontes de subsistência entre os séculos XVII e XVIII, uma vez que supriam as necessidades de diversos grupos étnicos e da grande estrutura jesuítica missioneira presente nesse território. Em vista disso, possibilitou-se na banda oriental do Rio Uruguai a criação de estruturas estancieiras para o desenvolvimento do gado *vacum*.

Entre el río Paraná y el río Uruguay, en la Mesopotamia, la estructura misionera estaba firmemente constituida. Por eso para el sistema jesuítico-guaraní sería posible proponerse un crecimiento urbano-rural hacia el este. La Compañía de Jesús. Decide volver a expandir el sistema de fundación de asentamientos misioneros. La decisión es crear una serie de pueblos-coloniales cercanos al río Uruguay y repoblar el área del Tape. En la banda oriental no había poblaciones españolas. Además el amplio espacio se utilizaría para crear estancias para los pueblos misioneros cuya ubicación no les facilitaba la cría del ganado (LEVINTON; SNIHUR, 2015, p. 60).

Entre os anos de 1677 e 1700, uma ação de retirada do gado, juntamente com o receio de que os portugueses invadissem e tomassem posse do território, ocasionou outro fator: a criação e o desenvolvimento das estâncias missioneiras na banda oriental do Rio Uruguai. As estâncias missioneiras, criadas pelos jesuítas e índios missioneiros, estabeleceram novas formas de criação do gado, acondicionando-o em espaços delimitados por rios e outros acidentes geográficos e os protegendo de predadores naturais, mas principalmente das mãos dos portugueses estabelecidos nesses territórios.

3. AS ESTÂNCIAS MISSIONEIRAS DE SÃO MIGUEL E YAPEYÚ DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI

O presente capítulo tem por objetivo mostrar a historiografia das estâncias ganadeiras de Yapeyú e São Miguel, tendo como proposta a construção de uma narrativa que possibilite entender como surgiram e se consolidaram esses locais. Outra finalidade é salientar o modo como era estruturado o dia a dia do trabalho nos núcleos ganadeiros, sendo estes efetuados pelos índios missioneiros, e como aconteciam as principais tarefas dentro desses espaços.

A partir do século XVIII, as estâncias missioneiras chegaram ao ápice de desenvolvimento, e com isso podemos afirmar que os problemas de subsistência foram resolvidos. É importante compreender que esse desenvolvimento só foi alcançado devido à conexão relacionada à desenvoltura do trabalho entre os povos reduzidos e não reduzidos nas estâncias missioneiras da banda oriental do Rio Uruguai.

Cada doutrina ou povo, recebia doação de uma extensa faixa de terra que dividia em estâncias de criação de gados. Cada estância subdividia-se em postos, ou pequenas invernadas, sob as ordens de um posteiro. Quer, nas estâncias, quer nos postos erigiam-se pequenas capelas, que se tornavam núcleos de futuras povoações e cidades. Assim também os acidentes geográficos que rebaptizam (PORTO, 1954 p. 321).

As estâncias missioneiras eram divididas em estâncias menores, contendo postos. Estes eram compostos por diversos setores de trabalho, tendo a necessidade de “mão de obra” diversificada para a realização das atividades com o gado.

No núcleo dessas estâncias, construía-se uma capela. Ao seu redor, formavam-se pequenos povoados de índios batizados que eram designados pelos curas das reduções para o trabalho, e com o passar do tempo ali se formavam pequenas cidades.

O trabalho do vaqueiro de estância na lida com o gado bovino se concentrava em dois propósitos principais: a carne para subsistência das reduções e a extração do couro, além das outras atividades secundárias. Nessa época, nas imediações do Rio da Prata, a exportação de couro era uma das principais atividades econômicas que ocorriam no espaço missioneiro. Tal atividade, por ser rentável, atraía muita atenção das pessoas de fora das reduções para a caça predatória do gado, ocasionando o roubo desses animais por parte de portugueses, colonos espanhóis, índios charruas e minuanos-guenoas, para a venda clandestina com os comerciantes ancorados no Rio da Prata.

Para melhor compreender os acontecimentos e o dia a dia das estâncias e de seus agentes sociais, e de forma que possa haver uma compreensão geral das estâncias missioneiras, neste capítulo buscamos escrever sobre as duas maiores estâncias missioneiras, são elas: Yapeyú e São Miguel. Ambas foram as estâncias missioneiras com maior extensão territorial e as mais antigas dos povos, e se tornaram por algum tempo comunais entre os que ali habitavam. Também se transformaram nas principais estâncias para a criação de gado, sendo estas as primeiras criar os animais em cercanias entre as estâncias da banda oriental.

Dessa maneira, no subcapítulo de Yapeyú, descrevemos como as estâncias eram estruturadas e mantidas por alguns povos originários não reduzidos (charruas, munuanos-guenoas, yarós) e pelos povos missioneiros, explicando o funcionamento simultâneo do trabalho tanto de suas estâncias menores como dos postos que eram de fundamental importância para que os índios missioneiros controlassem o gado bovino recém-capturado. Tal funcionalidade social em torno das estâncias viriam a se transformar em novos núcleos de povoamento.

Na estância de São Miguel, os acontecimentos recorrentes dentro de seu espaço eram as desavenças, principalmente por conta da posse do gado entre as estâncias mais próximas, e também a diversidade de gado – bovino, muar e cavalari –, que ficava aos cuidados dos índios missioneiros. O quantitativo de animais aparece em gráficos e demonstrativos de inventários feitos entre os séculos, o que nos dá uma compreensão do que havia nesses locais, além uma visão ampla da vasta quantidade e diversidade econômica ganadeira não só em São Miguel, mas também nas outras estâncias.

3.1 Contexto estancieiro missioneiro

Para entender o contexto em que as estâncias estavam inseridas, é de suma importância abordar os “Sete Povos” que transmigraram e como esses povos fixaram novamente suas reduções na banda oriental do Rio Uruguai, com uma parcela significativa de pessoas vindas da banda ocidental, cujo intuito era travar o avanço dos portugueses no território.

Cinco das Sete Reduções se concentraram entre os rios Piratini e Ijuí, sendo que uma sexta, Santo Ângelo, foi fundada bem próxima das demais, do outro lado do rio Ijuí. Somente S. Francisco de Borja ficou relativamente afastada das demais, às margens do Uruguai, entre os rios Jacuí e Piratini (DALCIN, 1993, p. 56).

Os Sete Povos se situaram ao longo do Rio Uruguai, estabelecendo conexões com seus principais afluentes, fato que se dava porque os rios representavam a principal forma de locomoção entre um povoado e outro. Os jesuítas estabelecendo povoados nesses territórios, mesmo que com um propósito de criação de gado para o seu sustento, de certa forma influenciaram os portugueses para que não avançassem sobre as terras da banda oriental, fazendo uma frente expansionista contra o avanço territorial lusitano.

A fundação dos Sete Povos, na margem esquerda do rio Uruguai, reunindo índios guaranis de outra margem, fazia parte do processo de colonização espanhola, procurando impedir o avanço português em direção ao Prata. Assim as terras entre o Jacuí e as cabeceiras do rio Negro foram divididas em estâncias com suas capelas, posteiros e sedes (FLORES, 1983, p. 60).

Os aldeamentos dos Sete Povos (São Francisco de Borja, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo Custódio e São Nicolau.) caracterizou-se como o retorno das missões jesuítas à banda oriental do Rio Uruguai, denominado na historiografia como a segunda fase das missões jesuíticas, proporcionando assim um avanço de ocupação territorial por parte da Coroa espanhola. Antes do que vamos chamar de retorno dos povos para a banda oriental, os índios missioneiros exploravam uma pequena parte do território conhecido como o atual Rio Grande do Sul. Era delimitado pelas antigas terras pertencentes à doutrina do povo de São Miguel, que foi abandonada na primeira fase. “Só 20 anos depois de terem abandonado a terra missioneira, em 1657, voltaram os Jesuítas a essas paragens, estabelecendo estâncias para criação de gados, com o aproveitamento de rebanhos alçados ou com novas introduções de gado bovino” (PORTO, 1954, p. 320).

É necessária a compreensão de que algumas estâncias na banda oriental e outras na banda ocidental já existiam, mas não da forma como se desenvolveram as estâncias missioneiras depois do retorno dos Sete Povos à margem esquerda do Rio Uruguai. O gado (bovino, muar, cavalari, ovino) já estava presente no cotidiano dos povos por volta de 1630-1640.

Como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, quando os povos missioneiros retornaram para a banda oriental do Uruguai, houve a necessidade de um espaço de confinamento para o animal que era arrebanhado das vacarias. Criam-se assim as estâncias, com o intuito de proteção dos animais contra roubos, produzir carne para a alimentação e extração de couro, sebo e chifres para a comercialização no estuário do Rio

da Prata. O retorno dos povos missioneiros, acompanhados dos padres e irmãos jesuítas à banda oriental, ocorreu por volta do ano de 1680.¹⁰

La Compañía de Jesús decide volver a expandir el sistema de fundación y repoblar el área del Tape. En la banda oriental no había poblaciones españolas. Además el amplio espacio se utilizaría para crear estancias para los pueblos misioneros cuya ubicación no les facilitaba la posibilidad de la cría de ganado. Estos Pueblos se apropiarán en la Banda oriental de las hectáreas necesarias para tener su ganado (LEVINTON; SNIHUR, 2015, p. 60).

Aos poucos as reduções se desenvolveram e tornaram-se um espaço amplo e organizado, com um grande quantitativo de guaranis e outros povos originários que pouco aparecem na historiografia como integrantes das reduções jesuíticas, como os charruas e os minuanos-guenoas. A redução de São Borja é um exemplo dessa ampla diversidade étnica, pois nessa redução vivia uma grande parcela de minuanos-guenoas, sendo estes de suma importância para o desenvolvimento tanto econômico quanto reducional e estancieiro do local.

As reduções se transformaram, assim, em centros de doutrinação da fé católica e de desenvolvimento econômico, tendo como pilar o gado bovino provindo das estâncias. Tanto a fé como a produção agrícola e de carne eram necessárias para que os jesuítas pudessem manter os povos originários no mesmo espaço e com condições de sobrevivência e progresso. Caso houvesse excedentes, a administração comercializava com outras reduções e também com a Coroa espanhola.

Em meados do século XVIII, as missões jesuíticas dos guaranis alcançaram um alto grau de desenvolvimento, estabilidade e expansão dentro do âmbito colonial rio platense. “Os trinta povos”, como também foram chamados, constituíam centros urbanos consolidados, com uma população de considerável magnitude para seu tempo e seu ambiente (MAEDER; GUTIÉRREZ, 2009, p. 27).

As organizações missioneiras eram compostas por dois tipos de estruturas, a redução e a estância. “Como, *Pueblo de Indios*, os Trinta Povos se caracterizam como elementos integrados na administração hispano-americana, pois tem seu Corregedor os

¹⁰Quando se menciona a volta dos jesuítas da segunda fase das missões jesuíticas, pensa-se que o território em que eles se situavam na primeira fase das doutrinações estava vazio, muitas vezes ignorando que as sociedades pré-coloniais já eram organizadas como povo e aldeia, estando estes povos sempre presentes tanto na margem esquerda quanto na direita do Rio Uruguai. As famílias que aceitaram ser reduzidas mantinham constantes relações familiares e comerciais com as reduções e os demais povos que habitavam o território.

seus Cabildos, bem como seus Capitães, ou seja, caciques com o papel de líderes militares” (KERN, 1982, p. 36), que desempenhavam as funções políticas e reducionistas.

As reduções eram estruturas que formavam centros urbanos, com edificações compostas por casas que abrigavam as famílias dos indígenas, além de igreja, cabildo, casa dos padres e hospitais. Também continham hortas, currais e pomares, localizados próximo das reduções. Seu funcionamento era como o de uma cidade, com seus poderes administrativos e executivos, comandados pela Igreja católica por meio dos jesuítas e dos caciques.

A organização política das Missões americanas, que as diversas ordens religiosas implementaram, foi sempre um amálgama de elementos transicionais, pois as tribos cristianizadas iniciavam um fenômeno irreversível de aculturação. Este importante processo histórico permite observar uma organização política influenciada por duas correntes. A primeira é a local representada pela própria tradição tribal e pela figura política do cacique. A outra é externa e internacional, representada pelos religiosos e pela administração espanhola (KERN, 1982, p. 37).

Já as estâncias, com seus sistemas menores, ocupavam uma vasta área territorial, dedicada principalmente para a criação do gado. Essas estruturas ganadeiras se desenvolveram a partir do gado existente nas vacarias. Da mesma forma, foram extintas de maneira gradativa, principalmente pela caça predatória do gado e pelas retiradas de inúmeros animais por parte dos jesuítas para mantê-los em lugares seguros.

Como já dito, as estâncias foram formadas a partir da introdução do gado e dos limites naturais impostos. Com as estâncias, como também já mencionado, formaram-se povoados, e nestes havia a necessidade de plantações. O cultivo nas estâncias era diversificado, tendo como principais culturas mandioca, erva-mate, cana-de-açúcar, abóbora, batatas, milho, trigo, arroz, algodão, entre outras, que, como pode-se notar, eram cultivadas antes do sistema reducional.

Antes de viver em reduções, cultivavam o milho, a mandioca e a batata-doce, atividade esta que se estimulou grandemente na etapa cristã. Todos se converteram em exímios agricultores, todos trabalhavam nas sementeiras, no plantio e na colheita. Este trabalho sofreu uma grande mudança, pois deixou de ser considerado atividade feminina. A alimentação passou a ser mais variada, já que também criavam gado, ovelhas, aves, além da diversificação de hortifrutigranjeiros (OLIVEIRA, 2013, p. 115).

Além das práticas de cultivo nas reduções, existiam o gado e a erva-mate, que eram as culturas principais nas missões. Tudo que era produzido nas estâncias servia de

algum modo para a subsistência do próprio povo. “As plantas cultivadas que entravam no rol dos produtos que constituíam o sustento das Reduções, eram o milho, a mandioca, o feijão e a batata; a planta que fornecia o vestido aos índios, era o algodão que por indispensável foi cultivado em abundância” (TESCHAUER, 1921, p. 38-39).

Segundo Aurélio Porto, “A primeira estância para a criação de gados que se estabeleceu na Banda Oriental do Uruguai, é a que pertenceu à Doutrina de São Xavier, nas terras fronteiras ao seu povo. A concessão tem a data de 10 de julho de 1657, e é feita por D. João Brasquez de Valverde” [...] (1954 p. 322). Além do gado, produzia-se nas terras da estância algodão, necessário em todas as reduções. Cabe destacar que algumas estâncias da banda oriental do Rio Uruguai já haviam sido formadas antes de 1680, quando ocorre o retorno dos jesuítas com os Sete Povos nesse território.

Quando havia excedente, os produtos eram trocados ou comercializados com outras reduções. O Rio Uruguai e seus afluentes proporcionavam a ligação entre as reduções, e com Buenos Aires através do Rio da Prata. “Lá navegación aguas arriba se hacia lentamente, a la espera de algún viento favorable. Esto era particularmente cierto para el río Uruguay, donde una travesía partiendo desde Buenos Aires hasta Salto, punto más alto para la navegación, podia durar entre dos semanas y um mês” (KROEBER, 1967, p. 158). O Rio Uruguai desemboca no Rio da Prata, que por sua vez desemboca no Oceano Atlântico, e isso proporcionava que a província jesuítica do Paraguai tivesse uma ligação por água com a Espanha. Em vista disso, pode-se considerar que a Bacia do Rio da Prata foi um elemento importante para o transporte de chegada e saída de mercadorias das reduções.

A mediados del siglo XVIII, los centros comerciales de importancia eran todavía los situados sobre los ríos. Asunción, Corrientes Y Candelaria abastecían al Paraguay y Paraná superiores. Santa Fé era el punto terminal más importante para las tropas de carretas que trasportaban los productos de los Andes Tucumán y Córdoba, mientras Paraná mantenia algún comercio con el oeste de Entre Ríos (KROEBER, 1967, p. 38).

Os jesuítas criaram as estâncias para a criação do gado bovino. Estas foram se desenvolvendo ao longo dos anos, deixando de arrebanhar o gado da Vacaria do Mar e começando a ter a sua própria reprodução, como menciona anos mais tarde Gonzalo de Doblas (1836, p. 14): “Cada Pueblo tenia su estancia e estancias, bien provistas do ganado de todas especies, todo al cargo del cura que administraba los bienes de comunidade”.

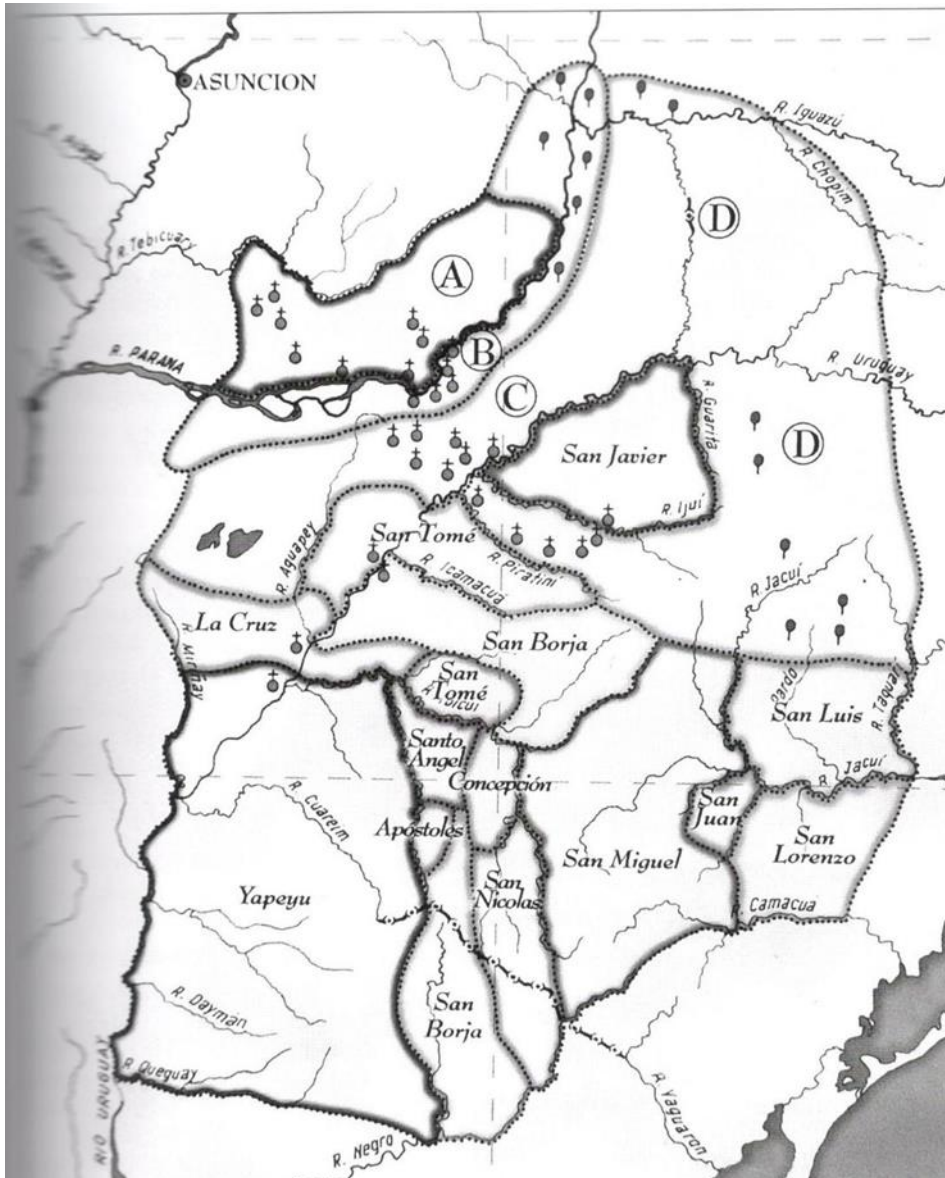
As estâncias jesuítas eram bem organizadas, atingindo um vasto território na banda oriental do Rio Uruguai. “Do ponto de vista territorial, os povoados localizados na margem do rio Uruguai serão os que irão estabelecer as estâncias de maior extensão, ganhando vastos campos de pastagens para suas fazendas, no espaço virtualmente vazio do Rio Grande do Sul” (MAEDER; GUTIERREZ, 2009, p. 27).

As estâncias missioneiras situavam-se em lugares separados das reduções, muitas vezes a léguas dos povoados de origem, e tinham a necessidade de manutenção para o domínio do gado arrebanhado das vacarias. Além dessa função, foram criadas pelos jesuítas com fins de procriar e proteger o gado dos constantes ataques dos povos não reduzidos e das pilhagens dos portugueses e colonos espanhóis, que ocasionariam o extermínio do gado chimarrão.

As áreas de agricultura, além daquelas espalhadas ao redor dos povoados, contam desde cedo com seus Tupambaé. Julga a historiografia tradicional que esta parte de terra tenha gerado alimento a todos os missionais, mas, conforme demonstra o próximo dossiê, o conceito não se mostrou fecundo ou contínuo na prática. Para tentar suprir a carência alimentícia, as estâncias são implantadas tão logo seja percebida a fragilidade do gado selvagem perante o avanço dos coloniais, tornando-se comum aos povoados por volta de 1670 (BAPTISTA, 2015a, p. 174).

Após o retorno dos jesuítas à banda oriental, por volta de 1680, surge a necessidade de criação de novas estruturas para o acúmulo do gado. Assim, conforme a necessidade dos povos, foram criadas estâncias missioneiras para o abastecimento do gado. No total, foram criados limites para 14 novas estâncias, como demonstra o mapa 2. São elas: Yapeyú, La Cruz, San Tomé, San Borja, Santo Angel, Concepción, Apóstoles, San Borja, San Nicolas, San Miguel, San Juan, San Lorenzo, San Luiz e San Javier. Contudo, não há documentação que nos permita entender quais foram os critérios de criação no que tange ao tamanho da área ocupada pelas estâncias.

Mapa 2 – Estâncias missioneiras do século XVIII



Fonte: Primeras fundaciones en las regiones del Paraná, Uruguay, Tape, Itatin y Guayrá (fuente: SNIHUR, Esteban Àngel. El universo misionero Guaraní, Bs. As., Golden Company, 2007) in GUTIERREZ, 2017)

O tamanho das estâncias era variado, e os acidentes geográficos foram utilizados para delimitação dos espaços, na tentativa de manter o gado dentro do que foi estabelecido, evitando assim possíveis conflitos.

3.2. O trabalho dos vaqueiros nas estâncias e rodeios

O mapa 2 demonstra onde se localizavam as estâncias dos povos missioneiros; como podemos perceber, algumas foram fixadas em frente a suas reduções, já outras se assentavam distantes das reduções a quem pertenciam. Isso dificultava o ato de levar o gado até as reduções, tornando esse momento um trabalho de cooperação entre os indígenas e os jesuítas, que tinham a árdua tarefa de arrebanhar o gado.

Emquanto existiam as vaccarias de gado alçado, a empresa de recolher, para utilizai-as, certo numero d evacas, era mui trabalhosa; 50 ou 60 indios, providos cada um de quatro ou cinco cavalos de muda, levavam uma ponta (pequena quantidade) de vaccas mansas que postavam numa coxilha ou outeiro para poderem ser facilmente avistadas pelas silvestres (TESCHAUER, 1921, p. 37).

No território das estâncias missioneiras demarcadas no mapa, havia os espaços menores, e dentro as estruturas de postos, onde o gado era deixado para que se acostumasse com os índios reduzidos. Esses postos eram estruturas que facilitavam a lida com o gado durante os rodeios até as reduções.

O trabalho dos posteiros era parar rodeios ou costear os animais para acostuma-los com a presença humana e facilitar, mais tarde a marcha até o povoado. A recolhida anual dos animais na estância fazia-se com 40 a 50 homens escolhidos pela comunidade (FLORES, 1996, p. 65).

Esses rodeios eram feitos anualmente, recolhendo das vacarias uma abundante quantia de gado bovino, trabalho que representava alta periculosidade para os vaqueiros. Contudo, tal ato representava para a comunidade a coragem, pois aqueles que o executavam eram exaltados como heróis. Isso se assemelhava com a caça, conforme seus antigos costumes. Além das funções do dia a dia, os peões eram orientados a fazer ronda, que consistia em um tipo de guarda. Eles ficavam nos postos colocados nas estâncias, impedindo o roubo e o ataque contra o gado, o que acontecia de forma corriqueira.

Todavia, por mais que se empenhem os missionários, como afirmam esses, o crescimento do gado é problemático e insuficiente, além de se configurar, junto aos vaqueiros, como presa fácil de índios não missionais, colonos portugueses e espanhóis com os quais frequentemente travam combates (BAPTISTA, 2015a, p. 174).

Os índios eram destinados ao trabalho de campo, não só cuidando do gado, mas também da produção agrícola, e ficavam cerca de meio ano longe das reduções e das vistas dos jesuítas. Nesses espaços se desenvolveram pequenos povoados, com casas e capelas, construídas conforme os conhecimentos originários dos indígenas.

As preocupações com os vaqueiros eram constantes, pois na maior parte do ano esses índios ficavam livres nos campos, sem contato com a igreja central, e isso, aos olhos dos jesuítas, poderia se tornar um problema, visto que eles poderiam voltar a viver do modo de vida dos seus antepassados ou de alguma maneira se estabelecerem com os índios pampeanos.

O êxito da estância apoiava-se, em boa parte, no trabalho do vaqueiro de campo. Independentemente do tratamento religioso dado nas reduções, os peões das estâncias viviam de forma à parte de como residiam na redução. Os índios missioneiros eram escolhidos pelos padres das reduções, o que diminuía os riscos de descontrole religioso das populações que se formavam no interior das estâncias.

Nota-se neste contexto, a importância da profissão de vaqueiro. Sendo considerada uma das primeiras entre as diversas classes em que se divide a organização social das Missões. Inicialmente, a manutenção do gado estava a cargo dos índios guaranis que, acompanhados por “padres ou Irmãos leigos”, realizavam o rodeio nas estâncias (UESLER, 2011, p. 57).

Sendo assim, os padres entravam em conflito nessas escolhas, pois, como já mencionado, os melhores cavaleiros eram os “índios pampeanos”, que dominavam inteiramente a montaria, o que facilitava a condução e a lida com o gado. Os guaranis, ao contrário dos charruas e minuanos-guenoas, dominaram tardiamente a montaria, mas tinham o papel fundamental nas estâncias por serem, de modo geral, confiáveis aos olhos dos jesuítas.

Agrega-se a essas preocupações uma percepção da época bastante generalizada na colônia. O índio que “anda a pé”, ou seja, sedentário, é considerado dócil e de fácil convencimento à conversão mediante o assédio missionário, tal qual os Guarani. Os demais, os “que andam a cavalo”, nômades propriamente, são representados como de difícil trato e rejeitam o Evangelho, literalmente, com unhas e dentes. “As nações quietas são de a pé”, explica Cardiel, “e por comum lavram e plantam”. Já “as nações a cavalo”, ele garante, “todas são inquietas e guerreiras, sem saber parar em um sítio, inquietando ao mundo com seus furtos e mortes” ([1771]1989, p. 184). Todavia, por mais de uma vez, missionários e colonos deixam registros de que até mesmo os “que andam a pé” e vivem sob tutela dos padres se transformam quando montados em cavalos. As vozes inimigas se aproveitam disso: segundo uma autoridade de Corrientes, os índios dos missionários andam em seus cavalos “com as maiores resoluções e atrevimentos” (MCA: 1970, p.512-515). Alguns índios abusam: certa feita, do

alto de um cavalo um cacique desfila pelo povoado com altivez, desrespeitando até mesmo os padres (MCA: 1970, p. 177-183). Durante as festividades missionais, o padre Cardiel fica assombrado com os espetáculos dos cavaleiros: “É função realmente digna de se ver, porque são excelentes ginetes; e o índio a cavalo parece outro homem” ([1771]1989, p. 143). Enfim, a montaria potencializa o terror dos coloniais perante a insurreição indígena. O nativo está armado, e, portanto, torna-se uma ameaça. A mobilidade indígena notada desde cedo pelos missionários, não apenas entre os Jê e Pampiano, mas também entre os Guarani, como se percebe, é um problema central da vivência dos povoados (BAPTISTA, 2015b, p. 59-60).

Os espaços nas lavouras e nas estâncias eram controlados pelos próprios caciques (cacicados), assim pode-se afirmar que nesses locais se mantinha um ritmo de trabalho e uma produção autônoma. Quem ali comandava era um capataz, equivalente a um cacique, com representação no cabildo. “Trata-se de uma função de destaque no mundo missional, onde a estância é mais um setor da área jesuítica capaz de produzir identidades individuais e sociais” (BAPTISTA, 2015b, p. 60).

Diversas atividades profissionais compunham o cotidiano da estância, entre elas cumpre destacar o guarani -missioneiro peão de estância, o capataz e o **posteiro**. O **posteiro** vivia num posto dentro da estância, que era um aglomerado de cinco a oito chácaras, onde morava as famílias dos **posteiros**. São Miguel, por exemplo, teve dois postos importantes: Santa Tecla (na atual cidade de Bagé - RS) e São Gabriel do Batoví (Atual cidade de São Gabriel - RS). Convém salientar que as pessoas que trabalhavam na estância podiam, no momento que desejassem, mudar de atividade profissional, portanto, não estavam diretamente vinculadas aquela atividade. Não havia figura do senhor estancieiro, nem hierarquia determinada pela função social; cada povoado possuía uma patrulha volante que zelava pela estância para que nada atrapalhasse as atividades pecuaristas (QUEVEDO, 2000, p. 141, grifo nosso).

O manejo do gado bovino era feito pelos povos indígenas que aprenderam com os espanhóis os domínios e as técnicas para esse trabalho. Os povos originários levavam vantagem quando assunto era arrebanhar o animal, pois dominavam os caminhos da região, e dessa maneira deslocavam-se facilmente de um lugar para outro dentro do território.

Ainda conforme Paniagua: “A estância colonial missioneira, portanto, foi um estágio intermediário para a estância capitalista que se consolidou no século XIX” (2013, p. 43). Portanto, a estância missioneira desenvolveu um papel importante de consolidação das reduções jesuíticas, pois tinha uma estrutura pequena e simples, porém funcional. Quanto à produtividade, como já mencionado, esta atendia às demandas dos povos e o excedente era comercializado na área de abrangência missioneira e em outras praças, fora do espaço da província jesuítica do Paraguai.

3.3. Lucros do ato de courear

Por volta do século XVIII, a economia gerada na região, que englobava o Rio da Prata, dava-se principalmente pela extração do couro e das graxas provindas do gado bovino. Essa exploração não se restringia apenas aos povos reduzidos, pois espanhóis, portugueses e povos originários cada vez mais se abasteciam do gado, tanto para a sobrevivência como para a extração do couro para a venda. Como cita Guilhermino Cesar (2005) sobre o assunto, quando se refere à extração e ao manejo do couro por portugueses, feitos de maneira diferente do modo primitivo dos povos locais.

Nossa gente, portanto, teve mais estabilidade social; não precisou, para viver, da astúcia e da energia do coureador primitivo, um tipo de homem asselvajado, nem das práticas em que este era perito – o contrabando as disputas sangrentas entre grupos rivais, a formação de pandilhas ousadas, que perturbavam a paz e a propriedade (CESAR, 2005, p. 29).

O couro era muito valorizado entre os séculos XVII e XVIII, e a caça predatória do animal para a extração dessa matéria-prima ocorreu em massa, tanto em território português quanto em espanhol.

En el marco de este proceso único de ampliación de los mercados se desarrolló en una escala novedosa la producción de cueros con base en el ganado cimarrón, una materia prima que se volcaría al comercio atlántico tanto por las vías legales de los puertos de Buenos Aires y Montevideo como por las puertas traseras del contrabando hacia los territorios brasileños. Esta “nueva economía del cuero” tuvo rasgos muy específicos, tanto en sus bases institucionales y tecnológicas como en los agentes económicos que la llevaron a cabo (MORAES, 2012, p. 27).

O gado era abatido em grande quantidade, e extraído dos animais muitas vezes apenas o couro e os ossos; a carne, por sua vez, ficava espalhada pelo campo. Pode-se imaginar esse acontecimento por meio dos relatos do Padre António Sepp sobre sua viagem entre as missões.

A terra, *nota boné*, é tão fértil, que por toda parte encontrarás uns doze a quinze mil bois e vacas, dos maiores a mais bonitos, deitados no capim ou pastando. São livres e não fazem parte de nenhum rebanho. Se te aprouver carnear uma rês, basta ires ao campo, atirar-lhe uma corda pelos chifres, trazê-la para casa; pertence-te. Nosso colégio, recentemente, mandou reunir 20.000 cabeças de gado e vendeu por 12.000 *Talers*. Portanto, a cabeça sai mal por um *Gulden*. Não seria isto um alto negócio para os mercadores de gado e corretores da Europa! Nestes bois e touros, que são extraordinariamente crescidos e todo brancos, a gente só considera o couro e quiçá também a língua (SEPP, 1943, p. 57).

Nota-se nessa descrição que os animais abatidos poderiam alimentar uma grande parcela de índios nas reduções, e nas entrelinhas percebe-se que também era necessária a comercialização, certamente para obter lucro. Como não havia tecnologia suficiente para a conservação, a carne era dispensada, e apenas o couro tinha valor nessa situação.

A venda de couro não era percebida apenas pelos colonos europeus, os povos não reduzidos também já estavam a par das negociações, principalmente com os portugueses que se firmaram na colônia de Sacramento, no Rio da Prata. A comercialização, então, era feita com base na troca por outros produtos. Como dominavam a lida com o gado, constantemente invadiam as estâncias missioneiras, não respeitando os limites que eram impostos pelas coroas nem pelos jesuítas, roubando o gado que estava sobre domínio dos povos missioneiros.

Apesar dos diversos ataques sofridos, as estâncias da banda oriental do Rio Uruguai não deixaram de prosperar; o árduo trabalho dos povos reduzidos fez com que elas se tornassem produtivas e abundantes na criação do gado. “Em meio a provável abundância, o controle do gado nas diversas vacarias da região platina, na banda oriental do Uruguai ou nos campos de Santa Fé, os missioneiros tinham papel relevante, exercendo várias atividades” (QUEVEDO, 2000, p. 159).

Por muitos anos, as estâncias missioneiras se mantiveram produtivas dentro do território platino, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, tendo o gado e a erva-mate como principais produtos. “O animal e a árvore inscreviam-se, ambos, na ordem reinante da indústria extrativa” (CESAR, 2005, p. 25).

Desde o início as estâncias tinham traços e se caracterizavam pela concentração de bens e subsistência. As primeiras estâncias de cunho missioneiro criaram laços de comercialização de produtos até Buenos Aires. Tais práticas se mesclavam entre a subsistência dos povoados que estavam em formação e a troca e a venda de produtos nesses locais.

En la banda oriental no había poblaciones españolas. Además el amplio espacio se utilizaría para crear estancias para los pueblos misioneros cuya ubicación no les facilitaba la posibilidad de la cría de ganados. Estos pueblos se apropiarán en la banda Oriental de las hectáreas necesarias para tener su ganado (LEVINTON; SNIHUR, 2015, p. 60).

Como já mencionado, grande parte da matéria-prima das estâncias era escoada pelo Rio Uruguai, chegando até o Rio da Prata, onde era transportado até o porto de

Buenos Aires, e assim, através de grandes embarcações, chegava à Europa. Dessa maneira, as estâncias da época se caracterizavam pela subsistência e pela geração de lucros.

A pesar de la autosuficiencia económica, fue necesario promover el intercambio entre las reducciones. A través del trueque exportaban ganado vacuno (Yapeyú, San Borja, San Miguel), ganado ovino (La Cruz, Santo Tomé, Yapeyú y San Borja), algodón y yerba mate (AMABLE; DOHMAN; ROJAS, 1962, p. 57).

As reduções jesuíticas missioneiras da segunda fase serviram para a Coroa espanhola de frente expansionista. A expansão territorial e o povoamento da banda oriental por parte dos povos missioneiros eram como uma barreira fronteiriça, impedindo os luso-brasileiros, que já estavam em território, de avançarem rumo ao interior do território missioneiro.

Contudo, esse fator não impediu que as estâncias gerassem lucratividade em seu vasto território. O ritmo de trabalho dos povos e a sua cooperação tornaram as reduções jesuíticas missioneiras em povoados prósperos da região platina entre os séculos XVII e XVIII, atraindo assim pessoas de vários países para essa região.

Para melhor compreensão desse fenômeno, vale ressaltar duas estâncias destinadas a criação e manutenção do gado nas reduções. Além de serem as maiores em ocupação territorial, elas criaram estâncias menores, onde o gado era destinado não só para as reduções a quem pertenciam, mas tinham um funcionamento comunal. Estas estâncias eram a de Yapeyú e a de São Miguel.

3.4. Estância do povo de Yapeyú

A estância da redução de Santos Reis ou Yapeyú possuía diversas estâncias menores, tendo em sua jurisdição um vasto território, que se dividia entre as bandas ocidental e oriental do Rio Uruguai, proporcionando assim uma união entre o gado da Vacaria do Mar e o que estava entre os rios Paraná e Uruguai.

Yapeyú, por ser a maior estância missioneira, tinha diversos núcleos populacionais e de concentração de gado. Entre as estâncias menores da banda ocidental estavam San Andres, San Pedro, San Luiz e Madsoví. Já na banda oriental, havia Santiago, Paisandú, San Antônio, San José e San José de Higuieritas.

A estância de San Andres foi a primeira a ser fundada na banda ocidental, localizando-se à direita do rio Mirinãy, dando origem a uma estância de “índios pampeanos”, mais especificamente do grupo dos yarós, que aceitaram serem reduzidos.

Poco a poco los yapeyuanos se especializaron en la cría de ganado y comenzaron a formar estancias. Estas no constituían, precisamente, un establecimiento ganadero. Se trataba de la adaptación de un sitio limitado por elementos naturales como ríos o formaciones rocosas. En 1657 se fundó la estancia-reducción de San Andrés. Se trataba de la primera fundación de un asentamiento misional de indios yaros y en el mismo lugar se dispuso dejarles alrededor de 500 cabezas de ganado que los nómadas deberían cuidar (LEVINTON, 2005, p. 34).

Os índios não se adaptaram com o trabalho imposto nas reduções pelos jesuítas, por serem povos nômades, mas não a abandonaram, porém passaram a viver na estância de acordo com seus antigos costumes. Estes índios, que se estabeleceram dentro e próximos às estâncias e postos de Yapeyú, no decorrer dos anos tiveram vários confrontos com os índios cristianos, principalmente os yapeyuanos, devido às constantes retiradas de gado e cavalo, que também os pertencia, para o consumo e para a venda.

Esses povos passaram a viver nas estâncias das missões jesuíticas, de forma que conheciam a fé cristã, mas não aceitando viver de forma reducional. Viviam em maior período de maneira harmoniosa com os povos das reduções. Em outras circunstâncias, o conflito deixava um clima de tensão e alerta entre aqueles ali presentes.

Os indígenas que ocupavam ambas as margens do Rio Uruguay eram os Charruas, os quais, em alguns momentos, procuravam a redução, em outros, eram convertidos mediante prisão em momentos de confronto com os guaranis reduzidos em Yapeyú: eles eram ameaça ao êxito do *Pueblo* e da estância. A intervenção missionária tem como interesse a ocupação territorial e realiza-se com a migração de guaranis para a região do pampa, o que provoca atrito com as tribos charruas (VARGAS, 2014, p. 20).

Os índios charruas, yarós e minuanos-guenoas, “índios pampeanos”, desde cedo estabeleceram contato com o gado bovino, que se dispersou entre os rios Paraná e Uruguai, nas estâncias de Santa Fé e Corrientes. Assim, consolidaram novos modos de sobrevivência, após a introdução do animal, tornando-se excelentes peões na captura do gado alçado.

Em uma das cartas do Padre António Sepp, ele relata a chegada de um bando de índios yarós até a sua embarcação, com o propósito de vender cavalos domados para os recém-chegados na Bacia do Rio da Prata.

No dia 20, ao nascer do sol, todo um bando de bárbaros selvagens veio correndo em direção de nossas embarcações. Mandamos logo nosso intérprete ter com eles, para perguntar-lhes o que queriam. Responderam que vinham em boa paz e nos ofereciam alguns cavalos para compra. Quando o soubemos, fomos em terra e cumprimentamos-os muito amavelmente por intermédio do intérprete e perguntamos o que queriam por cada cavalo. Um dos selvagens queria alfinete, outro uma faca, este um pouco de fumo, aquele um pedaço de pão e um anzol. Um deles pediu apenas um pouquinho de uma erva paraguaia, que não é outra coisa senão as folhas secas de determinada árvore, que são moídas em pó compramos, portanto, mais de vinte cavalos grandes e nem um Taller gastamos ao todo (SEPP, 1943, p. 101).

Nesse trecho, Sepp encontra-se nas proximidades do Rio Uruguai, em território pertencente aos minuanos-guenoas, por volta de 1690. Pode-se perceber em suas linhas as habilidades e a intimidade com que os povos originários trabalhavam com o cavalo, tornando-os excelentes ginetes e domadores. Tal habilidade também fez com que fossem classificados em meio às estâncias missioneiras como ladrões de gado, pois tinham como prática arrebanhar corriqueiramente o gado bovino nesses lugares, onde faziam paragens, deixando os jesuítas receosos por conta de suas condutas.

Não podemos deixar de mencionar, no entanto, que esse julgamento pré-concebido é de uma percepção inteiramente europeia, pois o território julgado como missioneiro pertencia aos pampeanos, assim como o gado existente nesse espaço. A concepção de linhas demarcatórias de território e fronteira se conceberam com o avanço de ambas as Coroas na banda oriental do Rio Uruguai. Sendo assim, eles não estavam vaqueando animais alheios, e sim seus próprios animais.

Outra estância de Yapeyú foi a de San Joseph. Fundada por volta de 1700, era uma das mais distantes da redução, mas não a menos importante. Essa estância também era constantemente “atacada” por “índios pampeanos”.

[...] el Pueblo del Yapeyu de Yndios de nacion Guarani y uno de los q V. M. tiene en el Rio Uruguay Jurisd.";i del Puerto de B.s ayres posee por mas de quarenta anos una Estan." de ganado Bacuno y otros llamada S. Joseph en el paraje llamado Yquarey como veinte léguas de dho Pueblo tiene en ella Casa p." los Estancieros y una Ygle." p." decir los P.es , missa dedicada a S. Joseph y estando en esta posesion quieta y pacifica de dha Estan" (DE ANGELIS, 1954, p. 130).

Essa estância abriu portas para que o gado trazido das vacarias se desenvolvesse em cercanias, pois ficava próximo ao caminho aberto pelo mestre de campo Antônio Vera Mujica para as estâncias de Santa Fé. “A estância de San Joseph, estabelecida nas

proximidades do arroio Malo (rio Queguay) foi a porta de entrada para essa reserva de gado, sendo também o ponto inicial de fixação e organização do território yapeyuano” (PANIAGUA, 2013, p. 29).

A estância de San Joseph muitas vezes foi atacada por índios charruas e yarós. Estes ocuparam suas terras, consumindo grande parte dos animais que estavam sob o cuidado do povo que vivia em San Joseph, alegando terem os mesmos direitos ou mais que os índios cristianos sob aquelas terras.

Outra parte do documento XXVII trata dos relatos feitos no ano de 1701, narrando que os índios não reduzidos continuaram por muitos anos habitando os mesmos espaços das estâncias, convivendo diariamente com a lida do gado. Tais estâncias foram delimitadas em territórios já pertencentes a esses grupos.

Lo primero si saben q el Pueblo del Yapeyu de Yndios Guaranis Jurisdicion del Puerto de B." ayres está posseendo por mas de quarenta anos una Estan." llamada san Joseph en el Paraje llamado Yquarey poblado de ganados bacunos con casas p." los q [la] cuydan y Iglecia p." decir Missa los P. P.K ? Lo l'segundo si saben q los Yndios de nacion Yaro, vojas, ni otros qualesquiera Yndios Pampas Infieles ni en parte ni en todo han tenido jamas dominio ni possession en dha Estancia llamada S. Joseph ni en sus ganados? Iten si saben q dhos Yndios Yaros, vojas y otros sus aliados todos Infieles en num." de hasta quinientos de mano armada; y hecho injusto y contra dfo se hapoderaron de dha Estan." llamada S. Joseph matando las baças y maltratando sus estancieros. Y finalmente si saben q apoderados dhos Yndios Yaros, vojas y demas Pampas todos Ynfieles se sierran las Baquerias y ei Comercio con el Puerto de B." Ayres con q pereceran de hambre mas de senta (sic) mil almas Y adernas desto corren evidente riesgo estos veintyocho Pueblos de ser destruydos de los dhos Yaros coligados con los Portuguezes por ser muchos en num." guerreros y tan Infieles q raro se ha convertido en mas de treinta anos q ha q los P. P." de la Comp." de Jhs trabajan en su convecion, antes bien despues de recibir dhos Yndios Yaro Yerba, tabaco, cuchillos y ropa q los P.es les daban p." aficionarlos a la fee ellos se huian dexando burlados a dhos P. (DE ANGELIS, 1954, p. 130-131).

A ocupação dessa estância trazia dificuldades para os indígenas missioneiros, pois os “índios não reduzidos” dificultavam a passagem na busca do gado. Esse ato desencadeou a revolta dos jesuítas e dos missioneiros yapeyuáanos, pois estes dependiam da carne proveniente do gado bovino.

O documento traz em sua escrita a seguinte informação: o interesse por parte dos jesuítas e índios cristianos relatando a obstrução dos caminhos que davam acesso ao gado. Porém, por outro lado, percebemos que os grupos de “índios pampeanos” não viviam fora das estâncias, mas sim dentro delas, muitas vezes dividindo e cuidando do gado que ali estava. Isso gerava desconforto aos olhos dos jesuítas, que tinham em suas concepções a definição fixa de fronteira e o acúmulo de bens.

Ainda sobre os relatos dos “índios pampeanos” de alguns anos mais tarde, encontrados no documento produzido no ano de 1708, estes alertam os superiores da província do Rio da Prata sobre a invasão dos “índios infieis” aos caminhos que percorriam os índios cristãos guaranis, entre as estâncias de La Cruz e de Yapeyú, onde se tem início a jurisdição das cidades espanholas de Santa Fé.

Os “índios pampeanos” obstruíam os caminhos dos “povos reduzidos”, impedindo assim a comercialização de produtos entre as reduções e as cidades espanholas e o recolhimento do gado bovino nas estâncias, não deixando com que levassem esses animais até as famílias nas reduções, deixando-as acentuadamente preocupadas, em razão de a carne ser o principal meio de subsistência desses povos.

Tendo em conta que os índios reduzidos, em algumas circunstâncias, como já mencionado, eram inimigos de charruas, yarós e minuanos-guenoas, é preciso elencar isso com o fato de que tais povos foram sitiados próximo aos territórios que por direito eram dos “índios pampeanos” (Yapeyú, A Cruz, São Borja, Santo Tomé).

O documento a seguir trata de escritos de um mestre de campo chamado Dom Alonso Juan de Valdes, e refere-se os feitos dos “índios infieis” na província do Rio da Prata por volta do ano de 1708. Valdes alerta que os índios estão percorrendo os caminhos que dão acesso dos povos até onde começam as cidades espanholas, alegando que estes impediam que os índios cristãos comercializassem nos portos. Além disso, relata que os índios não reduzidos se apoderaram de algumas vacarias, assim acusando-os de impedir que os “reduzidos” mantivessem a sua fonte de subsistência.

En la Ciudad dela Santissima Trinidad Puerto de Santa Maria de Buenos Ayres, en treinta dias de henero de Mill Setecientos y ocho anos; El Señor Mrs de Campo Don Alonso Juan de Valdes y Ynclan, Gov. y Cap. Gen. De esta província de el Rio de la Plata, per su Mag. (Dios le guarde)= A viendo visto las tan formozas, antere entte con los autos y diligencias obradas por este Governo aque se mando a Pregar por decreto de dies y ocho del corriente; y lo pedido por el Rano Pe ran de el Colegio de la Compania de IHS. De esta ciudad, com lo que sobre todo alego el Promotor fiscal dixo que atento a constar que los yndios ynfieles Genoas Bohanes, charruas, Yarros, y otros tienen violentamente corridos los camiños por donde se comezca ente las Ciudades de españoles y pueblos de yndios cristianos guaranis que estan a cargo de los religiosos de la Compania de IHS con impedimento dhos comercio, y viages que dhos yndios guaranis hazen as este puerto, ar para la obra de sus fortificaciones, como para las ocasiones de pueessa, o pracaucionas para ella. Y que dhos yndios infieles estan apoderados delas vaquerias y demas Pampas, y campañas realengas donde pastan los ganados que recogen para su manutencion estos bandos el que dhos yndios cristianos llevien el sustento preciso para sus familias y que acometieronal Pueblo del Yapeiú y La Cruz matando treinta y ocho yndios y cautibando veite y seis (AR-AGN-CJ_412, doc. 73).

Assim, de um lado tem-se a jurisdição espanhola, que apoia a questão de ocupação dos territórios que a compunham, por parte da Companhia de Jesus, para a garantia de posse territorial. De outro, pode-se fazer a analogia de que os territórios ancestralmente pertenciam aos povos originários, como charruas, minuanos-guenoas, entre outros presentes nestes espaços, e que em sua grande maioria não aceitaram ser reduzidos. Com isso, ocorreram inúmeros conflitos por posse de territórios, pois os “índios pampeanos” compreendiam que o espaço e o gado pertenciam a eles, por já estarem há muitas gerações naquelas terras.

Para essa interpretação, tem-se outro documento, de anos mais tarde, datado no século XVIII e escrito pelo visitador das estâncias de São Miguel, Nicolau Contuces. O documento do Archivo General de la Nación Argentina indica que os nicolistas e borgistas é que estavam recolhendo o gado de outras estâncias para o seu sustento.

Contuces enviou para o padre superior, juntamente com a carta, um mapa referente à situação das estâncias. Nele, informa que os cristianos andarilhos e os “índios infiéis” ou “pampeanos” possuem muitas cabeças de gado, entre as nascentes do rio Negro e Pirai, e que dependiam dessas terras para a sobrevivência.

As informações do documento mostram o interesse dos padres jesuítas pelo gado que era recolhido e mantido pelos “não reduzidos”. Esse interesse é visível quando mencionado que os índios nicolistas tinham a obrigação de arrebanhar cabeças de gado em outras estâncias, já os “índios pampeanos” dominavam de forma equilibrada as vacas mansas entre seus campos.

Por haver se algunos sujetos fundado en sus opiniones en particular por los informes del P. Miguel de Voto, de que estos Indios nicolistas han sacado el ganado que actualmente tienen, de otras estancias, aun despues que su Magestade el P. Superior, ya esta enterado dela falsidade y muy persuadido delo contrario, segun me insinuas de que la estancia de S.Borja tambien y luego tenga V.R este mapita, y mira las situaciones de las estancias. Los infieles y cristianos andarigos son duenos muy numerosos ganado en las tierras de las cabezeras del rio Negro y em las de Pirai veeinos , y dependentes desta estancia. (...)

Los infieles, y tantos indios andarigos. Gozan de alta paz entre las vacas an la fuera servindo el señor de hacer me instrumento de reducir á estos miserables también, y quanto ellos quitaran de llevar las outra vez a estas vacas de los cinco rodeos, sera preciso coller, porque estos indios solo no son bastante de resistir los, entre tantos ellos estan algo quietos, mientras los senhores soldados de hallan vecinos en S. Miguel mini (AR-AGN-CJ_417, doc. 273).

O interesse em conquistar mais espaços e os animais já presentes neles era visivelmente expresso, quando o padre Miguel de Voto, em questão, coloca-se à

disposição dos superiores para converter e reduzir os “pampeanos”, assim se apossando do gado que estava sob administração desses povos.

Yapeyú continha diversos postos de paragem, que começavam a aparecer desde o Rio Ibicuí e desciam até o Rio Negro, onde era capturado o gado da Vacaria do Mar, que então era conduzido para os postos. Ali os animais eram amansados até se acostumarem com a presença humana, permanecendo nessas paragens até serem levados para as estâncias da redução, e uma dessas era a de Santiago. Suspeita-se que essa estância foi uma das primeiras a ser criada com o propósito de procriação do gado. Os animais cercados e mansos, então, se reproduziriam, e assim os jesuítas, podendo se abastecer do próprio gado, não mais dependeriam do gado xucro das vacarias.

A estância de Santiago localiza-se em campo ondulado com abundante água disponível em banhados e arroios, com cordões de mata ao longo dos cursos de água e capões isolados no campo. Ela está ancorada no arroio Puitã: seus poteiros encostam em sua margem direita e a antiga sede está sobre pequena elevação próxima. A desembocadura do arroio Puitã no Uruguai dista nove quilômetros (VARGAS, 2014, p. 47).

Assim, entende-se não ser mais necessária a busca do animal nas vacarias. Tempos mais tarde, por volta de 1730, juntamente com a de São Miguel, Santiago se tornaria muito importante para a preservação e a procriação do gado que inicialmente era trazido para as estâncias.

Por volta de 1731, os jesuítas, segundo o que disse padre Cardiel, resolveram por em execução um novo projeto para garantir o abastecimento de carne das missões. Do gado bravo que se encontrava dentro dos limites da chamada estância de Yapeyú 40.000 animais seriam fechados numa autêntica estância para a criação de gado capaz de abrigar 200.000, pois se esperava que o gado aumentaria para este número dentro de oito anos. O processo repetir-se-ia também dentro dos limites da chamada *Estância de San Miguel*, situada a leste da Estância de Yapeyú (MÖRNER, 1961, p. 31-32).

A estância de Yapeyú “compreendia territórios a la izquierda y a la derecha del rio Uruguay desde la desembocadura del Ibicuy hasta el rio Negro”. (MORAES, 2012, p. 14). Essa estância estava estruturada em ambos os lados do Rio Uruguai, ocupando espaços dos “índios pampeanos” que habitavam grande parte do território ao sul compreendido como missioneiro. “A posição geográfica deste *Pueblo* oferecia condições de passar parte deste gado para a margem oriental do Rio Uruguai, na altura do Passo do Aferidor” (VARGAS, 2014, p. 35). A posição do povoado favorecia o contato com as estâncias de Santa Fé e a conexão do gado com a banda oriental do Rio Uruguai,

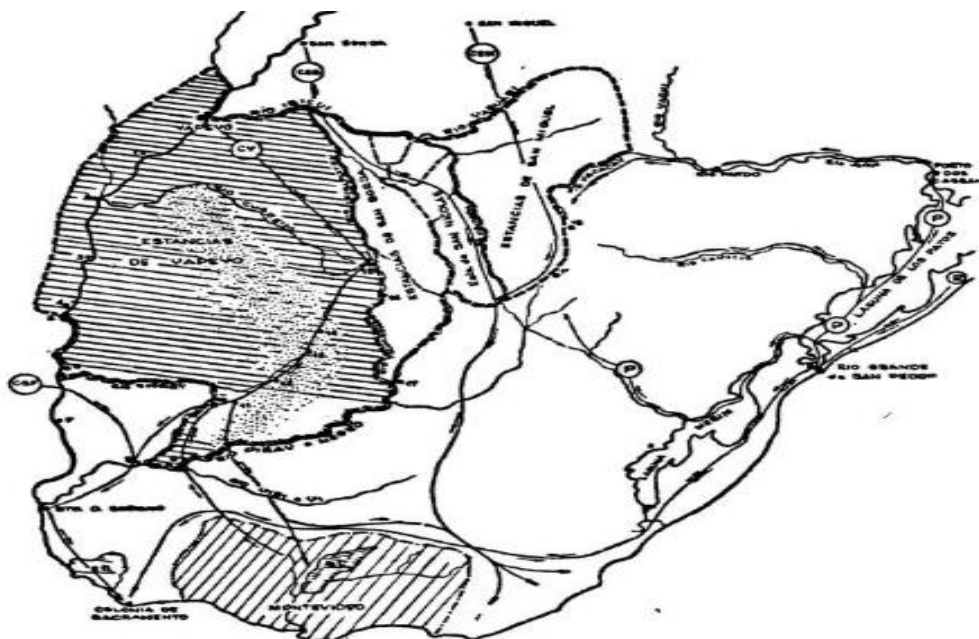
estabelecendo assim estruturas favoráveis à procriação e ao desenvolvimento do gado bovino nos espaços apropriados.

Determinase que da la estancia del Pueblo de Yapeyú que se dilata cincuenta leguas de largo y treinta de ancho y estaba llena de vacas, no mansas sino chimarronas, pero propias del Pueblo que las metió en aquellas tierras sacándolas de la Vaquería del Mar y que las guardaba con sus indios por los confines para que no se vayan a otras tierras; determino-se, pues que en esta estancia grande se busque un pareje capaz de contener 200 mil vacas, para lo cual es menester un espacio de 20 leguas de largo y 10 de ancho. Que de la estancia grande se cogiesen 40 mil vacas, se amansasen bien en cuatro vacadas o rodeos, como allí se dise, y se metiesen en la estancia pequeña (CAMPAL, 1968, p. 201).

O gado que era levado para a estância menor era retirado com o propósito de se multiplicar, e assim o povo poderia manter a própria criação. Estima-se que, alguns anos depois, milhares de cabeças de gado teriam atingido o triplo de seu número se os animais fossem bem cuidados, tendo uma boa administração na estância. Por isso, eram montados postos com várias famílias vindas do povo para ali se estabelecerem. Então eram construídas igrejas e mandavam também curas e padres para a administração do gado e do povo, pois formava-se uma nova comunidade.

O mapa 3 representado abaixo demonstra o território de Yapeyú em sua extensão territorial, desde o Rio Ibicuí até ao sul, nas margens do Rio Negro. Observa-se que grande parte do território ocupado por essa estância estava localizada nos territórios de minuanos-guenoas, charruas e yarós.

Mapa 3 – Mapa que demonstra a extensão territorial de Yapeyú



**EXPANSION TERRITORIAL, EN SU APOGEO (1750-1760),
DE LA GANADERIA BOVINA JESUITICO-TAPE**

Fonte: Campal, 1968, p. 200

Assim, Yapeyú se configurou como a maior estância missioneira para a criação e manutenção de gado bovino das reduções, devido a sua extensão territorial e ao campo propenso para essas atividades, não deixando de lado a mão de obra indígena que fazia o trabalho. Nossa afirmação está focada na questão do gado, mas sabemos que as criações das estâncias jesuíticas também tinham como propósito ocupar as terras da Coroa espanhola, com o fim de proteger suas fronteiras das invasões dos portugueses.

A estância era o lugar de criação de gado, com gente que realizava o rodeio e o aparte de animais doentes ou para a alimentação. Os limites das estâncias eram os rios, arroios, banhados e matos. Os trechos abertos estavam vedados por valas com plantações de espinheiros ou cerca de árvores derrubadas (FLORES, 1996, p. 61).

Como já mencionado, as estâncias eram separadas das reduções, tendo uma povoação destinada para cuidar do gado, contendo casas, capelas e suas lavouras, assemelhando-se com a estrutura de um vilarejo. Elas continham estruturas para amansar gado xucro trazido das vacarias e cumpriam a função de proteção para que este gado não fosse saqueado pelos luso-brasileiros e por “índios infiéis”.

O documento transcrito abaixo demonstra que várias famílias eram designadas para o cuidado com a estância, a lida com o gado e a proteção desses espaços. Também demonstra outro fator relacionado às famílias: estas haveriam de resguardar os passos dos rios, pois eram caminhos que muitos índios reduzidos e “índios infieis” utilizavam para atravessar entre uma banda e outra, sendo esses espaços de grande vulnerabilidade para as estâncias.

Noticia delas famílias de indios que consisten emplaçadas en guardar el ganado de las estancias de esta parte del Ybicuy.

Estancia de S. Borja.

Seis famílias, em el paso del S. Borja, al cuidado de las canoas.

Estancia de la concepcion

Vente famílias cuidando ganado

Estancia de S. Angel . trenta famílias cuidando; em cuio numero se incluiem dies... halan recogitadas, en cuio numero de las que se extrabiaran com los Portugueses y há mucho tempo que se volvieron [...] (AR-AGN-CJ_415, doc. 287).

Como pode-se notar, algumas famílias que estavam nas estâncias da banda oriental eram de índios que se dispersaram das antigas invasões dos portugueses, não se introduzindo a outros povos da banda ocidental, permanecendo nesses locais até a formação das estâncias, onde trabalharam como índios reduzidos.

3.5. Estância de São Miguel

Desde a primeira redução fundada na primeira fase das missões jesuíticas da banda oriental do Rio Uruguai, São Miguel foi destinada para a criação do gado bovino. Mais tarde, forçada a mudança para a banda ocidental, com a invasão dos portugueses em 1641, ainda os índios reduzidos tinham as mediações dessa redução para a exploração.

Coube à redução de São Miguel, fundada pelo venerável Padre Cristóvão de Mendonza, e para onde este conduziu o primeiro gado, ficar como um entreposto da pecuária incipiente das Reduções, contando assim com um rebanho já apreciável quando, em 1638, foi abandonada ante a invasão dos mamelucos. Já tinha essa redução a sua estância que se estendia entre as cabeceiras do Vacacaí, Toropí e Santa Maria, “onde começou a se multiplicar o seu gado e depois baixou o mar”) construindo a primeira vacaria que ali se estabeleceu, pela dispersão desses rebanhos (PORTO, 1954, p. 321).

O gado deixado na banda oriental do rio Uruguai, aos cuidados dos índios que escolheram não transladar com os jesuítas, devido os conflitos que ocorreram na primeira fase, prosperou ao longo dos séculos XVII e XVIII. Tal fato deu base para que os jesuítas

pudessem provar que a Vacaria do Mar havia se dado inteiramente sobre a procriação desse gado, nas primeiras reduções.

São Miguel ocupava uma vasta área, delimitada por rios e acidentes geográficos, tendo por largura 40 léguas e 20 léguas de comprimento, limitando-se às estâncias lindeiras e ervais de outras reduções. Da mesma maneira que Yapeyú, era composta por estâncias menores e postos para amansar o gado.

A estância de São Miguel, que compreendia uma vasta extensão territorial, mais ou menos correspondente aos antigos domínios da redução dessa invocação, abandonada pelos tapes em 1638, e onde dispersando-se pelo Sul, seus gados primitivos formaram a vacaria do mar, estava encravada entre as estâncias dos povos de São Tomé, Conceição, São Nicolau, São Lourenço, São João e São Luís, fechando o perímetro, ao Norte os ervais de Santo Angelo, que ficam entre as cabeceiras do Ijuí, Jaguari, Toropi e Jacuí (PORTO, 1954 p. 327).

Os diversos postos que compunham São Miguel ficavam próximo à Vacaria do Mar, nas cabeceiras do Rio Negro. Esse local era a porta de entrada para o gado bovino trazido por índios vaqueiros. No princípio da criação da estância, foram introduzidas mais de 40 mil vacas.

Esta introdução de gado *vacum* bastou para que os vaqueiros da redução percebessem que os animais começaram a prosperar. São Miguel tornou-se, assim, uma das estâncias mais favoráveis em termos de criação do gado, assim como Yapeyú e São Borja. Podemos considerar os fatores climáticos e geográficos da região como essenciais para a reprodução, devido aos bons campos naturais para a alimentação do gado.

La corriente comercial entre los pueblos se desarrolló en forma más activa. Ello se debió principalmente a las circunstancias de la naturaleza geográfica. Si bien es cierto que también los planes económicos de cada pueblo perseguían como primer objetivo la autosuficiencia, no en todas eran iguales las características dadas por el factor naturaleza. Había algunos pueblos donde prosperaba más el ganado vacuno, como lo eran Yapeyú, San Borja y San Miguel. En otros el ganado ovino: La Cruz y Santo Tomé, pero también Yapeyú y San Borja, por lo más benigno del clima (FURLONG CARDIFF, 1962, p. 421).

A ambição de cada redução era tornar-se independente no sentido econômico, e isso fez com que cada um dos povos se especializasse em algum produto específico, de acordo com os meios geográficos que favorecessem a cultura escolhida. Dessa maneira, os povos missionários tornaram as culturas diversificadas.

Para o abrigo dos animais, São Miguel se dividia em três estâncias menores. “San Miguel tinha uma grande estância que, na maior parte dos documentos, está identificada por este mesmo nome. Entretanto, nos inventários publicados por Javier Brabo, ela aparece subdividida em três unidades: São Vicente, São Lucas e São Domingos” (SERRES, 2018, p. 71).

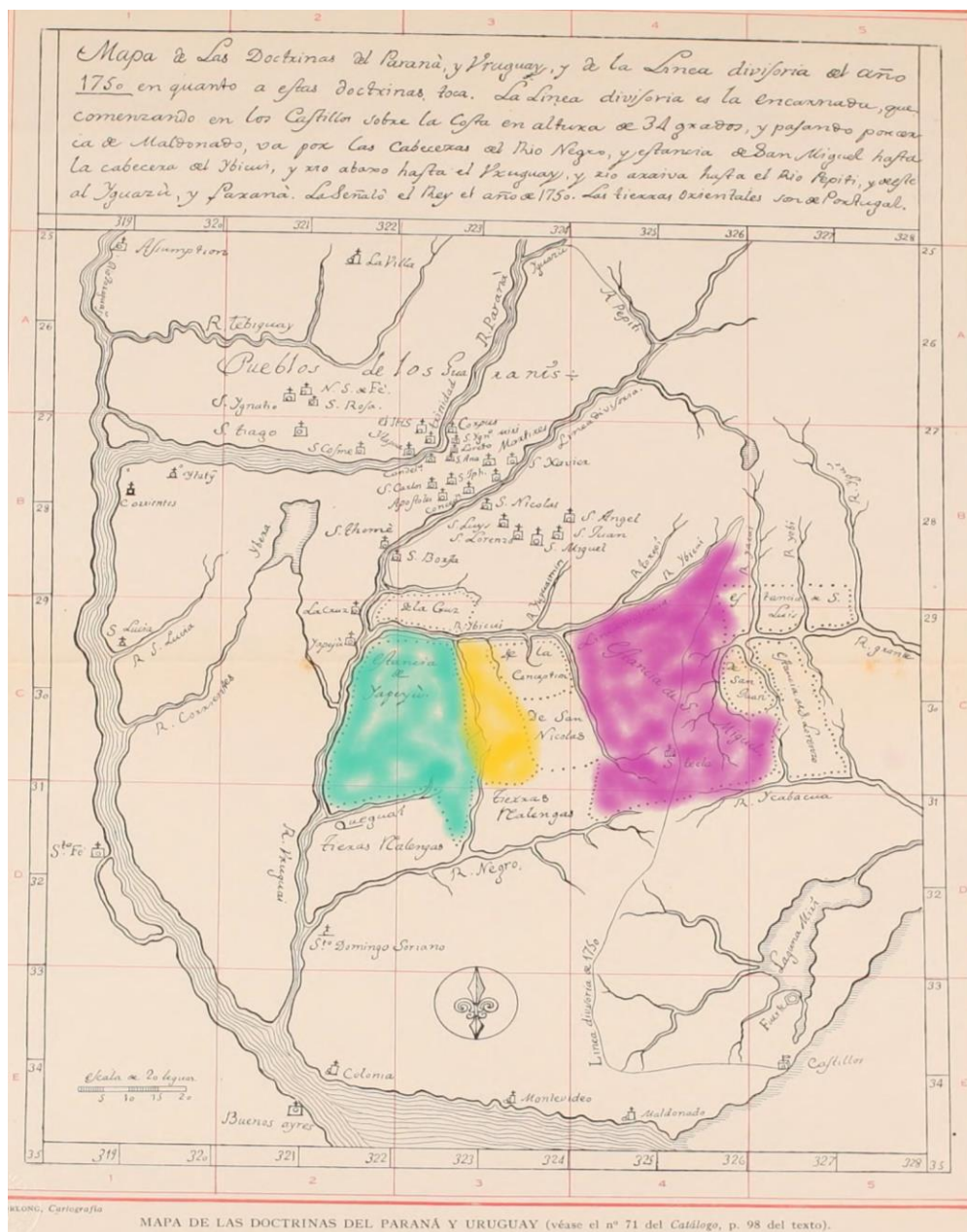
Para a proteção desse gado, São Miguel criou inúmeros postos nas estâncias menores; semelhante acontecia em Yapeyú.

Entre estas notam-se as de São Vicente, que entestava com a de São Lucas, com seus postos de São Rafael, São Paulo e Eguada: São Domingos e seus postos de São Borja, santa Luzia, São João: Santiago e postos de São Joaquim, São Clemente, São José Tubichá, São Diogo e outros, Santo Agostinho, Santa Tecla e Batoví foram também importantes estabelecimentos de criação (PORTO, 1954 p. 130).

Para o desenvolvimento do gado, a necessidade de implantações de postos para o cuidado com o animal era cada vez mais necessária, principalmente porque os limites da estância de São Miguel ficavam próximos com os limites territoriais de onde estavam alocados os portugueses, que se situavam no litoral, tendo como o principal ponto de defesa o posto de Santa Tecla.

O mapa 4, retirado da cartografia jesuítica de FURLONG (1936), representa o tratado de limites de 1750 sobre as terras jesuíticas missioneiras. Além dessa demarcação, o mapa representa as delimitações das estâncias da banda oriental do Rio Uruguai e suas respectivas reduções. Para o discernimento das estâncias de São Miguel e Yapeyú, estas foram coloridas de forma que se destacassem. A primeira está representada de lilás, Yapeyú de azul, e os campos realengos que aparecem em amarelo, segundo a comparação e as coordenadas, se estabelecem como anteriormente pertencentes à estância de São Borja.

Mapa 4 – Demarcação de 1750, contendo as estâncias jesuítas e seus limites



Fonte: FURLONG, 1936, p. 42

Entre os postos citados acima, podemos considerar o mais conhecido sendo o de Santa Tecla. Além da função de amansar o gado, esse posto desenvolveu um importante papel na defesa das fronteiras contra os portugueses.

Na região de Bagé, os primeiros indícios sobre a localização de um dos postos da estância de São Miguel, denominado Santa Tecla, foi feito por Vertiz Salcedo. No ano de 1773, esse fidalgo saiu de Monte Video com um enorme contingente de homens e apetrechos para expulsar os portugueses instalados na serra do Tape e fundar um assentamento fortificado (UESLER, 2011, p. 59).

Vimos até aqui as estâncias de uma forma geral, ou seja; como sendo hegemônicas diante dos 30 povos das missões jesuíticas. Contudo, essa hegemonia não era constante, pois os índios reduzidos tinham suas desavenças, principalmente nas estâncias. Como já mencionado, nesses vastos territórios a doutrinação não era constantemente exigida, enfraquecendo os laços entre os índios cristianos e as reduções e os aproximando muitas vezes com os “índios pampeanos”, que eram considerados os ladrões de gado.

3.6. Conflitos internos entre os povos de São Miguel, São Luiz, São Lourenço e São João

Para melhor compreender as desavenças ocorridas entre as sociedades dos 30 povos jesuítas, voltaremos a algumas questões, do início da formação das estâncias na banda oriental. Para isso, vamos nos valer da carta escrita pelo Padre Francisco de Aven, em 1698, dirigida ao Padre Francisco Ximenes. A carta se refere a um quantitativo de gado que foi retirado das estâncias de São Luiz, São Lourenço e São João e repostado na estância de São Miguel, e de cada uma foram retiradas 10 mil vacas para suprir as 30 mil que estavam faltando na antiga estância.

Nota-se que essa carta se refere ao início dos anos em que as estâncias da banda oriental do Rio Uruguai estavam sendo fundadas, pois em 1698 fazia pouco tempo que as reduções haviam sido refundadas na banda esquerda do rio. Sendo assim, elas almejavam cada vez mais serem independentes. E, neste dado momento, o quantitativo de animais representava para os povoados a autossuficiência, ou seja, quanto mais vacas em suas estâncias, mais alimento para o povo.

Dos índios que estavam nas estâncias, como mencionado, muitos eram de outras nações, os chamados “índios pampeanos”. Os padres, por sua vez, não tinham muito domínio do que se passava no vasto território estancieiro, uma vez que visitavam a cada seis meses as capelas que lá estavam fixas para batizar as novas populações de índios que ali estavam se formando.

O documento transcrito abaixo relata que a estância de São Miguel cometeu uma injustiça, explanando que ocorreu roubo, juntamente com violência, quando foram retiradas as vacas. Ainda considera a preocupação de outros povos tomarem tal ato como exemplo, sendo o caso de São Nicolas diante de São Borja, devido às 60 mil vacas que ficaram aos cuidados do Padre Joan de Yegros, e não aos cuidados dos índios. Dessas 60 mil, 20 mil

passaram para a estância de São Borja, por um caminho novo que havia sido aberto, e continuaram sendo cuidadas nessa estância, sem haver reclamação.

A justificativa para isso é que o povo de São Nicolas não reclamou pleito em razão das 20 mil vacas que ficaram sobre os cuidados dos índios de São Borja, em vez de em São Miguel, que teria uma estância significativamente grande, e sacou as vacas dos povos para suprir aquelas que haviam sumido.

O Padre Francisco de Aven alega que o gado retirado não é de posse de São Miguel, pois São Luiz está em pacífica posição de vaquear com seus animais, pois busca o próprio gado na Vacaria do Mar, capturado devido aos esforços dos índios da estância. São Miguel considerou o testemunho de um índio para alegar a posse do gado bovino (é percebido no decorrer dos documentos estudados que os padres não aceitavam o depoimento dos índios, pois consideravam que eles faltavam com a verdade ou, em certas circunstâncias, eram de pouca confiança). Para contrariar esse depoimento, Aven alega que o índio que estava presente na estância nem sabia contar, tampouco saberia quanto eram 30 mil vacas.

Seria bueno q la falia q hallo San Miguel en su Estancia antigua de 20 mil baças, porq solamente hallo dies mil de 30 mil segund ellos diçen: para recompensar esta falia q de la estancia de San Lorenzo, i San Joan, q son las contíguas sacase de cada una dies mil para enterar las 30 mil; ia se ve, q no, i la rason se viene a los ojos i q [el] P.* cura no clamava si le acometieran a su estancia con violência a quererle sacar sus baças, como lo hisieron los de San Miguel con la estancia de San Luis. Porq lo mesmo podia haçer San Nicolas con San Borja. Por.q el P.1 Anselmo me dixo avia di-xado en su estancia 60 Mil Baças; contolas el P.' Joan de Yegros personalmente, i no por dicho de Yndios, como suçedio ai P." Antonio Ximenes. i no hallo sino es quarenta mil segun me aseguro el P.º Joan: pregunto Yo pues donde se fueron las 20 mil? ai g.'les fundamentos q se fueron a la de San Borja segun me dixo el P.' Anselmo por causa de los Caminos q avian abierto por las Estancias; i con todo San Nicolas ha cailado ni puesto pleito a ningun Pueblo, por no ser bastante motivo para defraudar a otro Pueblo de lo suo. pues porq San Miguel le pone a San Luis con aver grandissimo fundamento q las Baças se fueron a las Baquerias por estar su imbernada a la puerta delias em busca de sus crias, q de 40 léguas las siguen segun diçen todos los Baqueros. i principalmente porq no las guardaron ellos? Afiado q no es cosa nueva q se pierdan las Baças por las Estancias; ei ano de 95 se perdieron en San Luis 12 mil i ubo fundamente grâdisimo q se fueron a la estancia de San Miguel; y Yo calle por evitar Pleitos — El P.' Miguel fernandes me dixo estando en San Lorenzo por cura q sinco Mil se le avian ido de su estancia a San Miguel segun ei rastro; e el P.* callo: porq ei P.' Casero dixo le faltavan tambien a três mil; i no hubo pleito alguno, etc. pues porq intenta San Miguel alsarse con las de San Luis i recompêsar su descuido para enterar su Numero inçierto con las del vecino q es San Luis o en q ha pecado este para con San Miguel. ' ' Porq jusgo ser cosa gravissima defraudar a un Pueblo, q esta en posesion de sus Baças, i contadas por un Jesuita, solo por ei dicho de unos indios, q no saben otra cosa sino es no decir verdad en su vida: San Luis esta en pacifica posesion de las suias q le costo su sudor i sangre ei traerlas; pues q rason ai para defraudarle. etc. pêro dirá San Miguel lo siguiente. Un Yndio de San Luis dixo q se avian entrado dos mil de

San Mig.' a las Baças de San Luis: Respondese q ei tal Yndio sin hablarsele palabra alguna fue remitido luego a su R." del P.* Superior Fran. co Vensonio; donde dixo q no avia dicho tal proposion i preguntandole Yo despues q hablo ai P." Sup.ü ' me dixo q la perdida suçedio dia de Çenisa i q entonçes estuvo ei en ei Pueblo; verdad es q ei Yndio estuvo aquel dia en el Pueblo i si la perdida fue q.'1 " ei estuvo ausente, pues como pudo saber ni contarias q eran dos mil o mas, si estaba ausente, luego es falso lo q le acumulan los Yndios de San Miguel. Pêro demos q ei Yndio como Yndio se dexase arrojar una proposion como esa. seria eso bastante para quitar a San Luis algun numero grueso de Baças? Ya se be q no, porq ni ei Yndio sabe contar, ni sabe q cosa sea mil segun lo tengo experimentado, i ei no tiene otra habilidad sino es ser hablador, etc. Diçe lo 2." San Miguel q avia rastro de ganados hacia la imbernada de San Luis. etc. Respondese q avia rastro, pêro no mui de de aver ido algunas Baças a beber del Arroyo Bacacai miri, q es ei estermio {sic} de las dos imbernadas; pêro no avia rastro alguno de q hubiesen pasado dicho Arroyo a la imbernada de San Luis por estar todo ei cercado de monte, i no hallarse rastro en ei, ni en la paja q no estaba hollada, etc. fuera de q como dixie ia arriba avia otros muchos arroios g.'s q no se secaron en la imbernada de San Miguel; todo esto lo vieron los Yndios de San Luis, q son 9 i el Corregidor. i dos alcaldes ordinários de aqui fueron a verlo, i hallaron ser asi verdad lo q digo aqui (DE ANGELIS, 1954, p. 106).

A interpretação do documento leva a entender que, além dos “índios pampeanos” e dos portugueses que rodeavam as estâncias, as reduções tinham desavenças entre elas. Os roubos de gado ocorriam entre as estâncias, e as reduções visivelmente almejavam serem economicamente independentes umas das outras. Por mais que nas reduções as atividades fossem comunais, as relações entre elas não eram hegemônicas, ou seja, nem sempre era pacífico o relacionamento entre os povos reduzidos, o que pode ser notado nos diferentes quantitativos de gado contabilizados anos mais tarde em cada estância.

3.7. Quantitativo de gado nas estâncias

As estâncias nunca tiveram um número regular de cabeças de gado em suas estâncias, e os motivos para que isso ocorresse eram diversos, indo desde o consumo diário por parte do próprio povo até os saques desordenados feitos por diferentes nações indígenas. No fim, os principais acusados desses feitos eram os “índios pampeanos”.

As tabelas abaixo, referentes à estância de Yapeyú e de São Miguel, após a expulsão dos jesuítas, e a contabilidade do gado em geral, feita por Francisco Javier Brabo, demonstram os inúmeros animais que eram mantidos e criados nas estâncias, podendo-se perceber as divergências de bens e riquezas contidas em cada uma.

Comparando a tabela 1 com a tabela 2, pode-se observar que cada povo tinha uma demanda de criação e uma diversidade de animais próprias, mas em alguns pontos é

possível considerar certa semelhança, principalmente nos tipos de animais que eram criados, tais como vacas, ovelhas e carneiros para a alimentação, vacas leiteiras, bois mansos – estes utilizados para lavrar a terra –, além de cavalos, mulas e burros para o transporte de determinadas mercadorias.

As divergências, portanto, ocorrem por causa da quantidade de animais criados. Assim, percebe-se a diversidade de cada estância, tendo como exemplo os burros e as mulas: enquanto Yapeyú tinha 1190 mulas e 83 burros, São Miguel contava com 164 mulas e 45 cavalos para o transporte de mercadorias.

Tabela 1 – Quantitativo de gado na estância de Yapeyú

Cria de mulas	1.338
Burros para o trabalho	87 amamentando 15
Mulinhas de 1 ano	340
Potros de 1 ano	1.185
Crias de burras com cavalos	83
Mulinhas	6
Cavalos	3
Crias de burros	258
Burros ganhões	98
Vacas leiteiras	6.596
Vacas de rodeio	48.119
Bois mansos	5.700
Novilhos potros	2.264
Ovelhas e carneiros	46.118
Cabras	39
Porcos	85
Cavalos mansos	4.190
Mulas mansas	1.190

Fonte: BRABO, 1872, p. 229-230

Tabela 2 – Quantitativo de gado do povo de São Miguel

Gado das estâncias próximas	
Vacas em San Isidoro	5833
Vacas em Santiago	8600
San Juan	4100
Vacas leiteiras em San Ignacio	195
Bois Ybiqua,	120
Bois em Timboy	800
Bois em santo Antonio	640
Cavalos mansos dos vaqueiros, em Santa Lucía	484
Cavalos mansos em San Jose	418
Éguas em San Borja	678
Éguas em Ybatay	86
Éguas em Ybiqua	284
Ovelhas em San Borja	404
Ovelhas em Santa Lucia	420
Ovelhas em San Jose	240
Ovelhas em San Ignacio	203
Ovelhas ao cuidado de Alejandro Yuare	200
Ovelhas ao cuidado de Santiago Caitã	224
Mulas para o transporte de mercadoria	164
Cavalos para o transporte de mercadoria	45
Gado alçado da estância maior	Não foi possível a contagem

Fonte: BRABO, 1872, p. 188-189

Yapeyú, como pode ser notado, foi a estância mais próspera, mantendo sempre um número exorbitante de animais sob sua jurisdição. Já em São Miguel há um reduzido

quantitativo de animais, mas ainda assim o número chega a ser superior ao das outras estâncias.

O inventário de São Miguel é construído separadamente, organizado por nomes das estâncias menores. Assim, cada estância menor traz um número diferente de animais e de espécies criadas. Mas, sobre a quantidade de gado *vacum* presente na estância maior, não foi possível a contagem exata, pois os animais em sua maioria foram alçados, dificultando a ação.

Já quanto às estâncias, nem sempre era possível ter o quantitativo exato dos animais, visto que elas ficavam afastadas das reduções, e assim a contagem era feita pelos cabildos ou pelos caciques, e raramente pelos índios, em razão da já mencionada desconfiança dos padres quanto à contagem por parte dos nativos.

Outra tabela sobre as estâncias aparece no inventário feito depois da expulsão dos jesuítas da banda oriental.

Tabela 3 – Quantitativo de gado nos inventários de São Miguel, São Borja e Yapeyú

Nome do povo	Vacas
São Borja	11.926
São Miguel	18.728
Yapeyú	56.979

Fonte: BRABO, 1872

Anteriormente à expulsão dos jesuítas, as estâncias sofreram inúmeros incidentes que contribuíram com a diminuição do quantitativo de animais, incluindo os acontecidos do tratado de Madri. Muito do gado era recolhido pelo exército português e saqueado pelos povos que se faziam presentes nos territórios. Ainda assim, pode-se constatar a quantidade de animais que se procriavam nas estâncias – São Miguel com 18.728, Yapeyú com 56.979 e São Borja com 11.920 cabeças de vaca sob seus cuidados.

As estâncias missionárias da banda oriental, que surgiram na segunda fase, não só com a necessidade de criação de gado, mas sim para a proteção do território fronteiro,

devido avanço dos portugueses, tornaram-se verdadeiros espaços econômicos e de criação de gado do século XVIII.

A chave do êxito estancieiro das missões, pode afirmar, são os peões da lida com o gado. Estes índios eram vistos pela comunidade como os que provinham o sustento do povo, assim como os costumes de seus ancestrais ligados à caça e à pesca, tendo papel de destaque nas reduções.

O índio peão, saído das estâncias espanholas de Santa Fé, era cavaleiro, pertencente povos minuanos-guenoas, charruas e yarós. Esses indígenas, contudo, eram considerados inúmeras vezes inimigos das reduções, devidos a seus saques de gado bovino nas estâncias missioneiras, e ainda de difícil conversão à fé cristã.

O peão missioneiro (vaqueiro) permanecia meses fora do espaço reducional, e consequentemente não era incumbido a uma doutrina cristã diária. O distanciamento nas estâncias, que ficavam a léguas de seu povo de origem, fez com que nesses locais se desenvolvessem núcleos de povoações de diversas nações, às vistas de um cacique ou cabildo, que asseguravam o trabalho, porém produzindo e vivendo ao seu próprio modo.

As estâncias missioneiras foram cada vez mais tomando proporções, caso este de Yapeyú, com suas estâncias menores, ocupando territórios de povos originários. Mas, em diversas ocasiões, tornaram-se palco de conflitos sangrentos entre os “índios infieis” e os reduzidos para determinar o direito ao território.

Sendo as estâncias os locais considerados de subsistência dos povos reduzidos e dos “índios pampeanos”, o próximo capítulo discorrerá sobre a estância de São Borja, que ficava inteiramente em território de índios cavaleiros que, em parte, permitiram ser convertidos à fé cristã. Com isso, poderemos compreender historicamente o espaço territorial e os grupos étnicos presentes nesses locais e suas relações econômicas, sociais e familiares dentro de um espaço que considerado missioneiro.

4. ESTÂNCIA DE SÃO BORJA

Este capítulo é destinado à interpretação histórica da estância missioneira de São Borja, tendo como propósito uma compreensão histórica regional sobre o tema em questão, articulando os pontos principais que compunham esse complexo espaço territorial em que estava situada a estância.

Para a compreensão histórica, foi necessário pesquisar como se formou o povo que compôs São Borja anteriormente à estância, e para isso retomamos questões referentes ao povo minuano-guenoa, reduzido em comunidade pelo Padre Francisco Garcia, da redução de Santo Tomé, o mesmo que fundou alguns anos mais tarde São Francisco de Borja com índios vindos da já citada Santo Tomé.

Jesus Maria dos Guenoas, alguns anos após a fundação de São Borja, foi anexado a esse povo, mas mantendo sua independência. Essa anexação dos povos pampeanos em uma redução de guaranis estava inteiramente relacionada à estância, cujas terras ancestralmente pertenciam ao povo minuano-guenoa.

Essas diferenças são explicadas nas questões administrativas, expondo que na redução de São Borja havia os caciques que compunham o cabildo, e muitos desses caciques eram de nação pampeana, o que transforma o pensamento histórico sobre esses índios presentes nas reduções. A estância, assim, fornecia subsistência e lucro tanto para a redução quanto para os povoados que se formaram em suas imediações, onde o trabalho se dava inteiramente por índios e estancieiros, que tinham por objetivo a doma do cavalo e a captura do gado bovino, principal meio de sobrevivência dos povos.

4.1. Redução de São Borja e Jesus Maria dos Guenoas

Para interpretar os trâmites ocorridos com a legitimação da estância de São Borja, torna-se necessário compreender a formação familiar, étnica, identitária, política e econômica que compôs o início de seu povoado, em meados dos anos de 1680, compreendendo o motivo de essas estruturas já estarem postas quando se formou essa redução na banda oriental do Rio Uruguai. Antes da formação das reduções da segunda fase, essa mesma banda oriental já estava povoada por grupos nômades e também por famílias de guaranis que ficaram nessa margem após a transmigração ocorrida pela invasão dos bandeirantes.

Alguns desses índios, principalmente os guaranis, eram chamados pelos povos cristianos de “tapes”¹¹. Os pampeanos, muitas vezes, foram chamados de “infieis”, dependendo da influência linguística e religiosa preponderante nessa época.

Assim, para o primeiro momento da escrita, nos detemos no documento escrito por Francisco Jarque e Diego Francisco Altamirano, padres missioneiros que relataram os acontecimentos a partir da carta do padre Francisco Garcia sobre os assuntos relacionados à conversão dos “índios pampeanos”. Porém, não devemos deixar de perceber que essa crônica foi escrita em um contexto de descoberta de novos territórios. Tais cartas serviam para demonstrar e impressionar a realeza, principalmente para descrever os territórios onde estavam situados os “pampeanos” e os padres missioneiros.

Segundo Jarque e Altamirano, quando relatam sobre a banda oriental do Rio Uruguai, estes descrevem um vasto território, habitado por famílias de índios. Essas famílias percorriam os espaços desde o Mar do Norte até as encostas do Rio da Prata, chegando nas proximidades do Rio Ibicuí.

Nota-se, assim, que essa simples delimitação tem por consequência a abrangência de todas as estâncias que foram mais tarde formadas abaixo do Ibicuí, como já demonstrado no mapa 2, do capítulo anterior. Nessas terras há uma descrição bem acentuada, ressaltando as asperezas do lugar em épocas de frio. Sobre isso, Jarque e Altamirano (2008, p. 121) trazem o seguinte trecho da carta do Padre Francisco Garcia, cura de São Tomé:

El temple de la tierra es frío, muy destemplado por los vientos, tormentosos, que la mayor parte del año reinan, con grandes aguaceros y tempestades de truenos, rayos y piedra. Es por la mayor parte llano el suelo y sin árboles, como las tierras frías; hay muchos ríos, lagunas y anegadizos, que sirven de aguada a las muchas vacas y caballos, que se han multiplicado en campos tan extendidos por centenares de leguas y cubierto siempre de crecidos pastos, para todo género de animales.

A ênfase nessa descrição mostra evidentemente que o interesse não estava em uma aproximação com os povos (não reduzidos), e sim uma demonstração de riqueza

¹¹Houve uma parcela de índios reduzidos que permaneceram na banda oriental do Rio Uruguai na primeira fase das missões jesuíticas, e por consequência disso ajudaram na propagação do gado bovino, que ficou sob suas posses no grande território do Tape. Parte desse território pertencia também aos índios pampeanos, e em determinados momentos confundem-se quais grupos eram denominados tapes, já que nesse espaço habitavam várias nações. Mas, considerando que os pampeanos tinham o controle do território, é possível que em determinados documentos os padres jesuítas refiram-se a esses índios quando mencionam a pacífica posição de vaquear.

presente no território em que esses índios se situavam. Eles se adaptaram e conviveram tanto com o gado bovino quanto com os cavalos, e este se tornou o principal meio de locomoção dos pampeanos.

Abundan aquellos parajes de tierras, y en particular de tigres, que allí se multiplican más por la abundancia de terneras y otros animales que se ceban; por esto son tantos que se dejan ver muchos cada día de los caminantes. Tienen hechas sendas para sus aguadas, tan abiertas como los demás ganados; su tamaño es tan crecido como el de terneros de año, con el cuerpo más grueso y cabeza grande y redonda, como de leones de África (JARQUE; ALTAMIRANO, 2008, p. 121-122).

Por mais que os padres relatem os perigos encontrados nesses locais, como os animais selvagens e o porte destes, fica evidente a colocação de que essa fauna se desenvolvia devido ao abundante número de novilhas que se multiplicaram nesses espaços.

Pode-se assim considerar que esse local já estava habitado por uma sociedade que tinha seus princípios de subsistência. A interpretação do relato da carta de Francisco Garcia demonstra o interesse não só por reduzir esses povos, mas sim nos animais que estavam sob domínio desses grupos.

No mesmo relato, ainda aparecem as dificuldades dos pampeanos em chegar até as reduções, devido às enchentes que ocorriam nas ocasiões das cheias dos rios. Percebe-se, assim, que os índios dali estabeleciam constantes negociações com as reduções jesuíticas situadas próximo de suas terras.

De estos barbaros, algunos frecuentan, cuando no lo impiden las crecientes de los ríos, las reducciones del Yapeyú, la Cruz y Santo Tomé, para comprar algunos frutos. Otros roban ganados y aún gente que los guarda, en las heredades pertenecientes a dichas reducciones. Y así por muchos motivos solicitan los padres misioneros su, haciendo repetidas correrías en os meses del año en que sus tierras son capases de caminarse (JARQUE; ALTAMIRANO, 2008, p. 122).

Nesse documento, pode-se notar uma contradição quando o Padre Jarque relata sobre os pampeanos e o roubo do gado, pois se em seus territórios, entre a Bacia do Rio da Prata e as cabeceiras do Rio Ibicuí até o litoral, os animais lhes pertenciam, considerando que o gado bovino se proliferou nesse espaço, os índios não necessitariam roubar os animais pertencentes às reduções, o que ocorreu em La Cruz, Yapeyú e Santo Tomé.

Esses povos amansavam os gados bovino e cavalari e os vendiam em algumas reduções, como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação. Considerando ainda que no ano de 1683 não haviam sido fundadas as últimas reduções da banda oriental do Rio Uruguai, surge um questionamento: qual seria o interesse do Padre Francisco Garcia em tentar fundar uma redução de índios pampeanos, sendo que estes, segundo relatos, se diziam tão “bárbaros” e bélicos, até mesmo contra as reduções, e em inúmeras situações foram inimigos declarados dos guaranis?

Segue a interpretação da carta do padre Francisco Garcia para o padre Tomás de Baeza, provincial do Paraguai, em 1683.

Garcia saiu de Santo Tomé em 17 de setembro para ir ao encontro dos minuanos-guenoas em suas terras, levando exatamente uma semana para chegar até esses índios. O padre se considerou com sorte e abençoado por Deus, pois no caminho encontrou três minuanos-guenoas, e adiante mais cinco, que iam em direção às reduções com vacas mansas para vender. “Por la tarde encuentre con três infieles que venian delantede otros cinco, que venian atrás com vacas que tráian a vender a este Pueblo, como lo Suelen hacer” (JARQUE; ALTAMIRANO, 2008, p. 125). Compreende-se, assim, que os índios já estavam acostumados a vender animais nas reduções próximas, principalmente em Santo Tomé. Isso reafirma a proposição de que se eles estavam vendendo vacas mansas, não teriam a necessidade do roubo, principalmente nessa época, pois os territórios ganadeiros pertenciam a eles.

Nesse percurso, Garcia tinha o intuito de cristianizar alguns desses índios, mas o que o enredo da carta indica é que esses povos já eram familiarizados tanto com os cristãos quanto com o padre, mostrando a relação entre os minuanos-guenoas e a companhia de índios cristãos que Garcia levava consigo. Convivendo pacificamente, reunidos em um mesmo espaço, “Cantaron los músicos, que yo llevaba la Letania de la Santissima Virgen, aunque era ya de noche, a que asistieron los infieles y dijeron, habia gustado mucho de oírla; luego les hablé y reparti a todos tabaco en hoja y yerba del Paraguay, géneros de su mayor estima” (JARQUE; ALTAMIRANO, 2008, p. 126).

Os presentes que eram dados em grande quantidade, como o tabaco e a erva, eram uma forma de prender a atenção dos minuanos-guenoas e garantir a sua confiança, pois eram gêneros com alto valor para a época.

Os minuanos-guenoas eram muito independentes, tinham preposições sociais, religiosas e econômicas próprias, além de ótimos negociadores, pois visavam sempre às

situações que eram de interesse para eles. Sobre isso, anos mais tarde, Gonzalo de Doblas afirmaria o seguinte:

El buen natural de estos indios parece franqueaba la entrada a su reducción y conversión pero en nada menos piensan en reducirse: y aunque no les es repugnante nuestra religión, les es la sujeción que ven en los indios de estos pueblos reducidos â pueblos, y precisados a trabajar, lo que a ellos no sucede. Nadie determina sus operaciones, cada uno es dueño de las suyas en el campo tienen su sustento en el mucho ganado que hay en el y tienen pocas luces para conocer to feliz de la vida civil, y mucha malicia para no dejarse sujetar al yugo de una producción. A mi me parece que los Minuanes jamas se reducirán con sola la persuasión de la predicación evangélica (DE DOBLAS, 1836, p. 56).

Nessa visita, os minuanos-guenos estavam em meio a uma guerra contra os yarós. Tal situação levou os caciques a optarem por deixar alguns de seus filhos com o padre, possivelmente para evitar que fossem mortos pelos índios inimigos.

Luego los caciques fueron levantando-se y agradeciendo-me el trabajo con que había ido a sus tierras por su amor, y que en retorno me ofrecían cinco hijos suyos, con los cuales el día seguinte me podría volver, porque ellos habían de buscar a los yaró, sus enemigos (JARQUE; ALTAMIRANO, 2008, p. 126).

O processo de cristianização era lento, e com a permissão dos caciques e do cacique principal essa missão, em meio aos minuanos-genoas, durou por volta de dois meses, pois alguns dos minuanos se convenceram devido à retórica do padre – muito era conversado sobre como era próspero viver em comunhão com Deus. Nessa retórica, Garcia argumentava a respeito dos perigos que cercavam os minuanos-guenoas, alegando que estes não viviam em concordância com os princípios cristãos nem se encaixavam com os acordos de uma sociedade espanhola. Contudo, eles só se deixavam converter quando o ato se configurava satisfatório, mas mesmo a aproximação portuguesa no território convencia a todos da necessidade de conversão.

Todavia, o avanço lusitano era um perigo iminente para a Coroa espanhola, que corria o risco de perder, pois os índios pampeanos negociavam com ambas as Coroas, o que era um risco, como prova um documento de anos mais tarde, mais precisamente 1722, escrita por Antônio Pedro de Vasconcellos, governador da colônia de Sacramento, dirigida ao Rei de Portugal, sobre os minuanos que se encontravam nas proximidades. O fato de os minuanos quererem por vontade própria se estabelecerem nesse local demonstra como as alianças eram feitas de acordo com os proveitos que poderiam tirar de cada lado.

Assim, essa articulação, feita pelos caciques, corroborava como uma nova forma de sobrevivência encontrada por esses grupos, sem a necessidade de negociação e sem correr riscos desnecessários, pois tanto os portugueses como os espanhóis tinham o conhecimento da belicidade dos indígenas, e para evitar qualquer transtorno desnecessário ofertavam o que eles precisavam.

Ainda nesse mesmo documento, Vasconcellos expressava em sua escrita certa insatisfação quanto à não fidelidade dos nativos apenas por uma Coroa, e que, por mais que tenha feitos diversas ofertas, os índios não passavam a viver fixamente na Colônia.

A explícita indignação do governador demonstra que os gastos com os pampeanos eram altos, pois a oferta de gêneros era vasta, principalmente aguardente, erva-mate, fumo, além de utensílios como facas e vestimentas, que deveriam ser semelhantes ao que os portugueses utilizavam, uma exigência dos caciques. Estes gozavam do mesmo posto político dentro de seu grupo, e ficavam incomodados quando uns eram tratados diferente dos outros. Eram liderados por diversos caciques, e todos, segundo a fonte referente, deveriam ser tratados iguais, e se essa exigência não fosse cumprida entre um descuido ou outro, os minuanos rapidamente já passavam a negociar com os espanhóis.

Mesmo os minuanos-guenoas não sendo flexíveis diante das acometidas dos colonos de Sacramento, para os portugueses era preferível que eles continuassem oferecendo as mercadorias e os tratando de maneira amigável, para que estes não se tornassem seus inimigos, aliando-se com os espanhóis e, conseqüentemente, trazendo prejuízos para a colônia.

Os minuanos-guenoas tinham pleno conhecimento dos caminhos e territórios nas proximidades do Rio da Prata, ao sul do Rio Ibicuí, território pertencente a esses indivíduos. Ali eles domesticavam grande parte dos gados bovino e cavalar que se proliferaram nas imediações das vacarias. Anos mais tarde, segundo Gonzalo de Doblaz, a situação parecia a mesma.

Estos indios permiten en sus tolderías, y en todo el terreno en que se es tienden, a cuantos indios Guaranis se desertan de sus pueblos y quieren vivir entre ellos; pero han de usar la política de avisarles y decirles que van a favorecerse de ellos. Del mismo modo permiten españoles gauderios y changadores, que andan por aquellos campos matando toros para aprovechar los cueros los que extraen llevendolos à la ciudad de Montevideo, introduciéndolos en ella clandestinamente entre los que extraen con permiso y de otra forma; pasândo los al Brasil por medio de inteligencia con los portugueses del Viamont y Rio Pardo, en cuyos parajes introducen los mismos graderíos españoles algunas porciones de ganado de los mismos campos. Pero es mucho, mas lo que extraen los mismos portugueses, a los que ayudan y favorecen mucho los Miuanes, porque los regalan con mas frecuencia, dándoles lo que mas apetecen,

particularmente el aguardiente, por medio delo cual consiguen, no tan solamente el que les permitan matar y extraer todo el ganado que quieren y sus corambres, sino que, en caso de que alguna partida espanola los encuentre, los favoreció, no permitiendo se les haga ningún mal (DE DOBLAS, 1836, p. 55).

A cobiça pela conversão ou pela “amizade” desses índios vinha tanto por parte dos nativos que abandonavam as reduções quanto dos portugueses e espanhóis, pois tendo estes a confiança dos minuano-guenoas, o acesso aos animais das vacarias se tornaria transitável; já uma inimizade com os pampeanos geraria ainda mais desconforto, pois além de impedirem o acesso às vacas, eles passariam a vender os cavalos, que anteriormente eram apenas trocados.

Si los indios minuanes fuesen otra casta de bárbaros que se quisiesen agregar a aquella Plaza y abrazar nuestra religión en la misma forma que hacen los tapes con los castellanos, en este caso bien se podían allanar las dificultades que tengo mostrado, pero ellos son tan inútiles que hasta les es violento ir a la campaña a matar ganado para comer, además de ser inconstantes y desunidos entre sí, pues estando recibiendo buen agasajo todas las veces que aquí vienen, administrándoles yo mismo el comer, y el beber, aún así van a hacer a los castellanos las mismas prestaciones de amistad, enfadándose mucho de la diferencia que hago de algunos caciques, pues todos quieren ser iguales y no hay uno a quien quieran reconocer superioridad; este año tengo hecho con ellos grande gasto en aguardiente, tabaco, cuchillos, yerba mate, uniformes, a todos los caciques con chaquetas, calzones, camisas, sombreros, dando a todos bastones y patentes y ni todo esto fue bastante para lograr se avecinasen más a esta Plaza y que vivan debajo de la obediencia de Vuestra Majestad, pero no obstante reconocerles todos estos defectos y la poca utilidad que nos hacen, es preciso conservarlos con gasto y con amor para que no sean nuestros enemigos y nos vengan a vender caballos, y también para que no acepten las falsas ofertas que les hacen los castellanos, a quienes causa grande envidia la amistad que nos tienen y ya algunas veces maquinaron que nos abandonasen, pero les debemos delicadeza de que no quisieran hacerlo. Las cartas adjuntas son las que me escriben cuando necesitan de alguna cosa y no pueden venir personalmente (MAZZ; BRACCO, 2010, p. 101-102).

Esses índios visavam ao próprio bem-estar e se aproveitavam de suas hostilidades cometidas para retirarem maior proveito das situações encontradas, tanto nas reduções quanto com os portugueses na colônia de Sacramento. Quando achavam necessário, e por vontade própria, se convertiam ou se aproximavam dos colonos, tanto espanhóis quanto portugueses.

O atrativo maior de convencimento eram o tabaco e a erva, distribuída no final da palavra de cristianização, realizada a cada dia, “tabaco em folhas e erva do Paraguai, gêneros de sua maior estimação (gêneros que, portanto, já conheciam)” (SEMPÉ, 1982, p. 164). Para a entrada em território dos pampeanos, era necessário a permissão do

cacique ou uma negociação, que era feita exclusivamente com esses produtos, muito apreciado pelos minuanos-guenoas.

Los jesuitas también buscaban reglamentar el contacto con los “infieles”. No podía hacerse tratos con ellos sin licencia expresa. A veces se solicitaba a los indios reducidos productos como yerba, tabaco y herramientas para atraerlos a la vida reduccional. Por sobre todas las cosas debía lograrse la paz con esta población permitiéndole ir “a la reducción que gustasen”. Incluso se autoriza a entregarles “las indias que no dieran esperanzas de convertirse”, con la condición de que ellos a su vez entregaran las cautivas cristianas que tienen. El jesuita Cardiel llegó a proponer en el siglo XVIII desarrollar el “método capilar”, consistente en formar colonias de indios cristianos entre “infieles” (WILDE, 2009, p. 147).

Realizando assim a conversão de alguns minuanos-guenoas, no fim da missão, o Padre Francisco Garcia retornou à redução de Santo Tomé, trazendo aos seus cuidados 32 “almas de índios”, que permitiram ser cristianizados. Muitos vieram com as famílias inteiras, outros sozinhos, e alguns caciques ainda haviam dado a palavra de que se juntariam a redução após cessar o confronto com os yarós.

Después a 17 de noviembre llegarán doce infieles con vacas para vender a este Pueblo. Entre ellos venía un hijo del cacique fervoroso que yo traje, y venía con intento de inquirir qué vida era la de los cristianos, qué comodidades, etc. y volver a informar a otros que lo deseaban saber. Quedosé de esta vez con su padre y llevó outro el informe. Vino también outro cacique con el miemo intento, y me dio palabra de volver luego con su familia y vassalos; la cual promessa hicieron los más de ellos, a quienes cada hora espero los huéspedes; todos están contentísimos, y bien hallados (JARQUE; ALTAMIRANO, 2008, p. 132).

Após longo período de investidas e negociações para a reduzir os minuanos-guenoas, o padre retornou ao povo de Santo Tomé, “reduzindo” uma boa parcela dos índios. Ele então fundou Jesus Maria dos Guenoas, sendo a primeira redução da segunda fase a ser fundada na margem esquerda do Rio Uruguai composta de “índios pampeanos”.

Nesse mesmo período, a redução de Santo Tomé, que já possuía um quantitativo populacional elevado, abrigando muitos índios reduzidos guaranis, agora abrigaria uma parte de minuanos-guenoas, que por muitas vezes se faziam inimigos dos guaranis. Assim, não tardou para que ocorresse a transmigração, e isso aconteceu em 1687, quando uma parcela do povo de Santo Tomé se dirigiu para a banda oriental do Rio Uruguai, formando um novo povoado, que levou o nome de seu padroeiro, São Francisco de Borja.

Há uma carta, de alguns anos mais tarde, com queixas dos espanhóis de Entre Rios acusando os jesuítas de que os índios das reduções, especificamente os de São Borja,

estariam vaqueando nas terras sob jurisdição dos colonos. A resposta do padre Domingos Calvo, cura de Santo Tomé, foi de que esses índios não teriam motivos para vaquear entre os rios Uruguai e Paraná, nem os de Jesus Maria dos Guenoas, pois desde 1687, ano em que esses povos trasladaram, seria muito mais proveitoso o recolhimento desses animais, quando necessário, na Vacaria do Mar.

Los correntinos acusaron a los jesuitas de hacer vaquerías en su jurisdicción, entre los ríos Paraná y Uruguay. La respuesta en general fue que no era así, “siéndoles incomparablemente más fácil vaquear, como de hecho vaquean, cuando la necesidad los obliga, en la vaquería del Mar.”. Entre distintos informantes, el padre Domingo Calvo declaró que desde que se trasladó a “esta banda” en 1687 el pueblo de San Francisco de Borja, no ha vaqueado en la otra. Tampoco lo ha hecho “su adjunto de Jesús María de los Guenoas (MAZZ; BRACCO, 2010, p. 75).

O documento de defesa da redução de São Borja e Jesus Maria dos Guenoas, diante dos correntinos, mostra que, além de esses povos agora terem acesso a Vacaria do Mar, não necessitariam arrebanhar o gado bovino de outras vacarias, principalmente da banda ocidental, onde a criação dos animais se via avançada até nos anos anteriores. Além dessa informação sobre as vacarias, outro dado muito específico mostra-se importante em relação ao povoado de São Borja, pois revela o ano de fundação da redução, que ocorreu em 1687, conforme os documentos estudados indicam.

Ainda no documento, Calvo deixa clara essa proposição, ou seja, o povo trasladou em 1706.

Lo segundo, que no solo en los anos dichos, sino en todos los que han precedido, desde que este Pueblo de San Francisco de Borja se puso de estotra vanda dei Uruguai, que son ya diez y nueve desde el de mil y seiscientos y ochenta y siete me aseguran el Capitan, e Yndios principales dei, que nunca han hecho entrada en dicha vaqueria dentre los dos Rios Uruguai y Parana. Y el Hermano Joseph Brasaneli, Religioso de la misma Compania lo testifica de diez años que ha, que assiste en dicho Pueblo. Y por que todo lo dicho en la forma, que lo tengo declarado, lo jusgo por cierto y verdadero, lo firmo de mi nombre y lo confirmo con juramento in vervo Sacerdotis en este Pueblo y Doctrina de San Borja, y su adjunto de Jesus Maria de los Guenoas en veinte de Júlio de mil y setecientos y seis años. Domingo Calvo (DE ANGELIS, 1954, p. 508, grifo nosso).

Considerando a escrita de autores tradicionais das missões jesuíticas, a data de fundação dessas duas reduções fica confusa. Aurélio Porto indica que a fundação de São Borja ocorreu em 1682, mas, segundo Moacyr Matheus Sempé, Porto não deixa claras a origem e a datação do documento, alegando que “a cópia do xerox, aqui anexada, verificamos que, além da transcrição não ter sido integral, o que, sem dúvida, foi feito

com precípua intenção de não entrar no mérito nas afirmativas nele contidas” (SEMPÉ, 1982, p. 86), pondo em dúvida a origem dessa adaptação.

Conforme Aurélio Porto, Jesus Maria dos Guenoas foi uma aldeia de índios Guenoas organizada na estância de São Tomé, próxima ao Rio Ibicuí, por volta do ano de 1674, por estes mesmos índios a pedido dos padres da Companhia de Jesus. Com a organização da redução de São Francisco de Borja (1682), a população desta aldeia foi agregada à mesma, num bairro reducional que manteve o nome de Jesus Maria dos Guenoas (SILVA, 2011, p. 132)

Ainda anos mais tarde, alguns autores se apropriaram dessa data para retratar o mesmo sobre a data de fundação. Araújo (1992, p. 247), por exemplo, utiliza-se do ano de 1682.

Transferiram de San Tomé para lá, em 1682, cerca de 2000 índios, entre homens, mulheres e crianças. San Tomé tinha sido fundada em 1632 por Louse Ernot e Manuel Berthot. Decorridos 50 anos em 1682, já estava supercarregada de habitantes. Por esse motivo, e por estar situada no passo real do Uruguai, foi escolhida para fornecer a primeira leva de imigrantes.

Nessa data, o Padre Francisco Garcia estava em missão com os minuanos-guenoas, e essa datação aparece em suas cartas.

É o próprio padre Francisco Garcia que se encarrega de demonstrar a impraticabilidade da assertiva, provando que os índios catequizados de Jesus Maria dos Guenoas nada tem a ver com a divisão de 1682 e, muito menos com a transmigração de 1687. Sua carta datada de 10 de dezembro pelo pe. Francisco Jarque e reproduzida por Gay demonstra não ter ele, ainda, fundado Povo algum (SEMPÉ, 1982, p. 92).

Dessa maneira, tanto as datas da redução de Jesus Maria dos Guenoas quanto as de São Borja são confundidas, pois atribuem a criação aos anos de 1674, 1682, 1687 e 1690. Assim, não há provas que antes de 1683 tenham sido fundadas tanto Jesus Maria quanto São Borja, apesar de que os índios não tinham na época uma concepção de fronteira natural, e a formação de um acampamento indígena na banda oriental do Rio Uruguai, bem como na banda ocidental, seria apenas simbólico. Quanto aos povoados ali presentes, anterior a 1683, não há documentação até o momento que demonstre a veracidade das datas anteriores. Após 1687, Jesus Maria dos Guenoas tinha suas demandas junto ao povo de São Borja, e anos mais tarde, já no século XVIII, fazia parte de um bairro da redução.

Outros escritores ainda datam a fundação em 1690, a mais comum relacionada a São Francisco de Borja, pois crê-se que nessa data o povo se elevou à condição de uma

espécie de vila, não sendo mais caracterizada como apenas um povoado na banda oriental do Rio Uruguai.

La fundación de San Francisco de Borja fue en 1690. Muy cerca de este asentamiento estaba la reducción de Jesús María de Guenoas (Indios nómades). “Son Muy Buenos Principios”, decía una carta del Padre General Thirso González respecto de ella. La posición de San Borja y de Jesús María de Guenoas, alejada del resto de los pueblos de la banda oriental, se explica en relación con Santo Thomé (LEVINTON; SNIHUR, 2015, p. 63).

Sendo assim, o povo de Jesus Maria dos Guenoas se juntou ao de São Borja. Isso se deu com o traslado que ocorreu em 1687, com uma parcela do povo de Santo Tomé da banda oriental, formando assim dois povoados por meio dos grupos principais que se apresentam nas fontes, como os guaranis e os minuanos-guenoas, um sendo Jesus Maria, anexo a São Borja.

The Jesuits established San Francisco de Borja in 1687 at a site on the east bank of the Uruguay River opposite Santo Tomé mission. It had been a visita, and the Jesuits elevated the community to the status of an independent mission. Three years later the Black Robes established Jesús María de los Guenoas at a site close to San Francisco de Borja. The Guenoas were a Charrúa clan that periodically raided the Jesuit missions (JACKSON, 2019, p. 150).

Apesar de Jesus Maria dos Guenoas ser um povo anexo a outro, este fato não anulava a autonomia que o grupo tinha com a redução em que estava anexada, e sua estrutura administrativa se dava separadamente da de São Borja, tendo inclusive cabildo próprio.

A audiência de Charcas, mostrada abaixo, expressa a preocupação com o povo minuano-guenoa não reduzido, situado nas adjacências, ao que tudo indica, das estâncias dos povos pertencentes à Companhia de Jesus e onde se encontravam os povoados portugueses no litoral. Esse mesmo espaço era habitado pela nação minuano-guenoa, incorporando nessa delimitação as estâncias de São Borja, São Miguel e Yapeyú, entre outras delimitadas na região, sendo esses índios parentes das famílias dos cristianos presentes em São Borja.

Chacras. 384 Memorial de Juan José Rico, de lá Companhia de Jesus, Procurador General por só Província de Paraguai, a Só Majestade.— Disse que em el tramo de tierras y campañas que median entre el río Negro, Montevideo y el Río Grande, viven los infieles Guenoas (llamados en Buenos Aires Minoanes), de los cuales, por diligencia de los jesuítas, hay bastantes convertidos, cje componen como la tercera parte de pueblo de San Francisco de Borja en el río Uruguay y misiones de los Guaranís ; pero, ló restante, se

mantiene en su infidelidad, viviendo vagabundos en rancherías portátiles y sin habitación fija. Estos indios, habiendo estado de guerra algunos años con los españoles de Buenos Aires, vinieron a paz t-n 1732. En que algunos jesuítas pasaron a verse con ellos y establecerla acompañados de los sobredichos indios de la misma nación, ya cristianos, de San Francisco de Borja. Y aunque hasta hoy se mantienen en ella, pero están más unidos con los portugueses, que les han ganado la voluntad, para por ¿u medio acabar de destruir, como han destruido, las vaquerías de Buenos Aires, pertenecientes a la Real Corona, que estallan a la otra banda del Rio de la Plata hasta- el mar y el Brasil. Por lo cual, suplica se mande por Real Cédula al Gobernador de Buenos Aires disponga pasen algunos jesuítas a hablar a dichos indios, acompañados de los ya cristianos de la misma nación del pueblo de San Francisco de Borja, y les persuadan a reducirse a población a distancia conveniente de Montevideo, donde reducidos a. vida más política, tendrán menos embarazo para recibir el Santo Evangelio; lo que no duda se conseguirá si se les ase- gura bajo Real palabra que no servirán ni serán encomendados al español, sino sólo agregados a la Real Corona para protegerlos en debido y suave vasallaje. Por la distancia de las misiones de Guaraní y del pueblo de San Francisco de Borja, para que con más facilidad acudan los jesuítas a tratar con ellos, sería muy conveniente se estableciese en Montevideo una residencia de tres o cuatro jesuitas que fuese como escala para esta misión. Y porque si conviniesen los indios en reducirse a pueblo sería quizá necesaria alguna escolta, suplica mande Su Majestad exhibirla, cuándo y cuál la juzgase necesaria el Provincial y misioneros, y que por punto general en esta y otras semejantes misiones fuesen subordinadas dichas escoltas al Superior de la misión y se diese el sueldo a la gente y su Cabo con dependencia de los misioneros para tenerlos más sujetos y a su voluntad. Original. El Fiscal ha visto este memorial y dice que conduciendo las providencias que se proponen para la conversión y reducción de los Guenoas o Minuanes y aumento de los dominios de Su Majestad con el conocimiento y vasallaje que han de' prestar los que se redujesen; concurriendo la apreciable- sima circunstancia del paraje donde se pretende entrar a misión en que por su cercanía y tránsito al Brasil, es preciso que los pueblos que se funden inir pidan a los portugueses la intrusión, o por lo menos podrán (PASTELLS, 1948, p. 521-522).

A inquietude dos provinciais jesuítas diante dos minuanos-guenoas se dava por causas relacionadas aos interesses da IHS junto à Coroa espanhola. Em primeiro lugar, os minuanos-guenoas circulavam livremente entre uma estância e outra, nas redondezas próximas, com os colonos espanhóis e portugueses, e conheciam as diversas nações que interagiam no território. Assim, a preocupação provinha de que esses índios teriam uma relação mais aprofundada com os portugueses, devido à forma como eles os tratavam, satisfazendo suas exigências, e dessa maneira não teriam problemas em circular pelos territórios para a captura do gado alçado. Isso acontecia como forma de evitar alvoroço com os índios pampeanos, o que facilitaria a entrada em território espanhol.

Aunque por la buena fe que estos indios observante, con los de estos pueblos, se conserva la paz, son muy perjudiciales: lo primero, por el asilo que dan a los indios que se desertan de estos pueblos; lo segundo, por el favor que prestan a los españoles y portugueses changadores que destruyen los ganados de aquellos campos, y por último porque siempre es preciso contemplar con ellos, regalándolos con yerba, tabaco y otras cosas, a fin de que con cualquier

pretexto no impidan las vaquerias, robando las caballadas, y haciendo otras estorsiones a otros que van à ellas (DE DOBLAS, 1836, p. 56-57).

O território em que as estâncias missioneiras estavam localizadas pertencia aos índios pampeanos, e esta colocação, afirmada neste trabalho, muda o contexto histórico de uma visão colonizadora das estâncias, em o índio aparece de maneira secundária. Entende-se, assim, que, sem a permissão dos pampeanos, jesuítas, espanhóis e portugueses não poderiam vaquear sem pagar algum tributo, senão nem mesmo entrariam nas vacarias.

Outro cuidado era a jacente entrada que os índios faziam nas imediações das estâncias, igualmente na redução de São Borja, dificultando assim o controle dos “índios reduzidos” para com os animais. Essas idas e vindas preocupavam os padres, pois isso poderia instigar os nativos cristianos a voltarem a viver como seus antepassados.

Os pampeanos tanto instigavam como ofereciam abrigo para os índios que não quisessem mais viver em redução, oferecendo a eles esse abrigo para as mais diversas etnias que habitavam os espaços missioneiros, porém sempre em troca de algum favor. Era relevante a conversão crescente dos minuanos-guenoas para a Companhia de Jesus, visto que estes ofereciam perigo contra a integridade das estâncias – sem contar a perda de índios desertores –, pois a conversão diminuiria a perda de gado bovino em terras missioneiras e subtrairia o poder de portugueses e espanhóis em terras de índios pampeanos. E, para a realização dessa missão, foram procurados os padres de São Borja, que já conviviam com os minuanos-guenoas.

A redução de São Borja estava localizada distante do espaço em que os índios pampeanos ocupavam. Em vista disso, a Companhia de Jesus solicitou que os padres fixassem um pequeno perto de Montevideú, de onde estariam mais próximos para essa conversão.

Contudo, havia alguns índios da redução de São Borja, minuanos-guenoas já cristianizados, que acompanhavam os padres, facilitando o diálogo e o convencimento da importância dessa nação se converter e formar um povoado próximo aos acampamentos, facilitando a doutrinação católica.

En la carta anua de 1730-1735, tras señalar peligros y dificultades de las expediciones a tierras de “infielos” se ejemplificó con la del padre Jiménez a los guenoas: “no puedo omitir la descripción más difusa de una aventura, por la cual pasaron el padre Jiménez con sus compañeros neófitos, la cual casi le costó la vida en la segunda expedición a los guenoas (MAZZ; BRACCO, 2010, p. 132).

Nota-se com esses dois documentos que, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, a redução de São Francisco de Borja sempre esteve relacionada com o povo minuano-guenoa, na tentativa de convertê-los, já que grande parte de sua população pertencia a essa nação, e o desejo dos índios sempre foi se juntar às famílias não convertidas. A iniciativa, assim, deveria vir primeiro dos minuanos-guenoas, e esse era um passo primordial para convertê-los e evitar alguma espécie de conflito quando se penetrava em seus territórios.

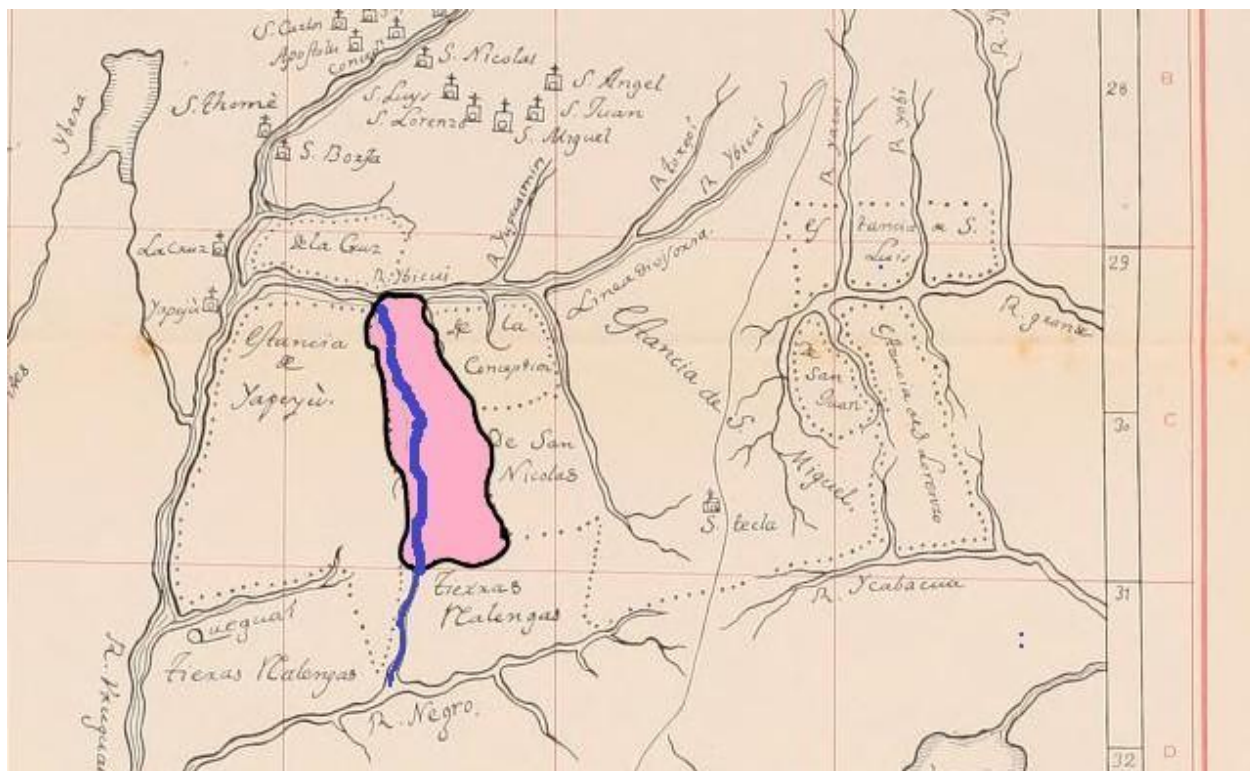
Considerando o que os documentos permitiram relatar até o momento, nota-se uma constante mudança na redução de São Borja, desde a fundação do povo de Jesus Maria dos Guenoas, por conta da diversidade populacional e das idas e vindas de parte da população. O povo minuano-guenoa tinha, portanto, autonomia e desfrutava em suas posses das terras que eram denominadas, como a estância de São Borja. O território pertencia a Jesus Maria dos Guenoas por ancestralidade, e, conseqüentemente, era de posse deles também os animais que constavam nele.

4.2. Fundação da estância

O território foi um dos motivos que levou à tentativa de redução de minuanos-guenoas, yarós, charruas e bhoanes, sendo eles seminômades que habitavam diversas áreas ao sul do Rio Ibicuí e que conheciam diretamente as terras consideradas como estância de São Borja e demais estâncias, que estavam sob seu espaço, abastecendo-se do gado chimarrão presentes nesses locais.

O mapa 5 representa a delimitação, feita em 1750, do território das doutrinas do Paraguai e Uruguai, apesar de a banda oriental já pertencer à Coroa portuguesa. Nele, as estâncias permanecem com as demarcações feitas pelos jesuítas, e o espaço em que São Borja estava localizada aparece na cor rosa; sendo agora terras realengas, o restante das estâncias está com seus respectivos nomes, apontando quais eram lindeiras destas terras, assemelhando-se assim com o mapa 2, contendo todas as estâncias da banda oriental do Rio Uruguai.

Mapa 5 – Parte do mapa que representa as linhas divisórias do ano de 1750; em destaque, parte do espaço que ocupava a estância de São Borja



Fonte: FURLONG, 1936, p. 98

Já o mapa 6, croqui feito por Tau Golin, mostra a localização da estância de São Borja, usando as delimitações dos rios como fronteiras naturais. Esse espaço está posicionado atualmente no município de Alegrete, chegando até as imediações do que hoje conhecemos como outro município, Santana do Livramento.

Mapa 6 – Croqui estimado da estância de São Borja



A cartografia e a documentação do século XVIII permitem definir o espaço ocupado pela Estância de São Borja na bacia do Ibicuí. Os seus limites de Oeste estavam definidos pelo rio Ibirapuitã; o Norte, pelo rio Ibicuí. Os limites de Leste eram traçados pelo rio Lajeado Grande, cuja foz está na margem meridional do Ibicuí. Em um traçado norte-sul, das nascentes do Lajeado Grande, seu limite descia em direção ao arroio Caverá, entrando no seu leito no ponto relativo da barra do arroio Touro Passo. Seguia pelo seu curso para montante do Caverá (ou Restinga Três Cerros). Da nascente do Caverá, a divisória finda entre as nascentes do Ibirapuitã Chico, afluente do Ibirapuitã, e do Ibicuí da Armada, que deságua no Santa Maria. No Sul, as águas do Santa Maria convergem para o Ibirapuitã. Pelo Oeste, a Estância de São Borja fazia divisa com a de Yapeyu, tendo como limite o curso principal do Ibirapuitã. Na metade-norte-leste, a Estância de São Borja tinha como lindeira a Estância de Santo Ângelo, cujos limites relativos eram formados pelo Ibicuí (Norte), Lajeado Grande (Oeste), Arroio Jacaquá (Leste), e nascentes do Lajeado Grande, arroio Jacaquá e arroio Itapevi (Sul), que confrontavam-se com a águas do arroio Queromana, afluente do Caverá (da bacia do Ibirapuitã), o qual possui um leito relativo horizontal (TAU GOLIN, 2020).

São Borja foi fundada nas proximidades da cabeceira do Rio Negro, e assim como as outras estâncias era abastecida em seus primórdios pela Vacaria do Mar.

Lo tercero sean preguntados si saben que los Yndios Guaranies y tapes, que habitan el Rio Uruguay, dexaron en una ocasion dos mil Vacas cada pueblo, hasta nueve o diez pueblos, y esto por mandado dei P. e Lauro Nunez Prov. 1 q entonçes era desta Província. El qual para fundar y dar principio a. las suso dichas vaquerias dei Rio negro, mando lo suso dicho En cuya execucion el pueblo de los Reyes, ô Yapeyu si de en dicho sitio quatro mil vacas estancieras. Y si en otra ocasion el pueblo de S. to Thome deço en dicho, sitio diez, o dose mil vacas. Y si el pueblo de la Cruz en dos ocasiones dexo en dicho sitio como treinta mil vacas poco mas o menos otra banda del Rio negro, entre este y el yiy y sus cabezadas, e\ pueblo de S. Borja dexo catorse ô quinse mil vacas poco mas o menos. Y si en otra ocasion el pueblo de S. Nicolas dexo en dichas vaquerias, veinte mil vacas poco mas o menos. Y si el pueblo de S. Miguel en otra ocasion dexo diez ô dose mil vacas poco mas o menos?

(...) A la 3.a responde: que los Yndios Guaranie, o tapes, que havitan el Rio Uruguay, dexaron en dichos parages las cantidades de vacas que se refieren en dicha pregunta, con fin de fundar vaqueria en dicho sitio.

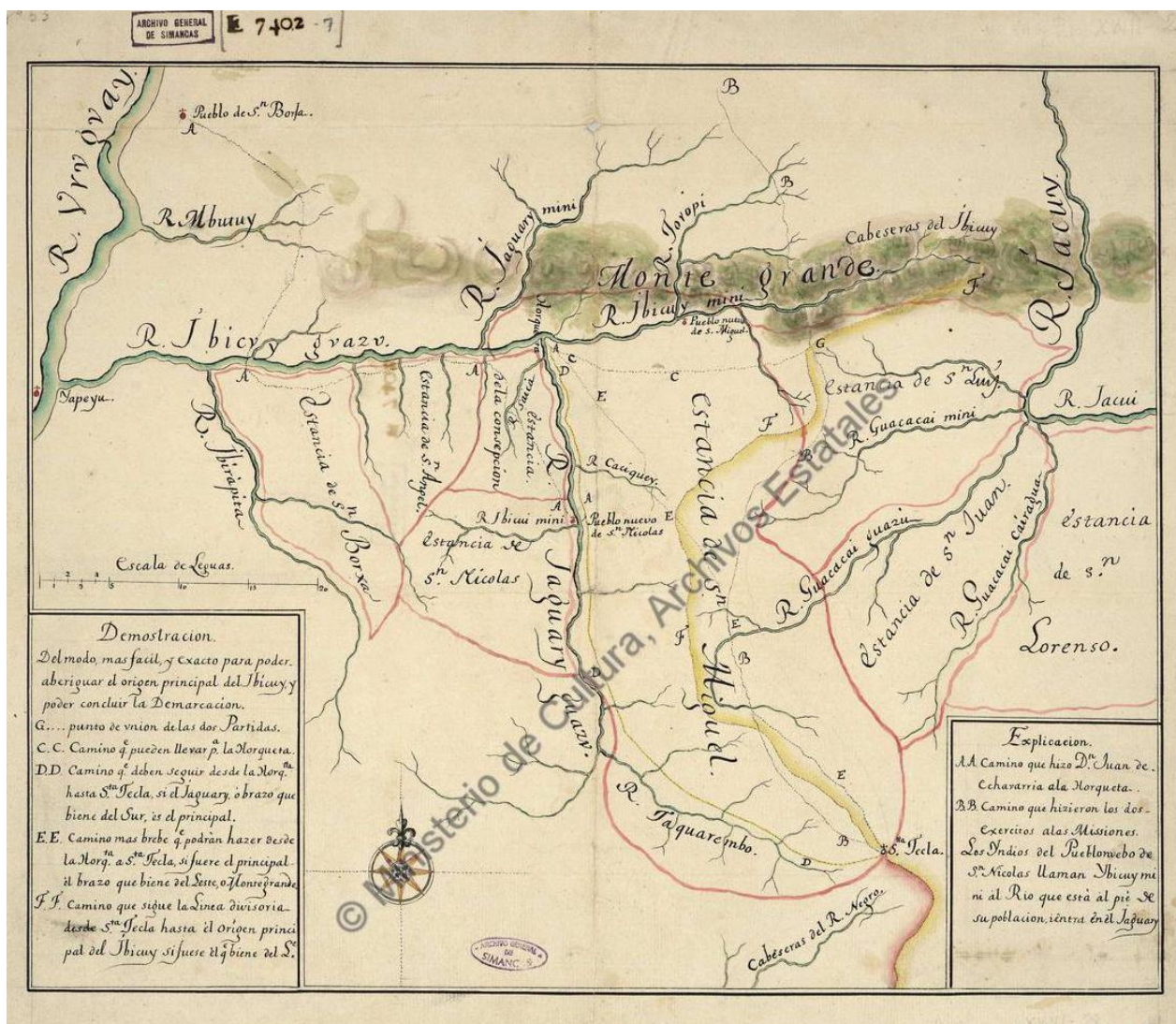
(...) A la 3." dixo que es verdad todo quanto en ella se contiene. Y que siendo este declarante Cura dei pueblo dei Yapeyu, mando dexar cantidad de vacas en dichos parages por orden de su (sic) Superiores para fundar dichas vaquerias, que serian como quatro mil Cabezas.

(...) A la 4." dixo que los Yndios de S. Borja, Cuyo Cura era y es, dexaron en dichos parages catorse o quinse mil vacas el ano de mil setecientos y nueve; y que las demas cantidades que se refieren en la pregunta, sabe ser asi, por averlo asi oydo (DE ANGELIS, 1970, p. 512-515).

Compreendemos, assim, que o povo de São Borja portava sobre sua jurisdição dois territórios que compreendiam ser sua estância. Um espaço fazia limites, segundo o mapa de Ramón Gutierrez (2015), representado no mapa 2, com as estâncias de Santo Tomé, A Cruz e São Miguel. A segunda estância ficava ao sul, próximo da Vacaria do Mar, sendo seus lindeiros São Nicolas Apóstolos, Yapeyú e Conceição. “Entre as estâncias de Japejú, santo Angelo e São Nicolau, ficava a de São Borja, encaixada entre o Ibicuí, Ibirapuitã, indo morrer no Upamoroti, actual divisas dos municípios de livramento e D. Pedrito, estendendo-se ao Sul até as nascentes do rio Negro” (PORTO, 1954 p. 327).

A estância maior de São Borja, localizada ao sul do Ibicuí, segundo Aurélio Porto, continha vários postos, entre os quais nem todos eram conhecidos. Entre eles, pode-se citar “São Camilo, São Braz, São Miguel, São Pascual, São Damião, N. Senhora do Pilar, São Matias, São João, Jesus Nazareno, São Cristóvão, São Jorge, Sant’Ana, São Borja, Santo António e São Xavier” (PORTO, 1954 p. 331.).

Mapa 7 – Demarcações e estâncias missioneiras



Fonte: Archivo General de Simancas (cedido pelo professor Tau Golin)

O mapa 7, exposto acima, mostra os diferentes caminhos percorridos pelos demarcadores para discutir as primeiras linhas demarcatórias do Tratado de Madri de 1750, demonstrando também as localizações das estâncias dos povos missioneiros ao sul do rio Ibicuí Guaçu, constando as denominações das estâncias de São Borja, Santo Ângelo, São Nicolau, Conceição, São Miguel, São João, São Luiz e São Lourenço.

Observa-se no mapa que as estâncias situadas ao sul do Ibicuí, com exceção de Conceição, pertencem aos povoados missioneiros da banda oriental do Rio Uruguai. Tais estâncias estavam localizadas em território de “índios pampeanos”, ou seja, charruas, minuanos-guenoas e yarós. Essa percepção leva à afirmação de outro fator pouco considerado dentro do contexto missioneiro, que é a presença desses grupos como agentes

principais no desenvolvimento do gado nas estâncias e vacarias, como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação.

Assim, essa percepção não é diferente quando abordada a estância de São Borja, que desde sua fundação tem indícios da presença de minuanos-guenoas como parte de sua população. Esse “povo reduzido” vivia separado da redução dos povos guaranis, na já mencionada extensão conhecida por Jesus Maria dos Guenoas.

O que se diz dos minuanos, com pequenas modificações, pode-se aplicar aos charruas, mboanes, iarós, guenoas, parcialidades ou pequenas tribos, de origem guaicuru do sul. Destes os charruas, principalmente, tiveram grande influência na formação do povo oriental, pois sempre demoraram no hodierno território do Uruguai, sendo seus últimos remanescentes puros trucidados por ordem dos caudilhos orientais. Os iarós, mboanes, extinguiram-se em guerras com os outros índios e os guenoas, de que falaremos, aliás designação genérica, fundaram ainda o Povo de Santa Maria dos Guenoas, de vida efêmera, em São Borja (PORTO, 1954 p. 71).

Acabamos por anos entendendo que esse povo teve pouca participação, ou quase nenhuma, no que tange às missões jesuíticas e suas atividades. Em uma perspectiva convencional, a sua história foi sucumbida, pois não há indícios de como esses indivíduos participavam das reduções e estâncias missioneiras.

Assim, tanto na redução quanto no povo de São Borja, eles tiveram uma participação efetiva, com trabalhos braçais e também por meio de cargos administrativos, casos estes pouco retratados na história que envolve as reduções – como percebemos ao longo desta dissertação, quando citamos os minuanos-guenoas como ótimos cavaleiros, e também quando identificamos uma forte presença desses grupos na administração junto ao cabildo do povo de São Borja.

Vale ressaltar a importância desses cargos administrativos, que compunham certo poder local nas missões, e é por meio dessa hierarquia que se construiu a estrutura missioneira entre os séculos XVII e XVIII, tanto nas reduções quanto nas estâncias.

El Cabildo era el elemento esencial para conferirle al pueblo misional la cualidad de ciudad con su correspondiente jurisdicción. En sus ordenanzas, Alfaro ordena que en cada reducción debe haber un Cabildo o Ayuntamiento constituido íntegramente por indios del pueblo. El Cabildo era una corporación municipal. Esto quiere decir que asumía la representación de la comunidad (LEVINTON, 2009, p. 120).

Assim em conjunto com a coroa espanhola e os jesuítas, começam a surgir as lideranças mais complexas, numa junção com o poder local, que seriam os cacicados

realocados dentro uma estrutura hispano-americana de administração baseada em subordinados. Surge então, nesses processos administrativos, os cabildos compostos por alcaides, alferes e corregedores.

Os caciques foram cooptados pelos jesuítas e passaram a fazer parte dos Cabildos. Estes, junto com o caciquismo, no plano local das Reduções, foram as instituições políticas básicas. Duas organizações, uma indígena e outra espanhola, se fundiram num amálgama que resultou dum longo processo de aculturação. Diante do êxito da experiência, as questões administrativas relacionavam os caciques aos Cabildos municipais e estes aos Governos Provinciais do Paraguai e do Prata, ao Vice-Reinado do Peru e, em última instância, à Monarquia Espanhola (TEN CATEN, 2001, p. 129).

Cada cabildo composto por diversos caciques era responsável por uma parcela de 80 casas de índios nas reduções. Essa administração se tornava viável em razão de o grupo dos cabildos ser formado por corregedores e alcaides, em que estes também eram caciques. Cada um exercia certa liderança sob determinado grupo de pessoas. Considerando o mapa 6, que está representando a estância de São Borja, pode-se notar como esses grupos, formados por corregedores, alcaides e alferes, executavam suas tarefas nas reduções, não diferindo esse nem no povo de São Borja, nem no de Jesus Maria dos Guenoas.

As estruturas das reduções eram planejadas de forma que interligassem os dois mundos que ali estavam postos, o dos indígenas e o dos europeus. A forma como essas estruturas estavam colocadas executava inconscientemente esse papel, pois todas as edificações estavam voltadas para a praça central, ficando de frente à igreja.

A estrutura urbana da missão jesuítica parte de um núcleo organizador configurado pela grande "Plaza" à qual se tem acesso por uma avenida central que desemboca justamente no eixo de acesso à igreja, A configuração axial se complementa no desenvolvimento de um núcleo frontal que integra o Colégio e Residência dos jesuítas, o Templo e o Cemitério. Este núcleo principal serve de limite visual e dá forma ao povoado que, desta forma, só pode crescer nas outras três direções (GUTIERREZ, 1987, p. 24).

Com o passar do tempo, as reduções também foram se modificando e adquirindo um caráter híbrido, que hegemonizava as estruturas espanholas e os costumes indígenas, os quais estavam sobre as reduções jesuíticas, e dando espaço para uma nova sociedade, com modo próprio de governar.

En algún momento, todavía indeterminado por la historiografía, al optarse por articular el trazado con las pautas indígenas, quedó como expansión la calle y principalmente la plaza, eliminándose el patio interno, un hecho vinculado con la preeminencia de lo comunitario en la cultura tradicional de los guaraníes. Desaparecieron las manzanas rectangulares, siendo reemplazadas por el diseño de una trama compuesta en forma ortogonal por las viviendas alargadas exentas, lo que Gutiérrez designa como viviendas-manzanas. Asimismo, la compartimentación interna de las plantas alargadas, en algunos casos, no fue impuesta tan rígidamente debido a que los misioneros comprobaron la existencia de normas tradicionales de conducta entre los indígenas, que castigaban el adulterio y evitaban el divorcio de los matrimonios (LEVINTON, 2009, p. 119).

Nesse período, as reduções começaram a se caracterizar como organização de cidades, mas ainda com as suas lideranças compostas por caciques. Sobre isso, Arno Alvares Kern (1982, p. 45) menciona:

Se até o início do século XVII predominara a liderança dos caciques nas missões, a partir da criação dos Cabildos indígenas, tornava-se necessário uma definição dos papéis políticos a serem desempenhados pelos antigos líderes tribais e polos cabildantes. Assim o Ouvidor Alvaro nas suas Ordenações estabelece que cada *Pueblo de indios* terá um Alcaide e dois regedores para cada grupo de oitenta casas, aumentando este número em função da densidade demográfica da população. Quanto aos papéis políticos, dividiu as responsabilidades, ficando para os Alcaldes o governo municipal do Pueblo, e o governo das divisões do *mitazgo* a cargo dos caciques.

Assim, a administração política se dava dentro de um povo que agupava diversas etnias, que acumulavam rivalidades desde seus ancestrais, ditos inimigos. Esses grupos, portanto, se viam em uma redução compartilhando cargos, que é o caso dos guaranis e minuanos-guenoas na redução de São Borja, o que no mínimo se caracterizava como uma prática peculiar quanto à administração.

Aunque parece contradictorio con el espíritu homogeneizador del régimen misional, los jesuitas autorizaron la convivencia de grupos étnicamente heterogéneos dentro de los pueblos. También permitieron la coexistencia de un concepto altamente flexible de la autoridad, vinculado al sistema dinámico de parentesco tradicional y un sistema político jerárquico basado en la ascendencia y la sangre. El equilibrio de ambos sentidos contrapuestos era la garantía de la estabilidad del régimen. Mientras instituciones coloniales como el cabildo apuntaban una jerarquía estática, de manera superpuesta y simultánea, un conjunto de redes de reciprocidad ligadas a la figura de los caciques, reproducían funciones sociopolíticas de base parental, cuyos efectos podían extenderse incluso más allá de los límites de un pueblo y del control de los jesuitas (WILDE, 2009, p. 148).

As lideranças cacicadas sempre estiveram à frente, no que diz respeito a controle e administração das reduções. Sem a permissão deles, não seria possível construir as

estruturas missioneiras, e para esta nova forma de administração não seria diferente. Assim, os principais caciques tornaram-se cabildos, alcaides, alferes e corregedores, ou seja, são trocados os nomes, porém continuam as lideranças.

Los pueblos misioneros guaraníes adoptaron el nombramiento de autoridad e siguiendo el modelo municipal castellano, con un sentido socializado de la comunidad, pero sin perder el carácter, el trabajo y la propiedad individual en diversos casos, aunque el indio guaraní no era muy entusiasta de obtener y sostener bienes personales. Siguieron el modelo del gobierno local castellano pero con la participación del modelo tradicional guaraní representado por el Cacique. Fue, por lo tanto, una mezcla en que actuaban esencialmente los indígenas con los nuevos poderes, nombre: e títulos de Corregidores (con sus bastones), Alcaides (con sus varas), Regidores, Alféreces, Mayordomos, Alguaciles y otros relacionados con los diversos Oficios, más los Caciques, todos con sus jerarquías y responsabilidades bien delimitadas; generalmente estas nuevas autoridades, al estilo y nombre castellanos, salían frecuentemente de los propios Caciques, los de mayor prestigio, capacidad de mando y condiciones administrativas. En resumen, la autoridad continuaba en manos de los indígenas con las directrices y la estrecha vigilancia de solamente dos jesuitas en cada pueblo misionero. (PALACIOS; ZOFOLI, 1991, p. 163).

Esses cargos proporcionavam algumas vantagens para os integrantes dos cabildos e seus corregedores. Como membros do povo missioneiro, eles usufruíam de algumas vantagens, e uma delas foi que seus filhos podiam ir à escola. “Recebiam rações duplas de carne boas, vestimentas e outros suplementos” (KERN, 1982, p. 49).

Essas regalias também contribuíam para o bom funcionamento das reduções, ou seja, em troca de uma boa administração e controle dos demais indígenas, os cabildos e corregedores recebiam o que solicitavam, mas isso ainda não tirava de funcionamento o papel de caciques.

Entretanto, no funcionamento dessa estrutura política, cabe lembrar que Jesus Maria dos Guenoas era uma estrutura à parte de São Borja, entendendo que sua administração gozava de certa independência da redução à qual foi anexada.

Como já mencionado, esse povo vivia separado das reduções, vivendo em uma comunidade à parte dos demais grupos, sendo sua maioria composta por minuanos-guenoas. Sua administração era própria, em prol de seu povo, caso este que aparece na carta anual de concessão de terras de 1690, quando foi concedida a estância abaixo do Rio Ibicuí para o povo de Jesus Maria dos Guenoas, onde este já criava gado bovino para o seu sustento. O que chama a atenção é que as terras eram doadas em nome do cabildo de Jesus Maria dos Guenoas, reforçando assim o caráter independente que eles tinham em termos administrativos e econômicos.

Mas aora compareciendo delante de mi los padres curas de San Nicolas, y San Borja para componer, y acabar estas diferencias bien informado el P. Cura de San Nicolas, quelos de Jesus Maria tenian el mejor e anterior derecho sus títulos; cedio em nombre de su Cavildo thas tierras delante de mi a los de Jesus Maria como a duenos delas= y yo atendendo a su mejor? inconformandome con lo que dixo ordenando mi antecessor el P. Pro. Inacio de Artigas em su visita de 27/07/1727: que negun padre, ni Indio, o Indios destas doctrinas inquieten a los Indios de Jesus Maria, pedindo, o haciendo pedir o cooperando a que se les de o cedan tierras de Jesus Maria, Ordeno lo mismo precipue a los de san nicolas, Apostoles, y San Angel, que son los mas vesinos thas estancia, o tierras de Jesus Maria . Dado en san Borja em veinte, y sinco de junio de mil setecientos y treinta, y uno Geronimo de Herran. (AGNA, SALA IX, 6-9-7, 412, 38).

El padre Jerónimo Herrán, desde San Borja, el 25 de junio de 1731 refirió a las diferencias entre los indios de Jesús María de los Guenoas con los de San Nicolás, porque estos últimos ignoraron que las tierras de Jesús María “llegaban hasta el Tapitagua inclusive que es la última cabezada del Yumirí segundo”, sacando título que incluía “dichas rinconadas...”. Ante el propio padre Herrán como componedor de esas diferencias, concurrieron los de ambos pueblos y los de San Nicolás reconocieron que los de Jesús María “tenían mejor y anterior derecho” cediendo en nombre de su cabildo las tierras en disputa. Herrán ratificó lo dispuesto por su antecesor, el provincial Ignacio de Artiga en su visita de 27 de junio de 1727 cuando dispuso “que ningún padre ni indio o indios de las doctrinas inquiete a los indios de Jesús María, pidiendo, o haciendo pedir o cooperando que se les dé o cedan tierras de Jesús María ordenó lo mismo a los de San Nicolás, Apóstoles y San Ángel, que son los más vecinos a dicha estancia o tierras de Jesús María...”. El 7 de junio de 1735 el padre Jaime Aguilar expidió copia de lo antecedente, agregando: “por mi orden se corrigió en la plana antecedente, y se puso Yûmîni segundo en lugar Ybicuimini, [el texto dice “Yumirí secundo” y no “Yuminí segundo”] en que hubo equivocación” (AGNA, SALA IX, 6-9-7, 1735).

Sendo assim, considera-se que os minuanos-guenoas contribuíram tanto voluntária quanto involuntariamente para o crescimento da redução. Havia inúmeros alcaides que cuidavam da administração, sendo grande parte destes de origem minuano-guenoa, e no meio destes temos o cacique Joseph Gueyancaí, homem de confiança dos padres jesuítas, que por muitos anos foi alcaide, corregedor e tenente, tanto de São Borja quanto de Jesus Maria, isso por volta do ano de 1728. Também o documento indica este sendo corregedor de seu povo, antes mesmo de o grupo ser incorporado a São Borja.

En el contexto de una disputa por tierras entre los pueblos de San Borja y Apóstoles, “Digo yo el padre Miguel Ximénez que cuidando el pueblo de San Francisco de Borja fui llamado aceleradamente por tres veces en espacio de medio cuarto de hora de un indio cacique llamado don Joseph Gueyancaí de nación guanoa, indio de más de sesenta años, bien conocido de muchos sujetos por su virtud, remordimiento y cristiandad, que fue muchas veces alcalde y regidor de su pueblo y de San Borja, fue muchos años teniente así de San Borja como de su pueblo de Jesús María y antes de la incorporación de los guanoas con San Borja fue corregidor de su pueblo. Este indio pues siendo alcalde ordinario en este año de 1728 me llamó en el artículo de su muerte el día que recibió el viático y extremaunción y díchole por mi compañero la recomendación de su alma; fui, y al entrar me dijo me diera prisa porque ya le quería llevar el Señor. Preguntele lo que quería y me dijo estas palabras: padre,

he tenido noticia, como vos también sabéis, como muchas veces te dije que los de los Apóstoles se apropiaban la estancia de que les había prestado por breve tiempo, y que ellos (id est los apostolinos) habían hecho títulos de propiedad y donación sin avisarnos, y hécholos firmar a los padres provinciales; y así que ahora declaraba con juramento y juró que sólo les había prestado y aún este préstamo hizo resistiendo todos los caciques guanoas y de San Borja, y lo hice por ruegos del padre provincial Juan Bautista Zea e importunaciones molestísimas, con enojos, que me hizo mi cura, para que les prestara aquel potrero, y el mismo padre cura me dijo que por cinco o seis años nomás, y ya han estado poseyendo por 10 años con grande inquietud de nuestra estancia, animales y caminos, y que habiendo pedido su expulsión de esas tierras al padre provincial Ignacio de Artiaga, no les fue respondido nada, por la prisa que Su Reverencia llevaba; esto te digo para que después de mi muerte no tengan pleitos mis hijos, ni les quiten las tierras que Dios nos dio desde la infidelidad, y esto que os digo de haberlo sólo prestado lo dirán todo el pueblo; y el corregidor de los Apóstoles, si se viera en el trance en que me veo lo diría también, y lo mismo el corregidor Francisco Catire, que entonces lo era, y sabe que yo, siendo su teniente, fui con mi hijo Andrés Parguira y otro, que no se acordaba su nombre, a señalarles los términos, que mi hijo Andrés sabe, y está vivo.... [Ratificándose] que bien sabía la obligación y gravedad del juramento falso y levantando al decir esto un crucifijo que tenía en la mano volvió a jurar... diciendo vos, Señor, que me criaste, me redimiste y me hiciste cristiano de infiel, y ahora me llevas a tu juicio a daros cuenta de mi vida, sabes que digo verdad...”. El padre Ximéne mantuvo el testimonio “in pectore” para evitar pleitos y “ruidos”, pero no siendo ya más cura de San Borja, hizo el papel por orden del padre provincial Laurencio Rillo “para que junto con los títulos y otros papeles que tienen, se presentaran los borjistas y guanoas, con los apostolinos ante los jueces que para esta causa eligieren...” (MAZZ; BRACCO, 2010, p. 112-113).

O documento transcrito acima reforça mais uma vez que a estância abaixo do Ibucuí pertencia a Jesus Maria dos Guenoas. O depoimento de Gueyancaí para o Padre Ximenes indica que o povo fez um empréstimo de parte das terras, um “potreiro” próximas do rio Ibirapitá, e ao povo de Apóstolos, que se aproveitavam desses empréstimos para se apossarem de terras da estância que não os pertencia.

Esse mesmo empréstimo só foi efetuado devido a muitas investidas e pressão dos padres e irmãos, para com Gueyancaí, prometendo que seria por breve tempo. Ainda, o cacique afirmou em seu leito de morte que todos os caciques minuanos-guenoas de Jesus Maria Guenoas, e outros que não pertenciam ao povo, mas que estavam presentes nas terras na redução de São Borja, não concordavam com essa concessão. Portanto, o pedido de partes da estância pelos padres tornou-se de certo modo uma prática abusiva para a época, pois no documento ratificado pelo Padre Jerónimo Herrán, em São Borja, do dia 25 de junho de 1731, consta que nenhum padre e índio vizinho da estância deviam perturbar os minuanos-guenoas de Jesus Maria, pedindo doação ou empréstimo de terras entre estes povos de Santo Ângelo, São Nicolau e Apóstolos.

Em vista disso, e esclarecida certa coerção dos padres para com o cacique, este foi pressionado a emprestar as terras, sendo subestimado sobre o seu poder e posse do

território. Por ser cacique de nação guenoa, isso poderia não ter veracidade. Tal preocupação fica clara quando Gueyancaí afirma para Ximenes, antes de falecer, que não está mentindo sobre as posses das terras.

A desavença por pleitos torna-se constante com a tentativa e êxito de apropriação de terras de um povo para o outro. Quando Apóstolos legitima perante os provinciais as terras que não a pertenciam por direito, acabou gerando desconforto, principalmente no povo minuano-guenoa.

Gueyancaí tinha o mesmo receio de seus semelhantes, visto que as gerações futuras poderiam ficar sem as terras para sua sobrevivência, terras estas que lhes pertenciam muito antes da incorporação ao cristianismo.

As desavenças ocorriam não só pela posse indevida de terras, mas também por conta da ocorrência de diversos roubos de cavalos, éguas e gado bovino, pois a estância de São Borja possuía inúmeros animais. Considerando isso, os povos que viviam na estância domavam muito bem o cavalo. Dessa maneira, podemos deduzir que naquelas imediações havia muitos animais mansos, sendo presas fáceis para os saqueadores.

Esse processo atraía ainda mais o roubo nas estâncias. “La diferencia entre el caballo del indio y el caballo del blanco era su manera de ser domado. El indio no lo castigaba, no le enseñaba quien manda a los golpes. Por el contrario, lo mimaba, le quitaba las cosquillas con caricias, lo amaba y se le demostraba” (VICAT, 2008, p. 142). Isso chamava a atenção tanto dos brancos quanto dos índios nos saques das estâncias. Vicat (2008) ainda reinterpreta que os índios pampeanos, cavaleiros, possuíam dois cavalos cada, e essa prática facilitava as longas jornadas, tanto para arrebanhar o gado como para visitar outros povos.

Retomando o mapa 4, observa-se que o Rio Ibirapitá fica entre as terras da estância de Jesus Maria dos Guenoas e a estância de São Borja, o que indica que os empréstimos feitos seriam entre essas delimitações. Já no mapa 2, de Esteban Snihur, consta que os limites da estância de Apóstolos a torna vizinha de São Borja, Conceição, Santo Ângelo e Yapeyú.

Carta del Padre Miguel Ximénez, de 10 de agosto de 1731, transcrita por el padre Pedro Lozano al padre Procurador general Sebastián de San Martín, Córdoba de Tucumán, 30 de enero de 1732. “Yo, día de San Lorenzo, acabo de hacer las diligencias a que vine, y me envió Vuestra Reverencia, unos trabajitos de esta mi Misión. **Habrá un mes poco mas, o menos, que salí del Pueblo y con traer muy buen avío de mulas, y caballos y carretilla con bueyes hasta el Ybicuí apenas pude llegar al Ybirapitá de los Apóstoles,** donde me ayudaron con unos caballos de refresco, viendo, que ya no podía

caminar, ni proseguir mi camino. Biblioteca Nacional – Madrid. Ms. N° 12.977 34. Carta del Padre Miguel Ximénez, de 10 de agosto de 1731, transcrita por el padre Pedro Lozano al padre Procurador general Sebastián de San Martín, Córdoba de Tucumán, 30 de enero de 1732. La carta del p. Jiménez está entre p. 26 y 28 del original (MAZZ; BRACCO, 2010, p. 125-126, grifo nosso).

Segundo o mapa 7 e o documento do padre Miguel Ximenes, de 1731– ou seja, de dois a três anos depois do depoimento de Gueyancaí –, as terras permaneceram em posse de Apóstolos, pois o mesmo padre refere-se a Ybirapitá como de posse da outra estância. Ainda com base no mapa, pode-se também observar que o povo de Jesus Maria dos Guenoas permanece com o restante das terras, que aparecem delimitadas com o nome de São Borja.

Assim, percebe-se que, aos poucos, a estância de São Borja vai se configurando como um local de diversidade, com diversas etnias e maneiras de convivência dentro de seu espaço. E ainda, o território jesuítico-missioneiro abarcava uma diversidade de núcleos indígenas, o que proporcionava ao local riquezas culturais e econômicas.

Nesse caso, podemos voltar à fonte que relata as divergências ocorridas com a estância de Jesus Maria dos Guenoas e as terras emprestadas a Apóstolos, onde há tanto uma disputa territorial, que era influenciada pela posse do gado bovino, quanto entre grupos étnicos que habitavam esses espaços, movimentando toda uma jurisdição espanhola e jesuítica para a solução dos casos.

4.3. As produções de diversas culturas, vegetais e animais, na estância do povo de São Borja e Jesus Maria

A estância de São Borja abarcava uma região em que era possível o desenvolvimento de distintas produções rurais. Seus campos eram propícios para a criação de várias categorias de gado (cavalar, muar, bovino, equino, caprino), além de uma produção intensa de outras culturas de vegetais, como frutos, grãos e cereais, que serviam como subsistência das famílias que viviam na estância.

Contudo, era preciso um trabalho de cooperação entre as famílias para que elas gerassem produção para o sustento, e essa cooperação era mantida pelos caciques. Cada um deles tinha sob seu comando uma parcela de índios, aproximadamente 80, vivendo nas estâncias assemelhados com seus antepassados e se diferenciando do trabalho dos cabildos nas reduções. Esses grupos também tinham, cada um a seu modo, um ritmo de

trabalho, diferentemente do que ocorria das reduções, onde o trabalho era administrado pelos alcaides.

As produções das lavouras do século XVIII nas reduções tiveram uma característica econômica muito particular, pois ali mesclavam-se os métodos de produção europeus com as percepções e culturas indígenas, convivendo em um mesmo espaço as produções de excedentes para o mercantilismo europeu e a de subsistência para o próprio povo.

Segundo Arno Kern 1982, estas duas atividades se dividiam em *Ambaé* e *Tupambaé*, uma destinada à produção para gerar excedente, onde que os índios buscavam o produto como a erva-mate em diferentes locais fora das reduções, e a segunda era destinada ao trabalho para gerar o próprio sustento, ou seja, pequenas lavouras onde os índios plantavam abóbora, bata-doce, milho, mandioca, tabaco, algodão, cana-de-açúcar, trigo e, a partir do século XVIII, a uva.

Esta política econômica dos jesuítas é a responsável pela introdução da propriedade privada entre os indígenas, pela transformação da agricultura em atividade, permanente, pelo desenvolvimento de um setor tecnológico local graças ao aporte das inovações técnicas europeias vê pela instituição da propriedade de Deus (*Tupambaé*), com finalidades distintas da antiga propriedade tribal comunitária. Dentre estas ações econômicas, tomadas por decisão de cunho político, destaca-se a produção de erva-mate, um dos alicerces econômicos do progresso material dos Trinta Povos (KERN, 1982, p. 77).

Os indígenas das reduções se dividiam entre o trabalho em suas lavouras comunitárias e as roças destinadas para a produção de excedente, de acúmulo de produção. Vale ressaltar que os índios não compreendiam a necessidade desse acúmulo, pois sempre plantaram para a sobrevivência. Os jesuítas levaram tempo para convencê-los e fazer com que entendessem o conceito mercantil de produção.

As áreas de agricultura, além daquelas espalhadas ao redor dos povoados, contam desde cedo com seus *Tupambaé*. Julga a historiografia tradicional que esta parte de terra tenha gerado alimento a todos os missionais, mas, conforme demonstra o próximo dossiê, o conceito não se mostrou fecundo ou contínuo na prática. Para tentar suprir a carência alimentícia, as estâncias são implantadas tão logo seja percebida a fragilidade do gado selvagem perante o avanço dos coloniais, tornando-se comum aos povoados por volta de 1670 (BAPTISTA, 2015a, p. 173).

Nas estâncias maiores, esse método se dava de forma diferente. As terras cultivadas não estavam sob domínio dos jesuítas, e assim, conseqüentemente, não

formavam um modo de produção adequado para a comercialização conforme pretendiam os jesuítas, visando ao acúmulo de bens, como acontecia nas lavouras próximas das reduções. As estâncias, como destacado, eram destinadas à criação de gado.

A administração das estâncias ganadeiras contava com dois irmãos jesuítas, responsáveis pela contabilidade do local. Esses irmãos eram destinados para cuidar dos índios cristianos, dando o mínimo de amparo e fé aos que trabalhavam nas estâncias, e estes não se sujeitavam à lida nem aos cuidados com o gado, muito menos com a entrada e a saída desses animais.

Os padres cuidavam das diversas capelas espalhadas pelas estâncias, sendo assim seus dias deveriam ser muito bem divididos para uma boa administração da fé e dos cuidados das necessidades dos índios, as quais que eram supridas pelos colégios, de onde que eram despachadas as demandas eventuais das estâncias.

Los libros de cuentas de las estancias no fueron pensados para contabilizar las ganancias o las pérdidas de la estancia, sino que en ellos se asentaban los artículos que el colegio enviaba a la estancia y los que la estancia enviaba al colegio, funcionando, así, como un sistema económico.

Como afirma Cushner, los métodos contables usados por colegios y cualquier otra empresa jesuita del Tucumán seguían estrictamente los mismos procedimientos empleados en el Perú y en Quito. Estos métodos también se aplicaron en las estancias jesuíticas de México, tal como lo consigna Franyois Chevalier en el prólogo a las instrucciones dejadas para las haciendas de México. Incluso, en el reciente libro de Carbonell de Masy, un capítulo entero dedicado a la contabilidad de las misiones de indios guaraníes coincide con el método. De tal manera ' que también en las misiones y desde la congregación provincial de 1637, se deja establecido que "todo se escriba en un libro aparte de entradas y salidas con su cuenta y razón para que siempre conste y lo vea el Superior y el Provincial cuando visitan". La necesidad de llevar adelante una administración contable de las ". Estancias nos exime de comentario ante la magnitud de semejantes empresas. Tener un sistema de información sobre las posesiones del colegio requería un cuidadoso manejo financiero, de coordinación y a veces de cooperación. Para ello los inventarios o las estadísticas, las entradas y salidas, debían anotarse en forma precisa para asegurar que las decisiones económicas fueran correctas. Todas estas actividades eran realizadas por los padres estancieros (PAGE, 2004, p. 192).

Nota-se que os padres só estavam nas estâncias por dois motivos: primeiro, para a doutrinação daqueles que trabalhavam nas estâncias, mantendo a fé em meio às capelas espalhadas nos caminhos das estâncias. Tratando-se da estância de São Borja, esses dois padres se dividiam entre as 15 capelas espalhadas nas cercanias territoriais. “a fazenda de São Borja possuía 15 capelas de posteiros. Cada capela com 10 a 12 famílias, num total de mais de 500 pessoas. Havia dois padres para cuidar espiritualmente dos habitantes das estâncias” (FLORES, 1996,p. 65)

Observando o mapa da figura 12, nota-se que ao leste do Rio Ibicuí, nas proximidades do passo de São Rafael e da capela de São Gabriel do Ibicuí, está situada a capela de mesmo nome, da redução de São Borja, possivelmente devido aos pequenos ervais que o povo possuía e que ficavam a léguas da redução, assim a capela se tornava um abrigo para os apanhadores da erva-mate.

Já a segunda função tinha a ver com o controle dos subsídios e a prestação de contas que procediam dos colégios¹² jesuítas. Sob os itens que eram enviados para as estâncias, Sepp, em seu relato, menciona ser necessário os padres controlarem as plantações, pois os índios não costumavam guardar as sementes de um ano para o outro. “Só poucos índios se encontrarão que sejam capazes de guardar as sementes até a época da sementeira. Por isto, também neste particular, precisa o padre olhar pelas coisas (SEPP, 1943, p. 135). Sabe-se que os índios tinham o hábito de guardar grãos para o próximo plantio, mas não o acúmulo de sementes em grande quantidade. Como esse hábito não era compreendido pelos nativos, cabia tal ação ser assegurada pelos padres da Companhia de Jesus, que se beneficiavam desse acúmulo.

Sobre as capelas, Hemetério José Velloso da Silveira coloca nomes de 21 delas encontradas entre os caminhos das estâncias, e para reforçar esse indicativo da existência de algumas, pode-se observar a figura 5, que contém o mapa do cabildo de La Cruz. Abaixo, os nomes dessas capelas.

São Pedro Martyr do Ibicuhí(...), 2 São Vicente(...), 3 São Francisco de Assis(...), 4 Santa Tecla(...), 5 São Luiz(...), 6 São Pedro Tuja(...), 7 conceição de Tupãnciretã(...), 8 Menino Jesus(...), 9 São João Mery(...), 10 Nossa Senhora do Loreto(...), 11 Santa Barbara(...), 12 São Francisco de Sales(...), 13 São Jerônimo(...), 14 Santo Isidoro(...), 15 São Thiago(...), 16 Santo António do Itaroquem(...), 17 São José(...), 18 São Lucas(...), 19 Santa Rita(...), 20 Santa Maria da Tigana(...), 21 Belém(...) (SILVEIRA, 1909, p. 10).

As capelas, assim, serviam como paradas para descanso, além de favorecerem e fortalecerem a fé daqueles que se situavam longe das reduções. Também tinham a função de orientação no trânsito entre um caminho e outro das reduções.

¹² Segundo Tereza Blumers, a província do Paraguai estava dividida em 18 colegios, casas e residências, dos regulares da Companhia de Jesus, sendo elas, *Assunción del Paraguay, Buenos Aires, Caxamarca, Los Chiquitos (Misiones), Chiriguayos (misiones), Córdoba del Tucuman, Corrientes, Santiago del Stero, Lulos (Misiones) Mocabies (misiones), Pampas (misiones), Misiones sobre el Paraná, Riojas, Salta, Santa Fé de Corrientes, Tarija Tucumán Misiones sobre el Uruguay*. São Borja, estava sob jurisdição, dos superiores do colégio de **Misiones sobre el Uruguay**, onde que prestava contas a estes superiores, ca Cpmphania de Jesus (BLUMERS, 1922, p. 141).

O mapa da figura 5 traz, juntamente com os caminhos e os postos, as capelas espalhadas entre os espaços dos rios Camacua e Ibicuí, e assim podemos visualizar que nem todos os nomes condizem com as nomenclaturas que Silveira cita em sua obra.

Figura 5 – Parte do mapa dos caminhos da estância de La Cruz, que contém os postos e as capelas



Fonte: Archivo General de la Nación, Buenos Aires, División Colonia, Sección Gobierno, Temporalidades de Buenos Aires - Paraguay (1780-1890)

Já as demais atividades eram comandadas pelos próprios caciques, que ali estavam fixos com suas famílias, e que por terem suas regalias se apossavam do modo de tratamento de padre para com os índios¹³.

São Borja, bem como as estâncias de Yapeyú e São Miguel, era propícia para a criação de gado de todos os tipos, e os cavalos e as mulas eram muito apreciados na época, em razão de serem meios de transporte tanto de pessoas como de mercadorias. Nessa estância não eram produzidas muitas culturas, segundo Padre Sepp.

Aldeamentos que não fosse capaz de criar três a quatro mil cavalos de montaria seria considerado pobre. Particularmente apreciadas são as mulas, possuindo eu também um animal bem-criado. Um cavalo vale, quanto muito, um *Taler*, não em dinheiro, mas em fumo, mate, agulhas, facas e anzóis. Por uma mula, porem, os espanhóis de Buenos Aires ou Santa Fé pagam 14 Tales e os índios entre sí sete. Uma ovelha, cordeirinho ou cabrito vale três vezes mais do que um boi ou uma vaca, por causa da lã, com a qual os índios se vestem. Além da lã ovina, têm eles o algodão, aliais plantação inteira da melhor qualidade (SEPP, 1943, p. 133).

Além dos cavalos, bois e mulas, eram criados outros animais, tais como a ovelha, que fornecia a lã, e os cordeiros e cabritos, que também forneciam carne para os missionários. Não havia tantas vacas leiteiras, pois, o leite era destinado mais aos doentes. Já de bois e vacas eram extraídos o couro e os chifres, que eram comercializados. Contudo, não há indícios de que especificamente na estância de São Borja era plantado algodão, assim como nas outras estâncias, visto que o território era destinado em sua maior parte para a criação de gado *vacum*. “El sistema es simple: Yapeyú, es ganadero, produce cueros, porque sus tierras no son aptas para cultivo y sus habitantes, gran parte de ellos descendentes de indios nómades, tienen facilidade para montar a caballo” (LEVINTON; SNIHUR, 2015, p. 63). As terras de São Borja eram lindeiras às de Yapeyú, e suas características geográficas se assemelhavam. Sendo assim, essa estância era exclusivamente destinada à criação de animais, especialmente bois. “Segundo os missionários, os últimos são absolutamente necessários à conservação material e espiritual dos vilarejos cristãos: eles pensam na carne, é claro, embora a gordura, o sebo e às vezes o couro tragam também rendas substanciais com a exportação” (HAUBERT, 1990, p. 209).

¹³ Nessa época, era normal que os índios fossem castigados, e esse castigo era feito por meio de surras, com açoites e chicotes. Ver mais em Sepp (1943, p. 134).

Segundo Maria Inés Moraes (2012, p. 50-51), o mercado missioneiro era determinado, a partir do século XVIII, por três tipos de exportação.

El principal producto que los pueblos misioneros vendían en el mercado interno colonial era la yerba mate, una hierba originalmente de uso ritual entre los guaraníes, cuyo cultivo comenzó a cobrar importancia en la década de 1620, hasta que una Real Cédula de 1645 otorgó a los jesuitas el derecho a operar regularmente en su tráfico. Resoluciones legales posteriores limitaron la cuota jesuita en el mercado a un volumen de 12.000 arrobas anuales remitidas a los oficios. Así, hacia fines del siglo XVII había quedado definida la estructura de la oferta del mercado de yerba mate, con un polo productor de naturaleza misionero- jesuita y otro polo productor de carácter privado, con centro en Asunción. Éste era en verdad el núcleo poderoso del mercado, con una producción del orden de las 20.000 a 40.000 arrobas anuales.(...)

El segundo producto en importancia, en el intercambio con el exterior del mundo misionero eran los lienzos de algodón. El hilado doméstico era una práctica corriente en toda la región alto peruano-platense, donde se organizaba como una especie de cottage industry con participación de un agente externo proveedor de la materia prima, y mano de obra indígena femenina. Pero en las reducciones jesuitas, sin embargo, el hilado doméstico pasó a ser manufacturado en los talleres comunales y adquirió otro carácter: la producción, así, integraba el tupambaé y se destinaba al reparto redistributivo. (...)

Un tercer bien de importancia son los cueros al pelo, estimulados poderosamente luego de los asientos ingleses y franceses de comienzos del siglo XVIII. En la década de 1750 los pueblos misioneros eran responsables del 10% del total de los cueros exportados a Europa por Buenos Aires.

O fato de que a estância não produzia plantações de algodão não denomina o que esse povo não o cultivasse em outros espaços. Segundo Garavaglia, no povo de São Borja ocorreu uma transição de culturas. Os poucos ervais ficavam a léguas de distância do povo, e isso influenciou a migração do cultivo da erva-mate para a produção de algodão, que era altamente rentável, devido à exportação de lenços, muito cobiçados na época. “Esta subregión que comprende los pueblos de Santo Tomé, San Borja, La Cruz, San José y San Carlos, constituye una situación de transición entre la dominancia de la yerba y la del algodón” (GARAVAGLIA, 1987, p. 172).

Além do algodão, a contribuição para a exportação era proveniente do couro extraído nas estâncias e transportados pelas mulas até o estuário do Rio da Prata e comercializado com franceses e ingleses ali ancorados.

São Borja possuía inúmeros animais, podendo ser considerada uma estância razoável no que concerne ao sustento do povo. Segundo o inventário de anos mais tarde, de Francisco Javier Brabo, após a expulsão dos Jesuítas, este demonstra o que sobrou dos animais, e podemos perceber assim a dimensão e o quão prósperos eram a estância e o povo de São Borja.

Tabela 4 – Quantitativo de gado na estância de São Borja

Vacas, touros e terneiros	10.626		
Novilhos e touros mansos.	1.300		
Ovelhas e carneiros	13.425		
Éguas de cria de mulas	339		
Burros criadores	42		
Éguas madrinhas e para criar cavalos	753		
Potros	42		
Cavalos mansos	86		
Mulas mansas	61		
Mulas xucras	63		

Fonte: BRABO, 1872, p. 43-44

Considerando que São Borja abrigava grande número de índios cavaleiros, das mais diversas etnias pampeanas, não é de se surpreender com o número de cavalos, mulas e éguas que ali eram criados. Esses animais serviam tanto para o deslocamento individual como para o trabalho de arrebanhar o gado nas estâncias e no transporte de cargas.

Observa-se, assim, que esse povo possuía abundante quantidade de ovelhas e carneiros, aproximando-se de 13.500 animais. Como já mencionado, esse gado exercia duas funções: a de fornecimento de carne, que era distribuída principalmente entre os padres, e a lã, usada para confeccionar as vestimentas, podendo ser trocadas ou vendidas em outras reduções, para a compra dos tecidos de algodão e outros gêneros.

O gado bovino era o principal produto dessa redução, já que tinha apenas pequenos ervais. Do gado *vacum* vinham o alimento e o meio de subsistência. “O gado bovino significou a garantia do abastecimento de carne para as populações das reduções” (BARCELOS, 2000, p. 256). Ainda havia os bois mansos, que eram utilizados nas lavouras, tanto para puxar as carroças como para arar a terra a ser plantada.

4.4. A transmigração do povo de São Borja e a decadência da estância

Todo o esforço até aqui descrito sobre o trabalho nas estâncias e reduções não foi o bastante para mantê-las, isso não pela falta de recursos, mas sim devido à cobiça entre as Coroas pelo domínio territorial, e o Tratado de Madri foi o início do declínio da

Companhia de Jesus, das reduções e das estâncias missioneiras no território da banda oriental do Rio Uruguai.

A forçada transmigração desestruturou os povos, obrigando-os a deixar para trás grande parte de suas colheitas e do seu gado *vacum*, pois, a partir da transmigração forçada pelo Tratado de Madri, essas terras passaram a ser de posse da Coroa portuguesa.

As famílias de índios de São Borja, então, permaneceram em redução, enquanto outra parcela migrou novamente para a banda ocidental, integrando-se com o povo de Santo Tomé. Outros se juntaram à luta na guerra guaraníca, e ainda alguns voltaram ao modo de vida anterior às reduções. Como podemos interpretar na carta do padre cura da redução, Bernardo Nusdorffer, dos anos de 1750-1755, quando estavam acontecendo os transcurros entre as reduções, que se refere principalmente à escolha do sítio em que iriam se fixar o povo de São Borja durante a transmigração.

Segundo Nusdorffer, essa tarefa não ocorreu de modo facilitado para o povo borgista, por mais que Santo Tomé havia aceitado a presença do povo de São Borja em suas terras. Compreendemos, assim, que esses lugares não se situavam próximo de Santo Tomé, mas sim nas imediações territoriais desse povo, que era, por consequência, vizinho de Yapeyú. Havia muitos receios sobre abrigar os índios de São Borja, principalmente os minuanos-guenoas, pois esse grupo era inconstante, podendo roubar o gado das cercanias em que estavam sitiados.

Muitos dos índios queriam se deslocar até os arredores dos seus antigos ervais, terras ancestralmente pertencentes a eles, porém esses ervais estavam situados próximo ao território em que os portugueses se encontravam, e fixar um acampamento ali representava entregar os índios para os portugueses, o que não era pretendido pelos padres da Companhia de Jesus.

A dificuldade em conseguir espaço para realocar esse povo aumentava, conforme os pedidos iam sendo entregues ao governador. Ao que parece, tanto o povo de Yapeyú quanto o de São Miguel ficariam desconfortáveis em ter como vizinhos os índios de São Borja. Segue, assim, o documento do Padre Nusdorffer.

A 7 de Abril hablé a los Thomistas, para q' si acaso los Borjistas apretados de los ordenes reales, se quisiessen juntar otra vez con ellos, me digan si los querian recibir en tal caso; respondieronme todos q los recibirian y desde entonces senalaron para sus Chacarerias las tierras del Coay, rio Uruguay abajo. A 19 vine a S." Borja, les liable, y vinieron todos en no estar sugetos a los Portugueses sino quedarse debajo del dominio de Espana. Pêro sobre el lugar de su mudanza hubo diversos pareceres; unos querian ir a sus Yerbales,

estas son tierras de sus abuelos, pero estan cerca del Rio grande, y llevarlos alia era entregados a los portugueses. Propusieronme despues el Corregidor y Theniente las tierras dei Gueguay por instigacion de su Cura, y sacaron un mapa en fõ me mostraban las tierras q pedian y no eran q todas las q estaban entre el Queguay y rio negro comprehendido lo de Baldes q se avia ya destinado para los de S.n Miguel como arriba dixe en ei numero 10. Ni una ni otra peticion les podia yo aprobar, ni lo dei Rio Negro por los Miguelistas; ni lo dei Queguay porque por estos mesmos dias me avia escrito el P.f Antonio Estellez q los Yapeyuanos querian dividirse y avian ido ai Queguay para escoger puesto para su pueblo, para q otros pueblos buscando tierras no se les quitassen y como no se sabia de que banda la escogieran no se podia conceder a los Borjistas el tal rio, hasta ver lo q escogian los Yapeyuanos q mejor derecho tenian. Hablando y tratando sobre todos estos puntos y preguntados todos fueron de parecer todos, menos estos dos Corregidor y Theniente, que era menor juntarse con los Thomistas, especialmente sino les daban tiempo los Commisarios. No obstante se les dixo, que constando la tierra que escogian los Yapeyuanos se veria, y se determinaria la cosa, quedando entre tanto, segun el parecer de los mas, como determinada la junta con S.^o Thomè en caso q apretassen con la execucion como cosa tan fácil y tratable para ellos. Luego quando supo el Cura de S.n Miguel q los Borjistas querian mudarse al Queguay, me escribio protestando contra tales vecinos, lo mismo me escribo el del Yapeyu, porque ninguno gustaba de tenerlos por vecinos por fugitivos y por hacer ellos contínuos danos en la estancia del Yapeyu y nos temian se pusiessen cerca de sus ganados. Su Cura despues propuso otro lugar, a las espaldas de su misma estancia, en la misma cercania del Ybicui a la puerta de la estancia dei Yapeyu adonde no avia nada de madera, de suerte que parece, q de ninguna manera se querian apartar de la estancia del Yapeyu en la qual hallaban assistidos lo que busqaban; de todo esto desde S.^o Thomè del parte de lo executado al P.e Provincial como me lo ordeno, advirtiendole, que de la facilidad de los Yndios no se podia fiar, que eran inconstantes. Con esto haviendo ya cumplido con hablarles â todos me volvi a la Candelária para assistir de, mas cerca â otras diligencias, que se hacian al mismo tiempo para hallar tierras para los pueblos y estancias, que igualmente se hacian por los Yndios y por los P.s P.s en el Parana, mientras yo andaba por los pueblos del Uruguay (PASTELLS, 1948, p. 145-147).

Percebemos pelo documento que os ervais de São Borja pertenciam aos ancestrais minuanos-guenoas, e o território abaixo do Rio Ibicuí, como relatado anteriormente, era de posse desta nação. Outro fator documentado é o constante receio, por parte dos povos citados, de que São Borja se fixasse próximo a suas terras, pois não eram estáveis quanto à redução, e isso ocasionaria em roubos de gado nesses respectivos espaços.

Essa era uma época difícil para os povos da banda oriental do Rio Uruguai, pois eles perderam seus territórios para os portugueses, e a escolha dos espaços futuros deveriam ser muito bem estudados, tanto para a nova fixação do povo quanto para a estância poder novamente se estruturar.

Contudo, a tarefa de uma nova migração não se mostrava receptiva para o povo que novamente se deslocaria para a banda ocidental, que já estava habitada pelos colonos espanhóis, e para as respectivas reduções, com um alto número populacional, dificultando ainda mais a escolha do território.

Já os índios do povo de São Borja, segundo o comentário do Padre Bernardo Nusdorffer, estavam escolhendo esse espaço estrategicamente e de todas as maneiras pondo-se em locais próximo a alguma reserva de gado, pois assim garantiriam a subsistência de um novo povo.

A documentação utilizada neste capítulo, portanto, possibilitou compreender parte da história de um povo que fez parte do conjunto reducional das missões jesuíticas da banda oriental do Rio Uruguai, escrevendo essa história com ênfase nos povos pampeanos que ajudaram a fundar a redução e, principalmente, a estância de São Borja.

Dessa maneira, consideramos que a estância e a redução de São Borja, bem como a extensão do povo de Jesus Maria dos Guenoas, formavam um conjunto reducional que proporcionou o crescimento desses grupos dentro das reduções jesuíticas.

Assim, os minuanos-guenoas, por deterem o conhecimento sobre montaria a cavalo e também sobre a lida com o gado bovino, tornaram-se integrantes principais quanto à subsistência do povo de São Borja, garantindo o crescimento e a permanência, por longos períodos, de uma redução e estância prósperas no vasto território jesuítico missioneiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa abordou a estância de São Borja, para que pudéssemos entender o fluxo de uma estância missioneira, e se fez necessário percorrer alguns caminhos importantes. As primeiras questões pautadas nesta dissertação envolveram, portanto, o entendimento, trazido ainda na introdução, de como fazer a abordagem do tema. Assim, a interpretação proposta partiu de dentro para fora, do local para o regional, nacional e internacional ou seja, de dentro da estância para a redução, depois para a província jesuítica do Paraguai, até chegar à Coroa espanhola.

Ter escrito o tema da pesquisa, pautado em questões metodológicas que envolvem a complexidade da história regional, tornou-se enriquecedor, em termos de conhecimento, proporcionando ao longo do desenvolver da escrita histórica clareza, como método, e conhecimento do objeto que estava sendo abordado, tornando os fragmentos das fontes utilizadas em um perfeito mosaico, que juntos compuseram o todo possível do tema abordado.

Para compreender a história regional, vale ressaltar que ela está estreitamente relacionada com o tema de pesquisa, não só com o “regional”, mas sim com a região onde está delimitado o tema em questão. Considerando essa importante informação, destaca-se que a pesquisa parte de seu núcleo regional, entrelaçando-se com o global, e assim surge a necessidade de contextualizar o início das reduções jesuíticas, com suas primeiras fundações, visando compreender as ligações com as estâncias missioneiras, e, por fim, chegar à estância de São Borja.

A partir dessa definição, e não necessariamente nessa ordem, trabalha-se com as concepções teóricas e metodológicas necessárias para o desenvolvimento da problemática, focada no entendimento de como se deram as relações da estância de São Borja com a sua redução e também com as outras estâncias e reduções pertencentes à província jesuítica do Paraguai.

Ainda, a interpretação das fontes selecionadas, por meio de uma crítica cuidadosa e das bibliografias sobre a temática e as discussões norteadoras entre autores especialistas do tema, proporcionou uma narrativa histórica sobre a estância de São Borja, que foi norteadada pelo tempo histórico a partir dessas fontes documentais.

A partir das primeiras investidas na banda oriental do Rio Uruguai, bem como seus respectivos núcleos de povoamento indígena, com a tentativa de inserção da fé católica pelos padres jesuítas, destinados a reduzir diversas famílias indígenas na

extensão neste território pouco conhecido, percebe-se que o ato de evangelizar se caracteriza como um ato político. Isso envolve posse territorial, em que o pensamento dos colonos espanhóis e da Coroa espanhola tinha como proposta a evangelização visando impedir o avanço português nessas terras.

Além de representar um ato que defende interesses coloniais, não se pode desconsiderar os interesses pessoais de proprietários de terras, como no caso de Hernandarias, que possuía longas fazendas no território ocidental, ou seja, as fazendas de Santa Fé, que se situavam entre rios Paraná e Uruguai, e que concordava com a evangelização e a tomada de posse o máximo possível, pela Coroa ou pelos seus súditos – no caso das reduções, os padres jesuítas.

Assim, as primeiras reduções não foram consolidadas por meio de um ato religioso, mas sim pela Coroa e os colonos, além do auxílio da Igreja. Foi dessa maneira que os índios começaram a perder o território, dando origem em 1609 às primeiras reduções da banda oriental do Rio Uruguai: São Cristóvão; Santa Tereza; Apóstolos; Assunção; São José; São Nicolau; Jesus Maria; São Joaquim; São Miguel; Santana; São Cosme e Damião; São Carlos; Candelária, Piratini; Caáró; Candelária do Ibicuí; e São Francisco Xavier, fundadas pelo padre Roque Gonzales.

Começando os primeiros núcleos de povoamento, veio com eles a necessidade de uma fixação territorial, que se firmou através de plantações e cultivo de diversas culturas, que não foram o suficiente para a manutenção desses povos, visto que, à medida que passavam os anos, estes só aumentavam. Assim, o gado bovino foi a maneira encontrada para sanar as dificuldades das primeiras reduções, cessando a constante busca, principalmente, pela carne de caça.

O gado bovino, depois de longos séculos, representou o pilar das reduções jesuíticas, pois onde estavam esses animais havia a possibilidade de fixação e de progredir uma nova redução, sem o constante receio e as dificuldades de alimentar o povo. Sem contar que as missões jesuíticas e os povos que estavam nessa banda prosperaram e aprenderam a lidar com esses animais.

Entender como o gado passou para a banda oriental trouxe inúmeras preposições, principalmente a de entender como esses animais chegaram até os padres jesuítas. Supõe-se que nenhuma das possíveis alternativas sejam incorretas, pois, em um vasto território, havia diversas possibilidades de entrada de gado bovino.

A quantidade de gado, nas mãos dos jesuítas e com o auxílio dos indígenas, aumentou ainda na primeira fase das reduções, sendo considerado em número suficiente

para alimentar o povo de cada redução, porém a possibilidade de crescimento das missões foi interrompida pelas constantes investidas dos bandeirantes, que ocasionou, em 1641, a Batalha de M'Bororé. Nela, um exército formado por índios guaranis deu fim a essas investidas, mas mesmo assim ocorreu a transmigração de parte das famílias de índios para a banda ocidental.

Esse fato refletiu anos mais tarde, em uma nova transmigração, sendo batizada por historiadores como a segunda fase das missões jesuíticas da banda oriental do Rio Uruguai. Essa etapa consistiu na fundação de sete novas reduções em meados do ano de 1680, que são: São Francisco de Borja; São Nicolau; São Luiz Gonzaga; São Miguel Arcanjo; São Lourenço; São João; e Santo Ângelo. Nesse momento, uma parcela relevante de famílias de índios concordou em atravessar o Rio Uruguai e construir essas novas reduções.

Contudo, não se pode considerar esse fato um evento isolado, visto apenas como transmigração. Nesse caso, é importante salientar que em ambos os lados do Rio Uruguai ocorriam eventos sociais, e o mais preocupante para a Coroa espanhola era o avanço dos portugueses em seu território, e as missões jesuíticas funcionaram como frente expansionistas, impedindo o avanço português, principalmente da colônia de Sacramento. Outro fator que facilitou a transmigração foi o constante convívio entre as comunidades, e dessa maneira as famílias de guaranis nunca perderam o contato com seus familiares não reduzidos. Então, nessa mesma época, jesuítas e espanhóis descobriram uma grande reserva de gado bovino, que foi chamada de Vacaria do Mar, por estar próximo do litoral e do Rio da Prata.

É importante destacar também a participação dos minuanos-guenoas no desenvolvimento da Vacaria do Mar e o surgimento das estâncias dos povos missioneiros, mostrando como ocorreram os conflitos pela posse desses animais – por parte de espanhóis, portugueses, povos missioneiros e índios “pampeanos”, principalmente os minuanos-guenoas.

Esses litígios ocorreram principalmente para decidir a quem pertencia por direito esses animais, sem contar que estes eram caçados de forma predatória por todos aqueles que tinham acesso à vacaria. Simultaneamente a isso, eram formados com os mesmos animais as estâncias missioneiras, em que o gado era solto, mas estava aos cuidados dos posteiros, que protegiam de certa maneira as estâncias contra os saques.

Outro elemento importante a ser destacado são os longos anos de coleta de depoimentos por parte de padres das reduções, índios e também de espanhóis colonos,

que viviam nas imediações, para chegar a um consenso de quem tinha mais direito sobre os animais, e até os portugueses entraram na disputa, alegando ter certa contribuição para com o gado.

Apesar dos documentos oficiais oferecerem uma resposta, considerando que o gado pertencia às missões jesuíticas, não deixamos de perceber nas entrelinhas quem seriam os verdadeiros “donos” desses animais, colocando os “índios pampeanos” em evidência, pois o território onde estava situado o gado, abaixo do Rio Ibicuí, pertencia a esses grupos, principalmente os minuanos-guenoas, que ao longo dos anos desenvolveram habilidades de montaria a cavalo, e conseqüentemente a lida com o gado bovino, vendendo esses animais, por diversas vezes, nas reduções.

Essa interpretação nos leva a perceber outra visão do que se conhecia, tanto da Vacaria do Mar, que foi o maior núcleo ganadeiro da banda oriental até meados do século XVII, quando das então formadas estâncias jesuíticas, que em sua maioria foram delimitadas no território pertencente a esses grupos. Para explicar o dinamismo das estâncias e a estrutura das reservas de gado das missões jesuíticas, é preciso entendê-las a partir das duas maiores, a de São Miguel e a de Yapeyú, que por determinado período serviram como comunais aos povos.

Procurou-se entender por meio desses dois exemplos como se dava o trabalho dentro das cercanias das estâncias e como funcionavam as relações e a convivência dos índios cristianos e com os não cristianos, que também habitavam esses espaços, na busca por sobrevivência. A figura do vaqueiro se tornou um elemento principal, pois dava sustentação na lida com o gado bovino e tinha funções árduas na captura do gado alçado, que levava meses até sere amansado e levado para as reduções.

Dentro desse contexto, ainda aparecem as estruturas que eram construídas dentro das estâncias, como os rodeios. Com relação a isso, ainda são encontrados vestígios arqueológicos em várias regiões de São Borja, consistindo em grandes círculos, construídos com pedras, onde os animais eram confinados para se tornarem mansos.

Essas primeiras estruturas deram base para a compreensão das atividades pastoris e para uma construção histórica rio-grandense até os dias atuais, pois foi por meio dos postos e das capelas é que se formaram diversas cidades no território do atual Rio Grande do Sul.

A formação das estâncias significava expansão para a Espanha, pois fazia progredir as missões jesuíticas e construíam-se uma fronteira de contenção para evitar a apropriação lusitana no território da Coroa. O gado prosperou rapidamente nas estâncias,

sendo responsáveis por manter o sistema reducional, e assim dando a subsistência necessária para os povos se desenvolverem.

Pode-se ainda perceber os reflexos dessas estruturas quando mencionados os números de animais das estâncias feitas no inventário de Francisco Javier Brabo, de 1872, após a expulsão dos jesuítas, que juntos somam mais de 100 mil nas estâncias de Yapeyú e São Miguel. A compreensão da estrutura e do funcionamento dessas duas estâncias maiores nos auxilia na compreensão do funcionamento da estância missioneira de São Borja e seu povo, dando uma importância significativa para as reduções de São Borja e Jesus Maria dos Guenoas.

Trouxemos também algumas discussões sobre a fundação das estâncias e seus respectivos postos, visto que estes davam suporte para que ocorresse a captura do gado até chegar ao destino, que eram as reduções.

Detemo-nos em explicar a estância, o seu funcionamento, a importância dos postos na captura do gado, as estruturas administrativas da própria redução e os reflexos que essas estruturas ocasionavam nas terras destes povos, entendendo assim o papel do cabildo e dos cacicados, que formaram uma nova forma de governo nas reduções. A mais destacada nesse caso é São Borja, que contava nessa administração com a participação de caciques minuanos-guenoas.

Nesse contexto, é importante entender que o povo de São Borja era formado por uma povoação mista e, de certa maneira, incomum para a maioria das reduções, já que em sua maioria contava com índios guaranis. Esse entendimento corrobora para uma nova percepção na história missioneira, pois assim entende-se que outras etnias de origem pampeana eram fundamentais, tanto para a manutenção da redução quanto com os cuidados do gado na estância.

Assim, as fontes tornaram possível uma história plausível da estância missioneira de São Borja, mostrando uma visão diferenciada da participação minuano-guenoa nesses espaços e permitindo entender que os minuanos-guenoas eram os verdadeiros donos das terras em que estava situada essa estância. Por mais que vivessem em redução, eles sempre mantinham laços estreitos com seus familiares não reduzidos, mostrando uma constante troca entre redução e estância.

O croqui, construído por Luiz Carlos Tau Golin, nos traz uma visão fundamental para o entendimento da delimitação de São Borja, permitindo perceber quais proporções a estância tomava dentro do território atual do Rio Grande do Sul. Sabe-se que ela era propriamente destinada à criação de gado das mais diversas espécies, e que o gado bovino

era fundamental no desenvolvimento das reduções. Entretanto, nesses espaços eram produzidas algumas outras culturas, destinadas ao abastecimento das famílias ali residentes.

Não se pode deixar de lado, e de retratar, que a estância de São Borja também fazia parte do intenso comércio de couro que era realizado em meados do século XVIII, devido à grande lucratividade e ao alto número de animais. A venda de couro tornava-se um bom negócio para a redução, e foi essa atividade que levou à drástica redução do número de animais, principalmente em Vacaria do Mar, inclusive levando-os à extinção. Nas estâncias, essa atividade ocasionava tentativas de roubo, fazendo com que os vaqueiros montassem postos para evitar que isso ocorresse.

A interpretação histórica das fontes coloca à frente um novo posicionamento no que diz respeito a Jesus Maria dos Guenoas e São Borja, ressignificando algumas interpretações históricas sobre o que se conhecia sobre a redução, a estância e o povo missioneiro. Esse novo significado surge justamente com o protagonismo dos povos pampeanos nas atividades estancieiras, mostrando como esses povos contribuíram para o desenvolvimento das reduções, trabalhando e sendo fiéis em diversos setores em que se faziam presentes, principalmente nas atividades relacionadas com o gado bovino.

Tratando-se dessa estância, considerando ser um território ancestralmente pertencente a esses grupos, é de extrema importância para a pesquisa ressaltar e considerar o protagonismo desses indivíduos para o trabalho, demonstrando que estes não eram apenas grupos “infieis”, deixados à mercê de uma história elitista, interpretada por meio de documentos que mostravam os minuanos-guenoas como “selvagens”.

Sendo assim, a história da estância compreende uma história regional, que abarca atualmente uma imensa área geográfica dentro do estado do Rio Grande do Sul. Conhecer essa história proporciona um novo olhar historiográfico, principalmente para os esquecidos, que estão à margem dessa historiografia.

Concluindo, esta pesquisa também possibilita perceber como parte da sociedade sul-rio-grandense, principalmente a situada próximo ao Uruguai, ou seja, ao sul do Rio Grande do Sul, foi construída ao longo do tempo pautada em uma economia ganadeira firmada com o gado bovino e com a criação de ovelhas e cavalos, não se diferenciando das estâncias missioneiras, que deram origem a esse estilo de vida que se tem hoje nas imensas fazendas nas regiões onde, anteriormente, estava a estância missioneira de São Borja.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Jurandir Coronado. *Conquista espiritual: história da evangelização na província Guairá na obra de Antônio Ruiz de Montoya, S.I (1585 – 1652)*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2002.
- AMABLE, Maria Angélica; DOHMANN, Karina; ROJAS, Liliana Mirta. *Historia misionera: una perspectiva integradora*. Possadas: Ediciones Montoya, 1962.
- ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os jesuítas dos 7 Povos*. Porto Alegre: Vozes, 1992.
- BANDIERI, Susana. La historia en perspectiva regional: aportes conceptuales y avances empíricos. *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, v. 52, n. 1, p. 11-30, 2017.
- BAPTISTA, Jean. *O temporal: sociedades e espaços missionais*. Brasília: Ibram, 2015a. v. 1. (Dossiê Missões). *E-book*.
- BAPTISTA, Jean. *O eterno: crenças e práticas missionais*. Brasília: Ibram, 2015b. v. 2. (Dossiê Missões). *E-book*.
- BARCELOS, Artur. *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2000.
- BLUMERS, Tereza. *La contabilidad en las reducciones guaraníes*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos/Universidad Católica, 1992. v. 15. (Biblioteca Paraguaya de Antropología).
- BOJORGE, Dante Alberto Alcántara. El proyecto historiográfico de Claudio Acquaviva y la construcción de la historia de la Compañía de Jesús em la Nueva España a principios del siglo XVII. *Estudios de Historia Novohispana*, Cidade do México, n. 40, p. 57-80, jan.-jun. 2009.
- BRABO, Francisco Javier. *Inventario de los pueblos de misiones*. Madrid: Imprenta y esteriotipa de M. Rivadeneira, 1872.
- BRACCO, Diego. *Los errores charrúa y guenoa-minuán*. Bohlau Verlay Koln/Weimar, 2004.
- BRACCO, Diego; BRACCO, Roberto; FARIÑA, Richard. Difusión temprana del caballo en territorio de la actual República Oriental del Uruguay: arqueología e historia. *Temas Americanistas*, Sevilla, n. 37, p. 67-87, dez. 2016.
- BRUXEL, Arnaldo. *O gado na antiga banda oriental do Uruguai: II parte: cap. 5 e 6*. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1961.
- BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto alegre: Escola Superior de Tecnologia São Lourenço de Brindes/Livraria Sulina Editora, 1978.

- CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.
- CLOS, Dagoberto Alvim. *A mão dos jesuítas. A herança jesuítica no município de Uruguaiana*. Uruguaiana: Gráfica Universitária, 2012.
- DALCIN, Ignacio. *Em busca de uma terra sem males*. Porto Alegre: Livraria Palmarinca, 1993.
- FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre. EST/ Instituto de Cultura Histórica do Rio Grande do Sul, 1983.
- FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. 3. ed. Porto Alegre: EST, 1996.
- FREITAS, Osorio de Oliveira Tuyuty. *A invasão de São Borja*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- FURLONG CARDIFF, Guillermo. *Cartografía jesuítica del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1936.
- FURLONG CARDIFF, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de guaraníes*. Buenos Aires: Impre: Balmes 1962.
- FURLONG CARDIFF, Guillermo. *Los jesuitas y la cultura rio-platense*. 2. ed. Buenos Aires: Universidad del Salvador, 2014.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Las misiones jesuíticas: utopía y realidad*. Buenos Aires: Edición de la Flor, 1987.
- GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 291-300.
- GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos guaranis*. Rio de Janeiro: Unesco, 1987.
- GUTIERREZ, Ramón. *El territorio de las misiones jesuíticas de guaranis: una nueva visión sobre el patrimonio cultural*. Buenos Aires, CEDODAL, 2017.
- HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões: séculos XVII-XVIII*. Tradução de Marina Apenzeller. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo: Divisão Europeia do Livro, 1960. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 1).
- JACKSON, Robert H. *A population history of the missions of the jesuit province of Paraquaria*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2019.
- KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KROEBER, Clifton B. *La navegación de los ríos en la historia argentina: 1794-1860*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodología científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANGER, Protasio Paulo. *Os guarani-missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional: projetos civilizatórios e facetas da identidade étnica (1750-1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2005.

LAZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. 5. ed. ver. e atual. Porto Alegre: Sulina, 1956.

LEVINTON, Norberto. *Las estancias de Nuestra Señora de los Reyes de Yapeyú: tenencia de la tierra por uso cotidiano, acuerdo interétnico y derecho natural (Misiones jesuíticas del Paraguay)*. Revista Complutense de historia de América, ISSN 1132-8312, Nº 31, 2005, pags. 33-51. 31.

LEVINTON, Norberto. *El espacio jesuítico-guaraní: la formación de una región cultural*. Asunción: Ceaduc, 2009.

LEVINTON, Norberto; SNIHUR, Esteban. *Misiones: territorio de fronteras (1609-1895)*. Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2015.

MAEDER, Ernesto; GUTIÉRREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil*. Sevilla: Consejería de Cultura, 2009.

MAEDER, Ernesto. A dinâmica das populações reducionistas. *IHU On-Line*, ano 10, n. 348, p. 5-6, out. 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao348.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

MORAES, María Inés. *Las economías agrarias del litoral rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: paisajes y desempeño*. 2011. Tese (Doutorado em História Econômica Moderna e Contemporânea de Espanha) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2012.

MÖRNER, Magnus. *Os jesuítas espanhóis, suas missões guaranis e a rivalidade luso-espanhola pela Banda Oriental, 1715-1731*. Separata da Revista Portuguesa de História. Volume IX. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1961.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. *Identidade e interculturalidade: história e arte*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

PAGE, Carlos. Los hermanos estancieros de la Compañía de Jesús y su actuación en la antigua provincia del Paraguay. *Investigaciones y Ensayos*, Buenos Aires, n. 54, p.177-199, jan./dez. 2004.

PALACIOS, Silvio; ZOFFOLI, Ena. *Gloria y tragedia de las misiones guaranies: historia de las reducciones jesuíticas durante los siglos XVII y XVIII en el Río de la Plata*. Bilbao: Mensajero, 1991.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. *Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864)*. Alegrete: Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.

PORTO, Aurelio. *História das missões orientais do Uruguai*; Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

QUEVEDO, Júlio. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. Bauru: EDUSC, 2000.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996.

SANTOS, Tiara Cristiana Pimentel dos. História regional em perspectiva: a estância jesuítica de San Francisco Xavier. *Estudios Históricos*, Uruguay, ano 11, n. 22, dez. 2019.

SEMPÉ, Moacyr Matheus. *O Padre Francisco Garcia e a fundação de São Francisco de Borja*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIRAS, 3., 1982, Santa Rosa. *Anais [...]*. Santa Rosa: Dom Bosco, 1982.

SCHIMITZ, Pedro Ignacio *et al.* A grande estância da redução de Yapeyú: resultados preliminares de um projeto de pesquisa. In: FLECK, Eliane Cristina Deckman; ROGGE, Jairo Henrique (org.). *A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 405-445.

SERRES, Helenise Soares. *As estâncias missioneiras da banda oriental do Rio Uruguai*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2018.

SILVA, Adriana Fraga da. *Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, André Luis Freitas da. *Reduções jesuítico-guarani: espaço de diversidade étnica*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Erus, 1979.

TEN CATEN, Odécio. *Forma(s) de governo nas reduções guaranis*. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1918. v. 1.

_____. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1921. v. 2.

UESLER, Claudia. O espaço rural missioneiro: núcleos produtivos, uma revisão necessária. In: COLVERO, Ronado B.; MAURER, Rodrigo Ferreira (org.). *Missões em mosaico: da interpretação à prática: um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011. p. 53-66.

VARGAS, José Afonso de. *A estância missioneira de Yapeyú: a Estância Santiago e o Passo do Aferidor*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

VICAT, Mariana. *Caciques indígenas argentinos*. Buenos Aires: Libertador, 2008.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *Índios, jesuítas e bandeirantes no alto jacuí: implicações históricas e geopolíticas da redução de Santa Teresa del Curiti*. Passo Fundo: Acervos, 2018.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

FONTES

AGN, SALA IX, 6-9-5, 410, doc. digital 232. Tanto del informe que hizo al gobernador de Buenos Aires sobre las baquerías de Río Negro al favor de nuestros indios.

AGNA, SALA IX, 6-9-7. Títulos de las tierras de Jesús María, expedido por el superior de Misiones, padre Simón de Leon. San Borja, 9 de agosto de 1697. Copia y corrección del padre Jayme Aguilar, sin lugar, 7 de junio de 1735.

AGNA, SALA IX, 6-9-7, 412, 38. Títulos de las tierras de Jesus Maria.

AR-AGN-CJ_412, doc. digital 73. Carta dirigida al gobernador sobre la presencia de infieles en el camino de las vacarías.

AR-AGN-CJ_417, doc. digital 273. Carta del Padre Joseph Unger al Padre Nicolas Contucci sobre hurto del ganado sufrido en estancias de la Companhia de Jesus.

AR-AGN-CJ_415, doc. digital 287. Noticias de las familias de indios que fueron asignadas para guardar el ganado en las estancias de esta parte del Ibicuí.

CAMPAL, Esteban. Introducción. In: CARDIEL, Jose; GONZALEZ, SILVESTRE. *Las vaquerías del mar*. Montevideo: Arca Editorial, 1968.

DE ANGELIS, Pedro. *Tratado de Madri*: antecedentes: colônia do Sacramento. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954. v. 5. (Manuscritos da Coleção De Angelis).

_____. *Do tratado de Madri a conquista dos Sete povos (1750-1802)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. v. 7. (Manuscritos da coleção de Angelis).

_____. *Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. v. 4. (Manuscritos da Coleção De Angelis).

DE DOBLAS, Gonzalo. *Memória histórica, geográfica, política y económica sobre la província de Misiones de indios guaranis*. Buenos Aires, 1836.

JARQUE, Francisco; ALTAMIRANO, Diego Francisco. *Las misiones jesuíticas em 1687: el estado que al presente gozan las misiones de la Companhia de Jesús em la província del Paraguay, Tucumán y Río de La Plata*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 2008.

MAZZ, José Maria López; BRACCO, Diego. *Minuanos: apuntes para la historia y la arqueología del território guenoa-minuan*. 2010.

PASTELLS, Pablo. *Compañía de Jesus em la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*. Según los documentos originales del archivo general de Indias extradictados y anotados por el R. P. Pablo Pastells, S.J. Tomo VII. Madrid: Librería General de Victorino Suárez, 1948.

SEPP, Antônio. *Viagens às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1943

TOLLER, Wilian. *The os a Voiage the river os Plate & Buenos Aires*. From. England. MDCCXV

ANEXO A - Notícias das famílias de índios que foram designadas para guardar gado nas estâncias desta parte do Ibicuí

498

Noticia de las Familias de Indios que coxisten enpleadas
en guardar el Ganado de las Estancias de esta Parte del Ibi-
cuí. Estancia de S. Borxoa.

Seis familias, en el parvò de S. Borxoa, al cuidado de la Canoa
Estancia de la Concepcion.

veinte familias, cuidando el Ganado.

Estancia de S. Angel

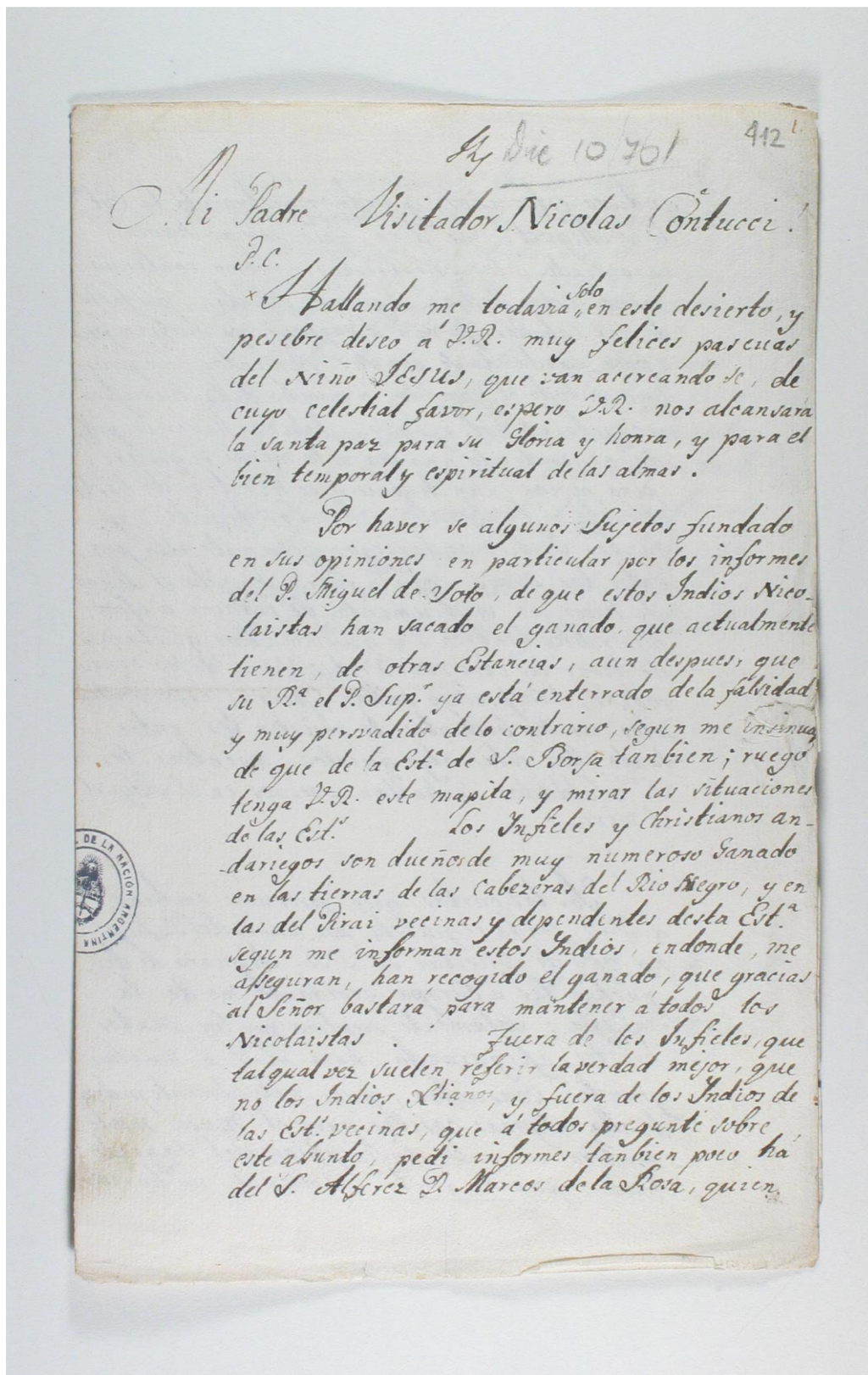
Treinta familias, cuidando el Ganado; en cuyo numero se
incluyen diez ~~que~~ hallan recias en el mismo Puerto,
de las q. se extrañaron con los Peras. y ha mucho tiem-
po que se bulieron voluntariamente.

Nota.

En el Puerto de S. Maria, ay diferentes Indios, cogiendo Ga-
nado, por disposicion del P.^o P.^o Tercer, y alli se hallan veinte
y cinco Personas de las q. estaban huixas, y se han recogido
despues de la ultima remesa, hasta que ayra otra para con-
ducirlos. Campo de S. Angel 22 del Abril de 1758.

Joseph de Tolina

ANEXO B - Notícias das famílias de índios que foram designadas para guardar gado nas estâncias desta parte do Ibicuí



anduvo estos años, y anda registrando la Est.
de S. Miguel, me dixo, que jamas havia
encontrado a los Nicolaistas. Como continua-
mente estos Indios, segun se señalan, por falta
de sus caballos, ya van a vagrear, ya vuelven poco
a poco ayudando se con sus yumentos, me parece
que si todo el ganado, o mucho dello huviesse
recogido en Est. ajenas, debian haver los pillado,
o encontrado una vez a lo menos si quiere,
pero jamas aun despues que han traído hasta
treinta mil cabezas. Los Infieles, y
tantos Indios andariegos gozan de alla por
entre las vacas, orala fuera servido el Señor
de hacer me instrumentos de reducir a estos
miserables tambien! y quando ellos gustaran
de llevar las otra vez a estas vacas de los cinco
rodos, será preciso callar; porque estos Indios
solos no son bastantes de resistir les; entre
tanto ellos estan algo quietos, mientras los
S.^{tes} Soldados se hallan vecinos en S. Miguel
el miri.

Por las cartas, que presumi embiar
a V. D. con la respuesta por manos del D. Sup.
no ofo de solicitar, si V. D. dignará de des-
pachar las a Europa acordando me de la
V. Regla; solamente suplico por los Santos
Christos, asegurando, hará V. D. a muchos
grandes consuetos; pues actualmente piden
de alla algunas cosillas para el Museo mate-
matico. La inscripcion del Sagrado
texto: pupilli facti sumus et. no ha sido

4125
 de mi invencion; los mismos Indios Cantores lo cantaron en las estaciones de las cruces en S. Lorenzo, sin duda sin saber lo que cantaban, de ai tome el argumento de predicarles segun las circunstancias de los efectos de la batalla funesta.

Entre tanto repito mis fervorosas oraciones, el Señor Scrutator Cordium et renum Deus le conceda mucha vida a V. R. y total conocimiento de las verdaderas causas de los gravísimos castigos, rogando V. R. me tenga presente en sus S. sacrificios.

Est.ª de S. Nicolas y Diciembre 10. de 1761.

6 Alard.

muy Siero de V. R.
 Joseph Unger.

ANEXO C - Título das terras de Jesus Maria

Junio 1735
Títulos de las tierras de Jesus Maria.

55

Por averme pedido el Cap.ⁿ y los demas del Cabildo de Jesus Maria de Na-
cion Guenoa recien convertidos, que asyiten en este Pueblo de S. Borja, y representa-
do la necesidad que tienen de tierras para tener sus ganados separados en tierras propias, por
tener los agora en las tierras de S. Borja, y previniendo para en adelante, en conuision de
se todo lo de su Nacion para se se guarasen deste Pueblo endonde estan, que dan tener tierras
enque tener ganado Com petente, asy mayor como menor para conservacion, y su tanto, y yo ga-
dome les Señalase una Estancia suficiente para dicho efecto, les doy, y señalo las tierras,
que estan en la otra banda del Tibicuyti, que se contienen entre dicho Rio Tibicuyti, que le ser-
uira de un costado, y por el otro un arroyo, que llaman Tibicuyti quacu, que es lindero de las tie-
rras del Yapeyu y va corriendo la dicha tierra hasta las cabezadas, inclusive, del Jaguetaqua
que llaman los Indios, y todo lo contenido en estos terminos se le con-se de, y da para que los
tengan, gocen, y posean como cosa propia, hasta que algun Gobernador, o Ministro de
su Magestad en su nombre les de Titulos en forma, y ordeno que ninguno sea ofado a entro meter
se ni per sus barles su pacifica posesion, y esto se entiende ser concedido sin per Suicio, de
tercerero, que onese derecho tenga, que es hecho en este Pueblo de S. Borja En nueve dias del
mes de Agosto de mil seiscientos y noventa, y siete años. Simon de Leon.

Por aver tenido los Indios de Jesus Maria de Nacion Guenoa con los de S. Nicolas diferen-
cia sobre unas Rinconadas de tierras coneedas en estos titulos de los de Jesus Maria, que les dio el
P.^e Prov. Simon de Leon (cuyo Original esta en el Archivo del P.^e Sup.) Y yo no saber los
S. Nicolas, que dhas tierras llegaban hasta el jaguetaqua inclusive que es la ultima cabezada
del Sumario recien, abian sacado titulos por terrenos, en que se in cluyo tambien dhas rin-
conadas, causa de las diferencias, que han tenido. Mas agora compareciendo de lante de mi los
Padres Curas de San Nicolas, y San Borja para comparecer, y acabar estas diferencias,
Bien informado el P.^e Cura de San Nicolas, que los de Jesus Maria tenian el mejor y ante-
rior ^{derecho} por sus titulos; Cedio en nombre de su Cabildo dhas tierras delante de mi alos de
Jesus Maria como a dueños dellas. = Yo atendiendo a su mejor dho, y conformandome con
lo que dexo Ordenado mi antecesor el P.^e Prov. Ignacio de Abriaga en su visita de veintinueve de
Julio de mil seiscientos, y veinte y siete: que ningun Padre, ni Indio, o Indio de las Do-
minas inquieten a los Indios de Jesus Maria, y diendo, o haciendo pedir o cooperado
a que se les de, cedan tierras de Jesus Maria, Ordeno lo mismo precipe alos de San Ni-
colas, Agostales, y San Angel que son los mas vecinos a dha Estancia, Otternas de Jesus
Maria. Dado en San Borja en veinte, y cinco de Junio de mil seiscientos, y treinta, y
vno. Geronimo de Heron.



Con cuerda con su original
Jayme Aguilar.

Por mi orden se corrigio en la plana
ante a dente, y se puso ^{la} ~~una~~ ^{misma} se-
gunda en lugar de ~~la~~ ^{la} ~~misma~~, en que bu-
vo equivo cacion. Junio 7. de 1735.

Jayme Aguilar.